



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO



DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA

**ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS NO CIBERESPAÇO:
UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA**

São Cristóvão/SE
2017

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA

**ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS NO CIBERESPAÇO:
UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Descrição, Análise e Usos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Leilane Ramos da Silva

São Cristóvão/SE
2017

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA

**ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS NO CIBERESPAÇO:
UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Descrição, Análise e Usos Linguísticos.

Dissertação defendida em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Leilane Ramos da Silva - UFS
Universidade Federal de Sergipe
Presidente – Orientadora

Profa. Dra. Zilda Gaspar Aquino - USP
Universidade de São Paulo
1ª Examinadora – Externa

Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima - UFS
Universidade Federal de Sergipe
2ª Examinadora – Interna

Daniela Carvalho Almeida da Costa – UFS
Universidade Federal de Sergipe
Suplente – Externa ao Programa

A minha mãe, mulher-resistência, com quem aprendi, desde cedo, a lutar na/pela vida, dedico.

A Dandara, em memória de todas as pessoas trans que foram assassinadas sob o peso esmagador da transfobia no Brasil, dedico.

AGRADECIMENTOS

Empreender uma jornada de pesquisa como a que está relatada nestas páginas e, assim, realizar o feito que elas significam, por inúmeros motivos, na minha trajetória pessoal, não é, nem de longe, uma realização que nasce exclusivamente de um empenho solitário. Há muitos outros. Muitas outras vozes que comigo falam nestas letras. Muitas outras mãos que trabalharam arduamente, junto às minhas, na tessitura dessas reflexões. Diferentes olhos que me emprestaram seu modo de ver para vislumbrar o que me parecia improvável do lugar em que eu estava. Outros sonhos, nomes, corpos e angústias que se marcaram na tinta de cada letra que agora inscrevo neste papel, ainda que virtualmente. A esses “outros de mim” presto minha gratidão por fazerem deste caminho de (des) aprendizagens sobre a vida, sobre a linguagem, uma tarefa menos árida. A elas e a eles consagro estas palavras:

A Espiritualidade Maior, infinitamente superior a qualquer teorização ou normatização teológica, pelo endosso da vida terrena e pelos inúmeros milagres experimentados diariamente ao longo de minha caminhada pessoal, especialmente no último ano, período em que me dedicava a esta escrita. Em cada novo desafio, eu me sentia profundamente amado!
Gratidão infinita!

A minha mãe, Dona Rose, pelo apoio e carinho multiformes em todas as etapas da vida. Sem seu suor, sangue e lágrimas nada do que agora conquisto seria possível. Com ela aprendi muitas coisas, mas acima de tudo, a resistir às agruras da vida e seguir sempre, sorrindo sempre. Te amo, assim mesmo, no vernáculo que você me ensinou!

Aos meus irmãos, Vinícius Pereira e Emmanuel Albuquerque, pelos colóquios geográficos e filosóficos, respectivamente, sobre a temática deste trabalho. É uma honra ter irmãos cultos como vocês, meninos!

As professoras e aos professores que marcaram minha trajetória de formação com sua competência, afeto e incentivo: Profa. Maria Lúcia de Freitas, da Escola Estadual Antônio Fontes Freitas, Profa. Cristina Santos e Profa. Cristina Florença, do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, à Irmã Antônia Martha e à coordenadora Norma Rejane, do Instituto Dom Fernando Gomes. Educador@s como vocês me inspiraram a chegar até aqui!

A professora Dra. Leilane Ramos da Silva, minha querida orientadora e amiga, por me iniciar nos caminhos da vida acadêmica e aceitar, com confiança, respeito e generosidade ímpares, minha proposta de pesquisa, agora materializada nesta dissertação. Gratidão, acima de tudo, pelo testemunho de fé e trabalho abnegado pelo Ideal do bem comum. Obrigado!

As professoras Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima, por me honrarem com suas participações no exame de qualificação e na banca de defesa desta dissertação. As importantes contribuições prestadas a esta pesquisa foram fundamentais para a consolidação desta etapa de formação que ora se encerra. A trajetória de vocês me inspira!

Ao professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, da Universidade Federal de Alagoas, referência nos estudos de gênero e linguagem, pela generosidade de sua leitura acurada e provocativa, quando da versão inicial deste trabalho. Gratidão e respeito a você, querido!

Às/aos professor@s e funcionári@s do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, pelo empenho na formação de nov@s pesquisador@s dos estudos da linguagem. A vocês, agradeço!

A Maiane Brito, Waleska Santos, Lorena Gomes e Iara Santos, amigas que compartilharam junto a mim a estrada do mestrado, entre sorrisos, histórias, cafés e angústias. Sem a divisão do fardo feita em cada prosa, os tempos de escrita teriam sido menos alegres. Obrigado, meninas!

A Emilly Silva, Madson Santos, João Paulo Fonseca e Larissa Lima, amig@s querid@s professores e ex-alun@s, futuros brilhantes pesquisador@s dos estudos da linguagem, que aceitaram dividir comigo suas impressões, sugestões e revisões na leitura deste trabalho, em diferentes momentos. Eu acredito em vocês!

A amiga Prof. Ma. Sanádia Santos (UNEAL), pelo incentivo nos caminhos da pesquisa crítica em linguagem, pelas incontáveis conversas sobre tantos assuntos e pela leitura engajada deste trabalho. Gratidão, querida!

A toda a equipe do Centro Oncológico Vitta, pelo trabalho comprometido e humanizado na promoção da saúde e do bem-estar de tod@s quantos estão sob seus cuidados, cruzando momentos delicados de suas vidas. Em especial, agradeço à minha oncologista, Ana Maria Fantini. Sem o apoio e a alegria de vocês, em cada encontro, talvez não pudesse redigir esses agradecimentos agora. Obrigado por cada sorriso. Ah, espero não ter de agradecer a vocês na tese!

Por fim, e em lugar privilegiado de importância, agradeço a todas as pessoas trans e às militantes transfeministas com quem vivenciei momentos ricos de interlocução durante esse caminho de pesquisa, em especial às/aos participantes da Semana de Visibilidade Trans de Aracaju, nas pessoas de Geovana Soares e Linda Brasil. A escuta de suas narrativas de vida e das inúmeras políticas resistência e subversão frente às incontáveis violências sofridas, na vida e no corpo, foi fonte de inspiração/ de indignação para que este trabalho surgisse e para um compromisso ético e profissional que deixa marcas indeléveis em minha vida. Obrigado, querid@s!

Resistir sempre, em todos os sentidos, “de trans pra frente”!

Sangue Latino

*Jurei mentiras
E sigo sozinho
Assumo os pecados*

*Os ventos do norte
Não movem moinhos
E o que me resta
É só um gemido*

*Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu Sangue Latino!
Minh'alma cativa*

*Rompi tratados
Traí os ritos
Quebrei a lança
Lancei no espaço
Um grito, um desabafo*

*E o que me importa
É não estar vencido
Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu Sangue Latino
Minh'alma cativa*

(Composição de João Ricardo e Paulinho Mendonça/ Interpretação: Secos & Molhados in Secos & Molhados, 1973).

RESUMO

Na sociedade brasileira, complexificada pela desigual distribuição de bens econômicos, socioculturais e políticos, a problemática da violência de gênero ganha particular relevo, inclusive no que tange às dinâmicas de produção e de subalternização de determinadas identidades (HALL, 2007). Assim, como consequência dos ditames de um modelo social patriarcal e machista, formas de vida não conformes com a matriz de gênero binária e cisnormativa vigente são relegadas a uma condição abjeta, vitimadas pela transfobia, flagelo este que, segundo relatório da ONG *Transgender Europe* (2016), coloca o Brasil como o país líder em assassinatos de pessoas trans no mundo. Sem sombra de dúvida, a linguagem, enquanto prática social situada, assume papel particular neste panorama. Diante disso, em diálogo com os Estudos de Gênero (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1997, 2000; LOURO, 2000; BENTO, 2006; BORBA; OSTERNANN, 2007, 2008), o objetivo geral desta pesquisa consiste em ampliar os desdobramentos teórico-analíticos emergentes nos estudos da linguagem, em perspectiva crítica, no que tange à violência linguística (SILVA; ALENCAR, 2014) de motivação transfóbica, performativizada, no ciberespaço, graças à força ilocucionária de atos de fala que se realizam sob determinadas formas rituais, mediante a atualização e o (re) estabelecimento de contextos específicos (DURANTI; GOODWIN, 1992; SILVESTREIN, 1993; HANKS, 2008). A fim de encaminhar tal proposta, assumimos perspectivas pragmáticas de linguagem, advindas tanto da Filosofia da Linguagem (AUSTIN, 1990 [1962]; WITTGENSTEIN, 1975; DERRIDA, 1991a, 1991b; BUTLER, 1997), quanto da nova Pragmática Linguística (MEY, 1985; 2001; 2014; RAJAGOPALAN, 2010; ALENCAR, 2010; SILVA, 2012). O *corpus* utilizado neste estudo são atos de fala transfóbicos realizados no ciberespaço, presentes em 17 comentários *online* postados no site de notícias *G1*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016, em três matérias jornalísticas relacionadas à encenação da atriz e modelo transexual Viviany Belleboni, durante a 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Baseando-nos numa metodologia qualitativa, interpretativa e exploratória, acionamos a noção de pistas de contextualização (GUMPERZ, 1998 [1982]), a fim de analisar o *corpus* com vistas a responder às seguintes perguntas de pesquisa: i) *Sob que formas rituais e convencionais se realiza a violência linguística motivada pela transfobia?* ii) *Que contextos são (re) instaurados para conferir força ilocucionária a esse tipo específico de ato de fala violento?* iii) *Que posições contextuais agressores e vítimas são interpelados a ocuparem nesses contextos linguísticos violentos?* Os resultados obtidos pelas análises desta investigação apontam, grosso modo, para o reestabelecimento de contextos violentos, dos quais emerge a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos, capazes de subalternizar e ferir pessoas trans por meio da linguagem, relativos a) às condições antropológicas e sociais abjetas às quais as populações trans são relegadas; b) à religião cristã e suas narrativas, que visam docilizar e disciplinarizar indivíduos, produzindo, assim, corpos e sujeitos dóceis; c) aos poderes-saberes médico-científicos e seus efeitos de verdade produzidos sobre crenças biologicistas da relação entre corpo e identidade; d) aos dispositivos de colonialidade e normatização em funcionamento na transfobia; e e) às fronteiras tênues entre a violência perpetrada fisicamente e aquela desempenhada na linguagem, produzindo o que denominamos *continuum* das violências.

Palavras-chave: Nova Pragmática; atos de fala; performatividade; violência linguística; transfobia.

ABSTRACT

In the Brazilian society, aggravated by unequal distribution of economic assets, sociocultural and political rights, the issue of gender violence gains particular importance when it talks about the dynamics of production and subordination of certain identities (HALL, 2007). So, as a result of the dictates of a patriarchal and sexist social model, lives background that do not comply with the matrix of binary gender and current cisgender are relegated to an abject condition, victimized by transphobia, scourge which according to a report from the NGO Transgender Europe (2016), puts Brazil as the leading country in murders of trans people in the world. With no doubt the language while social practice situated assumes a particular role in this panorama. In addition, in dialog with the Gender Studies (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1997, 2000; LOURO, 2000; BENTO, 2006; BORBA; OSTERNANN, 2007, 2008), the objective of this research is to expand the theoretical-analytical emerging in language studies, in a critical perspective in terms of the linguistic violence (SILVA, 2014) of transphobic motivation, performed in the cyberspace thanks to the strength of illocutionary speech acts that take place under certain ritual forms, through the update and (re-) establishment of specific contexts (DURANTI; GOODWIN, 1992; SILVESTREIN, 1993; HANKS, 2008). In order to forward such a proposal, we assume the pragmatics of language, stemming both from the Philosophy of Language (AUSTIN, 1990 [1962]; WITTGENSTEIN, 1975; DERRIDA, 1991a, 1991b; BUTLER, 1997), and the new Pragmatic Linguistic (MEY, 1985; 2001; 2014; RAJAGOPALAN, 2010; ALENCAR, 2010; SILVA, 2012). The corpus used in this study are transphobic speech acts conducted in the cyberspace, present in 17 online comments posted on the website G1 news, between the months of June 2015 and June 2016, in three stories related to the staging of the transsexual actress and model Viviany Belleboni, during the 19th edition of the LGBT Pride parade in São Paulo. Based on a qualitative methodology, interpretative and exploratory, we set the concept of contextualization cues (GUMPERZ, 1998 [1982]), in order to analyze the corpus and to answer the following research questions: i) Under which ritual forms is the violence linguistics motivated by transphobia? ii) Which contexts are (re) introduced to confer the illocutionary strength to this particular type of violent speech act? iii) Which contextual positions the aggressors and victims are asked to take place in these linguistic contexts? The results obtained by analysis of this research suggest, roughly, to the restoration of violent contexts, in which emerges from the strength of illocutionary speech of transphobic acts, capable of subordinate and injure trans people through language, relating to *a*) the anthropological conditions and social abject which the trans population are relegated; *b*) to the Christian religion and their narratives, which are aimed to domesticate and to control individuals, producing docile bodies and subjects; *c*) the medical-scientific knowledge and its effects of truth produced by biologists beliefs of the relation between body and identity; *d*) to the coloniality devices and standardization in operation of transphobia; and *e*) the boundaries between subtle physically violence and that performed in the language, producing what is called continuum of violence.

Keywords: New Pragmatic; speech acts; performativity; linguistic violence; transphobia.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
1 SOBRE O CARÁTER PERFORMATIVO DA LINGUAGEM E A VIOLÊNCIA LINGÜÍSTICA.....	17
1.1 DO ESSENCIALISMO À PERFORMATIVIDADE NAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM: A GÊNESE DE UMA VISADA PRAGMÁTICA.....	17
1.2 WITTGENSTEIN: UMA PRAGMÁTICA DOS JOGOS DE LINGUAGEM.....	21
1.3 AUSTIN: A TEORIA DOS ATOS DE FALA E AS ORIGENS DA PERFORMATIVIDADE.....	24
1.4 TEORIA DOS ATOS DE FALA NA NOVA PRAGMÁTICA: PERFORMATIVIDADE E ASPECTOS SOCIAIS.....	30
1.5 VIOLÊNCIA LINGÜÍSTICA: UMA QUESTÃO DE FORÇA ILOCUCIONÁRIA E DE CONTEXTO.....	36
1.6 PORQUE DIZER PODE FERIR? LIMITES ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO.....	52
2 (TRANS) CONTEXTOS: DE ONDE VEM A FORÇA ILOCUCIONÁRIA DOS ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS	63
2.1 UMA PRAGMÁTICA DAS IDENTIDADES: TRANSEXUALIDADE E OUTROS EFEITOS PERFORMATIVOS.....	63
2.2 SIGNIFICADOS DO NÃO-HUMANO COMO FORÇA ILOCUCIONÁRIA DA VIOLÊNCIA.....	69
2.3 TRANSFOBIA E COLONIALIDADE: QUANDO REESTABELECEMOS CONTEXTOS É VIOLENTAR.....	78
2.4 A METONÍMIA DA INVISIBILIDADE E O <i>CONTINUM</i> DA VIOLÊNCIA.....	84
2.5 A TRANSFOBIA VIRTUAL É REAL: PERFORMATIVIZANDO VIOLÊNCIAS NO CIBERESPAÇO.....	88
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	94

3.1 UMA PESQUISA INTERPRETATIVISTA, QUALITATIVA E EXPLORATÓRIA EM LINGUAGEM.....	94
3.2 O GÊNERO DIGITAL EMERGENTE COMENTÁRIO <i>ONLINE</i>	97
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS.....	100
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	107
4 ANALISANDO ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS: CONTEXTOS INDEXADOS E EFEITOS PRAGMÁTICOS.....	113
4.1 “ <i>RATAZANA DE BUIEIRO</i> ”, “ <i>LIXO HUMANO</i> ”, “ <i>METO A XIBA NELA</i> ”: CONTEXTOS DE ABJEÇÃO.....	113
4.2 “ <i>NÃO SERÃO MIL CIRURGIAS E MIL HORMÔNIOS QUE MUDARÃO ISSO..</i> ”: CONTEXTOS MÉDICO - CIENTÍFICOS.....	123
4.3 “ <i>MALDIÇÃO HUMANA</i> ”, “ <i>OBRA DE SATANÁS</i> ”, “ <i>QUE SAUDADE DA SANTA INQUISIÇÃO!</i> ”: CONTEXTOS RELIGIOSOS.....	130
4.4 “ <i>O CIDADÃO ‘VIVIANY BELEBONI’ VAI FICAR IMPUNE? </i> ”: CONTEXTOS DE COLONIALIDADE.....	143
4.5 “ <i>ENFIA UMA TORA DE MADEIRA BEM GRANDE, ATÉ RASGAR TUDO..</i> ”: CONTEXTOS DO <i>CONTINUUM</i> DAS VIOLÊNCIAS.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXOS.....	179
ANEXO A.....	179
ANEXO B.....	182
ANEXO C.....	189

LISTA ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Outdoor</i> com mensagem transfóbica.....	09
Figura 2 – Capa do jornal francês <i>Charlie Hebdo</i> (nº 1012).....	54
Figura 3 – Matéria do site de notícias G1 sobre ataque ao jornal <i>Charlie Hebdo</i>	55
Figura 4 – <i>Cartoon</i> satirizando o Profeta Maomé no <i>Jyllands-Posten</i>	56
Figura 5 – Matéria da BBC Brasil sobre o jornalista dinamarquês que satirizou Maomé.....	57
Figura 6 – Chamada de matéria do <i>Blog Ultracurioso</i>	71
Figura 7 – Matéria do site <i>Extra/ Famosos</i>	72
Figura 8 – Matéria do site <i>Pauta Principal</i>	78
Figura 9 – <i>Ranking</i> de homicídios de pessoas trans no mundo.....	85
Figura 10 – Denúncias de violação à população LGBT recebidas pelo Disque 100.....	86
Figura 11 – Atriz Viviany Beleboni representando crucificação na 19ª Parada LGBT de São Paulo.....	101
Figura 12 – Repercussão do caso de Viviany Beleboni no ciberespaço.....	102
Quadro 1 – Informações sobre matérias do <i>G1</i> selecionadas.....	104
Quadro 2 – Procedimentos metodológicos para constituição do <i>corpus</i>	106
Quadro 3 – Ocorrência de AFTs por matéria selecionada.....	106

INTRODUÇÃO

Fortaleza – Não passava das 5h quando Dandara Katharine, de 42 anos, despertou no último dia 15 de fevereiro. Pulou da rede onde dormia na sala de piso de concreto, passou o café e avisou à mãe que iria a casa de Vitória, também no Conjunto Ceará, periferia de Fortaleza. “Vai com Deus, meu filho[sic]”, respondeu dona Francisca. Pela manhã e no fim do dia, Dandara ajudava a vizinha e amiga de infância nos afazeres domésticos para ganhar uns trocados. Há alguns anos, o corpo franzino, fragilizado pelo vírus HIV, contraído em São Paulo, impedia-a de ir à Praia de Iracema atender a seus clientes. Por força do hábito, nunca saía sem um punhado de camisinhas e de gel lubrificante nos bolsos de seus shortinhos. Mas a atividade não garantia mais o sustento. Ainda assim, Dandara mantinha o senso de humor e o carisma na estrutura raquítica de 50 e poucos quilos, distribuídos em 1,72m. “Sou uma garota gostosa”, dizia. Além da autoestima, esbanjava humildade, sem se envergonhar de pedir esmola ao perambular com o rebolado pelas ruas do Conjunto Ceará. “Volto no fim do dia, minha deusa? ”, perguntou Dandara, que tinha verdadeira fascinação por Vitória Holanda, também de 42 – diferentemente de Dandara, a amiga conseguiu construir uma carreira e carrega no peito distintivo como investigadora da Polícia Civil do Ceará. “Pode vir sim, Cleilson”, confirmou. Dandara não voltou. Vitória só a viu novamente num vídeo de 1 minuto e 20 segundos que, pelas redes sociais, ganhou o mundo e escancarou um problema negligenciado no Brasil, país que mais mata travestis e transexuais em todo o planeta. (...). As imagens do vídeo que rodou o mundo mostram algozes torturando com chutes e pauladas Dandara, nome adotado pela travesti aos 18 anos. Liderados por um adolescente de 17 anos, os agressores de Dandara colocam a travesti num carrinho de mão e a levam para a execução, com dois tiros e uma pedrada. (AYER; BOTTREL, 2017).

“Suba! Suba! Não vai subir não? Sobe nessa buceta, seu viado feio! Viado despeitado! Sobe logo nessa buceta, arrombado! Tá me escutando não? A imundiça tá de calcinha e tudo! Vão matar o viado! (risos)”¹. Eram esses os atos de fala proferidos pelos assassinos de Dandara enquanto filmavam sua brutal execução, entre risos, à luz do dia e em via pública. A repercussão massiva de tal episódio chamou a atenção da sociedade para um problema nada novo e nada simples em terras brasileiras: a transfobia que, apenas em 2017, matou mais de 25 pessoas trans², segundo dados da Rede Nacional de Pessoas

¹ Áudio transcrito por nós, a partir de vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sEk3Rnp5Sr4&t=7s> (Acessado em 12 de março de 2017).

² Referência genérica para designar pessoas travestis, transexuais e transgêneras, tanto homens quanto mulheres.

Trans do Brasil (Rede Trans Brasil). Tais dados são baseados em denúncias policiais e veiculação na mídia.³

Se, por um lado, casos como esse chocam profundamente a nossa sensibilidade, por outro, despertam-nos para as questões multidirecionais que o atravessam. Histórias com esse enredo não são e nem devem ser interpretadas como situações isoladas⁴, mas, ao contrário, integram uma lógica social naturalizada, ritualizada e performativizada culturalmente, através de inúmeras práticas sociais – dentre elas, as linguísticas –, que subalternizam determinadas formas de vida, perpetrando contra elas a violência e, nesse caso, a violência transfóbica.

Segundo dissemos, casos de violência contra pessoas trans, como o transfeminicídio⁵ que vitimou Dandara, apesar de não serem exceções, gozam de uma invisibilidade social extrema, veja-se pela quase nula repercussão do caso nas grandes mídias. Tal invisibilidade lança ao esquecimento nomes, rostos, corpos e histórias de vida e de morte dessas pessoas. Um exemplo desta realidade foi o transfeminicídio da travesti Madona⁶, assassinada com golpes de paralelepípedo, na madrugada do dia 19 de outubro de 2012, no centro de Aracaju, caso que segue sem esclarecimento ou resolução.

³ “A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil) teve sua fundação e registro no ano de 2009 na cidade do Rio de Janeiro. A Rede Trans Brasil é uma instituição nacional que representa Travestis e Transexuais do Brasil. Atualmente a rede é presidida por Tathiane Araújo que também é presidente da ONG Astra - Aracaju (SE). Conselheira do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCND/LGBT). [rhttp://redetransbrasil.org/assassinatos.html](http://redetransbrasil.org/assassinatos.html) (Acessado em 12 de março de 2017).

⁴ Segundo relatório da ONG internacional *Transgender Europe*, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans do mundo, tendo registrado em 2016, a morte 900 pessoas dessa população.

⁵ “A Lei nº 13.104/2015 alterou o Código Penal com escopo de criar uma nova qualificadora ao crime de homicídio: o feminicídio. O feminicídio é motivado pelo ódio contra as mulheres, caracterizado por circunstâncias específicas em que o pertencimento da mulher ao sexo feminino é central na prática do delito. Entre essas circunstâncias estão incluídos: os assassinatos em contexto de violência doméstica/familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os crimes que caracterizam a qualificadora do feminicídio reportam, no campo simbólico, à destruição da identidade da vítima e de sua condição de mulher. Analogamente, o transfeminicídio consistiria nesse mesmo tipo de crime só que perpetrado contra mulheres travestis, transexuais e transgêneras. Apesar de ainda não ser tipificado criminalmente, como o feminicídio, em Goiás, o projeto de lei nº 3107/2016, de autoria da deputada Adriana Accorsi (PT), estipula que a Polícia Civil do Estado passe a registrar nos boletins de ocorrência o crime de transfeminicídio, uma vez que a invisibilidade da população trans atinge também as violências sofridas por ela e, desse modo, desarticula a reivindicação das militâncias dos movimentos sociais e intelectuais, justamente pela falta de dados oficiais sobre esses crimes” (BARROS, 2015, s/p). Fonte: <http://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-feminicidio>. (Acessado em 12 de março de 2017).

⁶Segundo informações veiculadas pela mídia sergipana, quando do acontecimento, Madona ainda teria sido socorrida com vida e encaminhada pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), onde veio a falecer, de traumatismo craniano, na noite da terça-feira, dia 23 de outubro de 2012. Fonte: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=135655>. (Acessado em 12 de março de 2017).

Ainda que nos dois casos aqui referidos a violência transfóbica tenha ocorrido em sua modalidade material, ou seja, agredindo fisicamente os corpos das vítimas até levá-las à morte, em condições hediondas, há que se pensar como tais casos se ligam ao ocorrido no dia 08 de março de 2017, segundo noticiado no site *ABCD Maior*, quando uma loja virtual de cosméticos da cidade da região metropolitana de São Paulo, em sua campanha publicitária pelo Dia Internacional da Mulher, instalou *outdoors* transfóbicos na avenida dos Estados e na avenida Dom Pedro 2º, na divisa entre São Caetano do Sul e Santo André, na grande São Paulo, Brasil.

Figura 1 – Outdoor com discurso transfóbico



Fonte: <http://www.abcdmaior.com.br/materias/cidades/comunidade-lbgt-denuncia-propaganda-em-santo-andre-por-transfobia>

Diante desses fatos, nos salta aos olhos, em primeira instância, a relação quase intertextual/citacional, entre o ato de fala “*Pirataria é crime!*”, veiculados na referida campanha publicitária, que mostra uma figura que seria de uma mulher transexual ou travesti utilizando um banheiro masculino (posicionada de pé, ante um mictório) e os atos de fala proferidos pelos algozes de Dandara enquanto a espancavam em via pública: “*A imundiça tá de calcinha e tudo!*”.

Em ambos os proferimentos, há espaço para inferirmos o funcionamento de sentidos que sugerem uma suposta falsidade (marcada na seleção do léxico pela palavra *pirataria*) ou impossibilidade do reconhecimento da legitimidade da identificação

feminina de mulheres transexuais, gerado pelas antíteses: figura feminina *versus* banheiro masculino e peça de roupa feminina (calcinha) *versus* a figura masculina de Dandara (renomeada pelos seus assassinos no masculino gramatical), categorizada como “*a imundiça*”.

Avançando no estabelecimento dessas relações e assumindo uma visão performativa da linguagem, que a toma não como representação da realidade, mas como forma de ação que produz a realidade e é por ela construída, podemos pensar que tais violências linguísticas de motivação transfóbica são parte de um *continuum* de violências que encontra seu ápice em situações como o espancamento e o assassinato brutal da transexual cearense, realizando, desse modo, o destino de vidas precarizadas, entendidas socialmente como matáveis.

É justamente sob o influxo de tais reflexões que a presente pesquisa se realiza, perseguindo, de forma ampla, algumas questões que têm sido alvo do empenho intelectual em diversas áreas do conhecimento que, de algum modo, lidam com as questões de linguagem, como por exemplo, na Filosofia da Linguagem, na Sociologia da Linguagem, na Psicologia Social, na Antropologia Linguística e nos Estudos Linguísticos. Há um tipo de violência que se realiza pela linguagem? Se sim: de que modos e sob quais condições essa se realiza? Que relações há entre a violência física e àquela realizada pela linguagem?

Em face de tais questionamentos, este trabalho consiste, grosso modo, numa análise pragmática de atos de fala transfóbicos veiculados nos comentários *online* dos usuários do portal de notícias *GI*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016. Tais comentários estão postados nas matérias relacionadas à encenação da atriz e modelo transexual Viviany Belleboni, que encenou uma crucificação em protesto pela violência contra pessoas LGBT⁷ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil, durante a 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ocorrida em 06 de junho de 2015, na capital paulista.

⁷ Apesar de reconhecermos as discussões em torno da adequação/inadequação desta sigla, sobretudo encampadas em ambientes acadêmicos, para designar experiências de gênero e sexualidade não-hegemônicas, neste trabalho, lançaremos mão de seu uso, por um lado, pelo fato de ainda não haver consenso no que tange a uma nova forma de designação para tais grupos e, por outro, em razão de esta gozar de reconhecimento por boa parte dos movimentos sociais engajados na pauta correlata.

Apesar das declarações prestadas pela atriz, esclarecendo que “estava representando as dores e a luta LGBT”⁸, o fato teve grande repercussão na mídia e gerou uma onda de revolta nas redes sociais sob o argumento de desrespeito a símbolos sagrados e de intolerância religiosa contra os cristãos. No influxo desse emaranhado de questões, interessa-nos investigar o modo como a violência transfóbica, na sua modalidade linguística, foi performativizada nos comentários.

Assim, focalizamos, a partir dos critérios metodológicos descritos no capítulo 3 deste trabalho, especificamente aqueles comentários em que o endereçamento da violência à atriz era marcadamente motivado por sua identidade de gênero e não especificamente relacionado à encenação por ela realizada. Nesse intento, desejamos compreender: *i) Sob que formas rituais e convencionais se realiza a violência linguística motivada pela transfobia? ii) Que contextos são (re) instaurados para conferir força ilocucionária a esse tipo específico de ato de fala violento? iii) Que posições contextuais agressores e vítimas são “interpelados” a ocuparem nesses contextos linguísticos violentos, interpretáveis a partir de pistas de contextualização?*

Sob o influxo de tais perguntas de pesquisa que norteiam os esforços teóricos e analíticos dos quais lançamos mão, advém nosso objetivo geral, o qual consiste em ampliar os desdobramentos teórico-analíticos emergentes nos estudos da linguagem, em perspectiva crítica⁹, o objetivo geral desta pesquisa consiste em ampliar os desdobramentos teórico-analíticos emergentes nos estudos da linguagem, em perspectiva crítica, no que tange à violência linguística de motivação transfóbica performativizada, no ciberespaço, graças à força ilocucionária de atos de fala que se realizam sob determinadas formas rituais, mediante a atualização e o (re) estabelecimento de contextos específicos. Como desdobramento de tal objetivo geral, tomamos como objetivos específicos deste trabalho:

⁸ Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/napontadalingua/2015/06/11/viviany-beleboni-a-transexual-que-desfilou-crucificada-desabafa-representei-a-dor-de-quem-morre-por-homofobia/?topo=5> (Acesso em 05/03/2017)

⁹ O que aqui enunciamos como uma perspectiva crítica, em estudos da linguagem, diz respeito a “empreendimentos teóricos (...) cujo o horizonte seja a insistência em alguma forma de emancipação” em função de uma “pluralidade de demandas e de um conjunto de tensões (sociais, como é o caso da violência de gênero motivada pela transfobia) não imaginado pela modernidade filosófica e seu projeto de ciência”, as quais se levantam como uma alternativa ante “o esgotamento dos modelos de análise que floresceram sob a égide do Iluminismo e, sob a influência avassaladora do positivismo” (FERREIRA; RAJAGOPALAN, 2016, p. 19-20, editado).

- Evidenciar os modos convencionalizados pelos quais se realiza a violência linguística produzida pelos atos de fala transfóbicos analisados;
- Identificar e analisar os efeitos pragmáticos gerados pelas pistas de contextualização indexadas pelos atos de fala transfóbicos;
- Desvelar os contextos (re) estabelecidos a fim de dotar de força ilocucionária tais atos de fala, enunciados com vistas a ferir e subalternizar pessoas transexuais.

Desse modo, com base nas perspectivas teóricas acionadas e em trabalhos investigativos realizados por outros pesquisadores (RODRIGUES, 2012; SILVA, 2012; SILVA; ALENCAR, 2013; 2014), no que tange a outras modalidades de violência linguística, nossa hipótese é a de que a força ilocucionária que performativiza a violência transfóbica por meio da linguagem advém dos contextos socioculturais nos quais a rígida matriz de gênero cisheteronormativa é gestada e reforçada, inclusive pela força coercitiva da violência predominante nesses contextos: a religião, a ciência e diferentes dispositivos de colonialidade.

Desse modo, tendo em vista a perspectiva performativa de linguagem assumida neste trabalho, acreditamos que a análise pragmática dos atos de fala transfóbicos coletados no ciberespaço, que constitui o *corpus* desta pesquisa, nos permitirá evidenciar a estreita relação entre os usos linguísticos, os discursos, em sentido amplo, e a realidade social, especificamente relativa à questão da violência transfóbica.

No que tange à metodologia adotada, esta pesquisa está calcada no paradigma interpretativista de pesquisa científica, com ênfase em métodos qualitativos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17), uma vez que não buscamos “explicações causais, através de relações lineares entre fenômenos linguísticos, mas a interpretação dos significados culturais forjados nas práticas de discursos, pautada na ideia de que a cultura é uma teia de significados” (SANTOS FILHO, 2017, p. 4). Desse modo, evidenciamos que não foi privilegiada a “experimentação e a observação exaustivas, objetivando uma lei geral, tampouco a antinomia, na qual se dissocia o objeto estudado do contexto” (SANTOS FILHO, 2016, p. 4). Assim, filiamo-nos ao pensamento de Bauman (1992 apud MOITA LOPES, 2004, p. 168), quando diz que “o significado no mundo social pode ser detectado no particular”.

Fazendo jus ao hibridismo teórico-metodológico como traço de uma abordagem pós-moderna em estudos da linguagem (MOITA LOPES, 2014, p. 22), no intento de responder às perguntas que norteiam nosso fazer, este trabalho articula diferentes campos do conhecimento, estabelecendo uma interface entre a Filosofia da Linguagem (AUSTIN, 1990 [1962]; WITTGENSTEIN, 1975; DERRIDA, 1991a, 1991b; BUTLER, 1997), a Pragmática Linguística (AUSTIN, 1962; MEY, 2001; HANKS, 2008; PINTO, 2009; ALENCAR, 2010; RAJAGOPALAN, 2010; SILVA, 2014) e os Estudos de Gênero e Sexualidade (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1997; LOURO, 2000; BENTO, 2006;).

A essa altura de nossas reflexões introdutórias, compete-nos sublinhar os caminhos pessoais e acadêmicos que nos levaram a conceber e desenvolver a presente pesquisa. Desde o início de nossa trajetória de estudo na Linguística, iniciada em 2009, como aluno do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os estudos da língua em uso, com ênfase em seus aspectos sociais, foram sempre alvo de nosso interesse, numa trajetória¹⁰ de estudo, pesquisa e docência, trilhada sob a orientação da Profa. Dra. Leilane Ramos da Silva. Nossa caminhada de pesquisa, além de algumas publicações, rendeu-nos o primeiro lugar no Prêmio Destaque de Iniciação Científica, na área de Letras, Linguística e Artes da UFS, no período 2014-2015.

No curso dos estudos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), em 2016, na disciplina *Estudos em Pragmática*, ministrada pela professora Romana Castro Zambrano, as leituras empreendidas a partir de um referencial teórico em Pragmática diverso daqueles pelos quais já havíamos transitado foram de fundamental relevância para a concepção teórico-metodológica deste trabalho. A esta contribuição soma-se a ampliação de nossas perspectivas teóricas em torno da noção de contexto, hauridas durante o transcurso da disciplina *Estudos em Linguística de Texto*, ministrada pela Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima.

Além do que já fora posto, o contato com trabalhos desenvolvidos no grupo de estudos *Linguagem e Identidade: abordagens pragmáticas*, liderado pelo Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual

¹⁰ Aluno da disciplina *Semântica e Pragmática* na graduação em Letras (2013), pesquisador voluntário no projeto *Argumentação e Matriz de Referência do ENEM: o espaço da competência III no livro didático de LP/Sergipe*, vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PICVol//UFS/2015-2016), monitor bolsista (2015) e professor de *Semântica e Pragmática* (2016), professor de *Linguística Aplicada* (2016 – 2017) e *Linguística* (2017).

de Campinas (IEL/Unicamp), de modo particular, com a tese de doutoramento de Daniel do Nascimento e Silva (atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLA/UFRJ)), intitulada *Pragmática da Violência: o Nordeste na mídia brasileira*, defendida em 2012, sob orientação dos professores Rajagopalan e Charles Briggs (Departamento de Antropologia Linguística da Universidade de Berkeley/Califórnia), foram também basilares para os desdobramentos empreendidos neste trabalho sobre a violência linguística numa perspectiva pragmática e performativa.

No que tange ao mote temático – o problema social da violência transfóbica –, a motivação para esta escolha está ligada à nossa sensibilidade pessoal traduzida em compromisso político com vistas a contribuir para a erradicação deste flagelo, tendo em vista, sobretudo, sua invisibilidade estratégica e os obstáculos postos à positivação de direitos dessa população. Tais fatos se devem ao avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, sobretudo, na política brasileira, que ao habitarem espaços de poder e de decisão política, como o Congresso Nacional e o Senado Nacional, mediante ao que tem sido chamado de *Bancada Evangélica* ou *Bancada BBB* (do boi, da bala e da bíblia), agem no sentido de recrudescer as instituições democráticas em face da necessidade de efetivação de Direitos Humanos de populações minoritárias, como é o caso das pessoas trans.

Nesse cenário, podemos destacar a presença marcante do discurso e das ideologias religiosas em espaços nos quais deveriam atuar como verdadeiros defensores da igualdade de direitos e de condições de grupos sociais subalternizados, como é o caso da *Comissão de Direitos Humanos* da Câmara e do Senado Federal. Em consequência de tais fatos, vemos a morosidade na criação e aprovação de dispositivos legais que visem a beneficiar tais sujeitos, bem como a moralizar a sociedade em relação às violências perpetradas contra eles, a exemplo do Projeto de Lei 122/2006 – de autoria da Senadora Iara Bernardi (PT – SP), o qual visa a criminalização da homofobia – que se arrasta por diversas instâncias legislativas há mais de 10 anos sem, até então, ter sido aprovado.

Somada a tal exemplo está a recente exclusão da menção às discussões de gênero e ao respeito à orientação sexual da versão final Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, publicada em 2017, isto sem falar na vergonhosa supressão do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos das pastas

ministeriais do Brasil, a qual fora realizada pelo atual presidente do Brasil, Michel Temer, ainda quando de seu governo interino, em maio de 2016. Tais fatos políticos são a um só tempo produto e reforço do machismo, da misoginia, da homofobia e da transfobia culturalmente arraigados em nossa sociedade, os quais, sob diversas modalidades, continuam a vitimar pessoas trans.

Além das problemáticas sociais relatadas, vale registrar que a escolha do tema desta pesquisa vem ao encontro da necessidade de maior consolidação e desenvolvimento, no Brasil, de estudos posicionados na interface ‘linguagem, gênero e sexualidade’. Tal fato se torna ainda mais marcante se pensarmos em estudos que correlacionem questões de transexualidade e linguagem ou, mais precisamente, de violência transfóbica realizada na/pela linguagem. Boa parte dos estudos aí situados lida, grosso modo, com questões relativas à performatização de identidades de gênero na linguagem.

Nesse sentido, além da necessidade de mais trabalhos em torno das questões de transexualidade e de violência transfóbica, a relevância de pesquisas acadêmicas como esta reside no fato de, de algum modo, estas contribuir para retirar as identidades trans, e a complexa rede de violências nas quais elas estão inseridas, da invisibilidade, inclusive na universidade, pois aí também a transfobia opera. Ademais, o conhecimento gerado por pesquisas dessa natureza pode ser transferido para outras situações sociais nas quais se possa esclarecer, educar e desconstruir preconceitos. É por intencionar alterar formas injustas de distribuição de bens políticos, culturais e econômicos nas sociedades contemporâneas que esta pesquisa pode ser entendida como filiada a uma linguística crítica (ALENCAR 2006, p. 42).

Cumpramos-nos dizer que, apesar de distanciado, no que tange ao posicionamento teórico no interior da Pragmática, nossa pesquisa dialoga, em linhas temáticas, com outros trabalhos também desenvolvidos por pesquisadores ligados ao *Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade* (GELINS/UFS), no âmbito de Mestrado Acadêmico do PPGL/UFS, por se debruçar sobre questões de linguagem nas quais estão inseridas minorias sociais, a saber: “Polidez e inclusão: o ‘ser’ e o ‘parecer’ no discurso de professores sobre inclusão social da pessoa com deficiência na escola” (SANTOS, 2012) e ‘Relações de sexo/gênero e polidez linguística na fala de universitários de Lagarto/SE’ (NASCIMENTO, 2016). Assim, resta-nos apresentar o modo como está disposta nossa pesquisa:

No capítulo 1, intitulado *Sobre o caráter performativo da linguagem e a violência linguística*, realizamos uma primeira incursão teórica no sentido de, em diálogo com a Filosofia da Linguagem e a Pragmática Linguística, definirmos a concepção de linguagem subjacente a este trabalho, a saber, uma visão acional e performativa. É de tal perspectiva, em diálogo com perspectivas antropológicas, que buscamos pensar como, sob determinadas condições, a linguagem pode se constituir em um tipo específico de violência que opera mediante o reestabelecimento de contextos violentos.

No capítulo 2, *(Trans) contextos: de onde vem a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos*, propomos algumas incursões nos Estudos de Gênero de perspectiva pós-estruturalista, a fim de compreendermos como as experiências de gênero, inclusive aquelas trans, são performativizadas socialmente na linguagem, constituindo-se, nessa visão, em um efeito pragmático. Num segundo momento, abordaremos as causas e os modos de funcionamento contextual da transfobia, enfatizando o ciberespaço como um desses contextos.

O capítulo 3, *Aspectos metodológicos e contextualização da pesquisa*, como seu nome sugere, é dedicado à apresentação do contexto que envolve este trabalho e à descrição dos procedimentos metodológicos dos quais lançamos mão para constituir a amostra desta pesquisa e o *corpus* analisado.

Finalmente, no capítulo 4, *Analizando atos de fala transfóbicos: contextos indexados e efeitos pragmáticos*, procedemos à análise do *corpus* e à discussão interpretativa destes, em diálogo com as premissas teóricas adotadas.

Uma vez terminada a apresentação dos delineamentos gerais desta pesquisa, passemos à sua textualização.

1 SOBRE O CARÁTER PERFORMATIVO DA LINGUAGEM E A VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA

*Morro Agudo - SP
15/05/2017*

Uma travesti de 25 anos foi encontrada morta em um terreno baldio na Avenida Mariano Volpon no Jardim Europa, próximo à entrada de Morro Agudo (SP), na madrugada de segunda-feira (15), segundo informações da Polícia Civil. A vítima estava com ferimentos na cabeça e foi achada após um morador ver o corpo caído. Nenhum suspeito foi preso. A polícia investiga o caso como homicídio simples. A vítima estava com ferimentos na cabeça causados por uma pancada e não tinha marcas de violência sexual. "Pode ser uma paulada, uma pedrada, ou também, projetar a cabeça ao solo. A gente não sabe. Tem um instrumento contundente, isso a gente sabe, mas não sabe se é uma paulada, pedrada, um pisão, uma joelhada", contou o delegado (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Neste capítulo, através de incursões exploratórias nos campos da Filosofia da Linguagem e nos Estudos Linguísticos, apresentamos um panorama das concepções linguagem, enfatizando aquela de caráter pragmático, base na qual se assenta esta proposta de investigação. Ademais, como desdobramento dessa visão acional, centrada na linguagem em uso, buscamos delimitar o que seja a violência linguística, bem como descrever seus complexos modos de operação, nos quais estão imiscuídos elementos linguísticos, antropológicos e sociais.

1.1 DO ESSENCIALISMO À PERFORMATIVIDADE NAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM: A GÊNESE DE UMA VISADA PRAGMÁTICA

Desde muito cedo, na história do conhecimento humano, a questão da linguagem foi alvo de reflexão. Os primeiros empreendimentos intelectuais em torno de sua natureza remontam às especulações filosóficas da Grécia Antiga e confundem-se com o surgimento da própria Filosofia. Apesar de o auge dessa preocupação com a linguagem só se materializar no que temos chamado de Filosofia Contemporânea, com a virada

linguística ou giro linguístico¹¹, a questão do significado foi sempre ponto fulcral de investigação, em diferentes níveis e modalidades, nos domínios sobre a linguagem (cf. MARCONDES, 2009).

As coisas têm uma essência fixa que nos transcende? Há verdades eternas? O homem pode ser a sede de conhecimentos universalmente válidos? Embora indagações como essas possam parecer versar sobre aspectos demasiadamente exteriores ao que hoje norteia o fazer de uma ciência das línguas humanas, ou se quisermos, das linguísticas, elas estão no plano de fundo das orientações que diversas dessas correntes irão assumir, pois tocam diretamente o problema da significação e sua relação com a realidade, seja assumindo uma posição essencialista, seja negando-a.

Assim, apesar de uma variedade quase infinita – e, por vezes, labiríntica – de orientações dentro dos campos do conhecimento que tomam a linguagem como seu objeto de estudo, Martins (2009) nos apresenta uma chave de leitura didática, sobretudo quando a tarefa é cartografar esse vastíssimo campo com vistas a situar um trabalho nalguma região de sua geografia epistemológica. Nesse sentido, a autora apresenta-nos três linhas mestras de abordagem nas questões de linguagem na filosofia e que encontram suas ressonâncias no ideário subjacente às abordagens teórico-metodológicas nos estudos da linguagem.

No que Martins (2009) intitula abordagens *realistas*, a linguagem é vista como um “duplo do real”, como uma instância que estabelece uma relação biunívoca com a realidade, com os “objetos” a que se refere. Já em perspectivas *mentalistas*, tal realidade tem caráter representativo em relação a processos intersubjetivos, ou seja, representa acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes nas situações de interação.

Ambas as concepções, então caracterizadas, podem ser agrupadas sob o título de essencialistas, uma vez que têm em comum o fato de assumirem que o significado experimenta algum tipo de existência imanente à linguagem, admitindo-o, em algum nível, como realidade anterior ao uso, ou pré-discursiva, por assim dizer. Nesse ponto,

¹¹ Possibilidades de tradução da expressão inglesa *linguistic turn* usuais nas literaturas científicas em língua portuguesa para designar a ascensão da linguagem ao lugar central de reflexão na Filosofia, ao deixar de ser vista como representação da realidade, sendo interpretada, então, enquanto elemento a partir do qual a realidade é constituída. A expressão foi “utilizada pela primeira vez no início do século XX pelo filósofo do círculo de Viena Gustav Bergmann. A expressão foi retomada por Richard Rorty, que a consagrou, em uma coletânea intitulada precisamente de *The Linguistic Turn*, de 1967.” (MARCONDES, 2009, p.10).

vemos claramente a intersecção entre filosofia e linguagem, em outras palavras, vemos como a linguagem atravessa diametralmente o problema da construção do conhecimento do mundo, da realidade, em termos técnicos, o problema da epistemologia.

Enquanto isso, num enfoque *pragmático*, a linguagem é encarada como uma realidade usada ou vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade linguística histórica, cultural e ideologicamente determinada. Por tal definição, ainda em consonância com Martins (2009), podemos perceber que um olhar pragmatista estabelece ruptura com os essencialismos, não por se constituírem como realidades eminentemente antagônicas, mas por priorizarem – e encararem como decisivas – dimensões diferentes da significação ou, em termos gerais, da linguagem.

Não obstante reconheçamos o caráter problemático que um inventário resumitivo de concepções teóricas possa assumir, uma vez que há uma multiplicidade de propostas e autores debaixo de cada uma das perspectivas apresentadas, voltaremos nosso foco de discussão para as ideias que residem sob o rótulo de *abordagens pragmáticas de linguagem*. Tal opção justifica-se pelo fato de o trabalho aqui empreendido investigar a linguagem como forma de ação, como prática social que produz a realidade. Assim, uma pesquisa que parte de atos de fala produzidos em situações reais de interação como ponto de partida para pensar sobre o modo como a linguagem pode se configurar violência transfóbica, performativizada em contextos específicos de uso, nos parece uma empreitada produtiva sob as perspectivas das referidas abordagens pragmáticas.

Como nos aponta Marcondes (2006), a tripartição clássica do estudo da linguagem em sintaxe, semântica e pragmática tem sua gênese no texto *Foundations of Theory of Signs*, do filósofo Charles Willian Morris (1901 – 1979), da Universidade de Chicago, publicado em 1938, na *Internacional Encyclopedia Unifield of Science*. É no entorno dessa instituição estadunidense que os primeiros delineamentos teóricos de uma investigação pragmática da linguagem ganharão fôlego, sob o influxo de trabalhos como os de Rudolf Carnap (1891 – 1970) e Sanders Peirce (1839 – 1914), sendo este último considerado um de seus precursores, uma vez que “em sua discussão sobre a natureza e a função dos signos destaca a importância do uso, enfatizando o papel do interpretante na relação entre o signo e aquilo que este designa” (MARCONDES, 2006, p. 218).

Em linha gerais, segundo a definição clássica sustentada por Morris e Carnap, a finalidade da sintaxe é examinar a relação entre os signos em contiguidade, a semântica

debruça-se sobre a relação que os signos estabelecem com os objetos a que se referem e a pragmática, por sua vez, ocupa-se da relação entre os signos e seus usuários e como estes os interpretam e os empregam. Essa simples e breve definição teve ressonâncias decisivas nos rumos dos estudos filosóficos e linguísticos até os dias atuais.

Ainda segundo Marcondes (2006), tendo em vista as delimitações dos objetos de estudo apresentadas, as áreas da sintaxe e da semântica experimentaram maior desenvolvimento teórico graças a uma maior facilidade de sistematização e um maior grau de sistematização de suas teorias, o que fez com que os estudos da pragmática se constituíssem um “problema” e chegassem a ser considerados por um de seus precursores, Rudolf Carnap, como inviável, haja vista que o uso da linguagem em situações concretas é por demais diversificado, complexo e sujeito a variações, o que se constituiria um impeditivo para uma análise científica ou filosófica.

Tal interpretação, que se constituiu um obstáculo para maiores desenvolvimentos na Pragmática, encontra suas raízes na concepção de ciência predominante na época, a qual, desde a discussão em torno do conhecimento na *Metafísica* e nos *Segundos Analíticos* de Aristóteles, tem sido definida como conhecimento de universais, através da abstração e da generalização. Tal situação guarda semelhanças com as limitações teórico-metodológicas impostas por um modelo de ciência positivista, mecanicista e compartimentalizada que marcou o surgimento da Linguística moderna com Saussure e suas consequências nos delineamentos posteriores da área.

Nesse sentido, no clássico *The Logical Syntax of Language* (1937), Carnap restringe sua análise a linguagens em que não há dependência contextual, ou seja, relegando fatores não linguísticos à exterioridade de seu trabalho em Pragmática. Desde então, paira uma questão por sobre os estudos da linguagem: é possível fazer uma análise sistemática da linguagem em Pragmática? É possível oferecer um tratamento sistemático à investigação da linguagem no que tange às dimensões não linguísticas do significado? Tais questões serão retomadas noutro momento de nossa argumentação.

Segundo a classificação proposta por Marcondes (2006), as abordagens em Pragmática podem ser percebidas em duas concepções distintas: a concepção contextualista e a concepção performativa. Assim, a primeira delas se configura a partir de uma relação de contiguidade com a semântica, sendo caracterizada por trabalhos que

se debruçam sobre a investigação de fenômenos como a *dêixis* ou as *expressões indiciais*, Bar-Hillel (1982), os quais, para produzirem significados, possuem alto grau de dependência de um contexto não linguístico. Segundo essa concepção, o contexto é a categoria dominante de uma análise pragmática.

Enquanto isso, na concepção performativa em pragmática, o fator determinante para a significação é o uso e à noção de contexto é acrescentada a ideia de que a linguagem é uma forma de ação por meio da qual a realidade é produzida, negando assim um caráter meramente designativo ou descritivo. É apoiando-se nessa segunda concepção dos estudos pragmáticos que a presente pesquisa se insere, ao buscar compreender de que modo significados violentos de motivação transfóbica são produzidos em comentários *online* no site de notícias *GI*, performativizados, por meio de usos linguísticos e discursos específicos.

No interior desse paradigma, podemos destacar as contribuições oferecidas pelos trabalhos de dois grandes pensadores – Ludwig Wittgenstein (o de *Investigações Filosóficas*) e John Langshaw Austin – cujas ideias configuram marcos no caminho das abordagens linguísticas em perspectiva pragmática, do campo disciplinar da Pragmática Linguística (em disputa com a Semântica e a Sintaxe) e às quais retornaram os teóricos atualmente em torno das discussões de uma “Nova Pragmática”, enquanto espaço de investigação que reclama a natureza eminentemente interdisciplinar, social e política do estudos pragmáticos da linguagem.

Portanto, apresentaremos, nas seções seguintes, as contribuições desses dois principais teóricos representantes das perspectivas performativas em Pragmática, evidenciando as especificidades de seus trabalhos e como elas tocam as preocupações que mobilizam a presente pesquisa.

1.2 WITTGENSTEIN: UMA PRAGMÁTICA DOS JOGOS DE LINGUAGEM

É justamente no segundo Wittgenstein, o de *Investigações Filosóficas* (1975), que encontramos a ruptura fundamental com posições que advogam em favor da função

representativa da linguagem e das análises baseadas em enunciados artificiais, submetidos a condições de verdade estabelecidas por ditames lógicos (análise vericondicional), posições de inspiração essencialista, que eram defendidas pelo mesmo autor em sua primeira fase, quando da publicação de *Tractatus Logico-Philosophicus* (1961 [1922]).

Ao substituir o *paradigma da representatividade* pelo *paradigma da comunicabilidade* no seu modo de ver a linguagem, Wittgenstein (1975) coloca o uso, ou seja, a linguagem em ação nas situações reais de comunicação, no lugar privilegiado de sua reflexão filosófica. Tal fato justifica que ele, assim como Austin, seja considerado, em sua tradição de estudos, um filósofo da linguagem ordinária. Perseguindo esse horizonte, elabora uma crítica veemente à teoria subjetivista e mentalista do significado (cf. ARMENGAUD, 2006, p. 36), sublinhando que linguagem e pensamento são realidades indissociáveis e que se constituem mútua e simultaneamente.

Ademais, o filósofo abandona o antagonismo entre “linguagem privada” e “linguagem pública”, assumindo que todo uso de linguagem é eminentemente público, ou seja, social, e que se realiza sob o ditame de regras estabelecidas. Assim, falar (usar a linguagem) seria uma atividade publicamente controlada no exercício da comunicação. Desse modo, a linguagem não funciona, em primeira instância, a partir de uma intenção comunicativa ou de representação, mas como o exercício de uma influência efetiva que se faz sobre os outros (cf. ARMENGAUD, 2006, p. 37). Assim, “no uso da linguagem, uma parte grita as palavras e outra age de acordo com elas” (MARCONDES, 2009, p. 171).

É nessa altura de suas reflexões que Wittgenstein cunha a noção de linguagem como um jogo (*language game*), uma atividade partilhada e regulada que acontece entre sujeitos, como fica evidente no parágrafo 23 das *Investigações*: “A expressão jogo de linguagem deve indicar que falar uma língua faz parte de uma atividade, de um modo de viver” (WITTGENSTEIN, 1975). Após essa passagem, o autor apresenta uma lista com uma série de possibilidades de jogos de linguagem inscritos em atividades humanas e passa a duas advertências centrais para sua teorização.

Em primeira instância, ele ressalva que não há como estabelecer uma lista finita de jogos, pois estes são tão abundantes, quanto abundantes e polifônicas são as formas de vida e as possibilidades de interatividade humanas. Em segunda instância, sustenta a

ausência de um conceito de “jogo de linguagem”, o que funciona como uma espécie de interdição a qual tiveram de transgredir seus discípulos na busca de teorizarem sobre o assunto, ampliando seus expedientes analíticos para além da descrição dos diferentes tipos de jogos, conforme destaca Armengaud (2006, p. 38).

Na esteira de tais reflexões, pode-se dizer que a significação, segundo a perspectiva wittgensteiniana, não é uma instância fixa nem unitária, tampouco está estabelecida de modo definitivo, mas, ao contrário, esta é completamente dependente de implicações contextuais sóciopráticas. É das tramas complexas de cada jogo de linguagem específico – cujas regras são convenções coletivas culturalmente estabelecidas – que as palavras haurem suas possibilidades de significação.

Levando em consideração que tais regras são regras de uso, por isso, regras pragmáticas, analisar o significado das palavras consiste em situá-las nos jogos em que são empregadas, “consiste em perguntarmos o que os participantes nos jogos fazem com essas palavras, isto é, consiste em mapearmos as regras segundo as quais jogam, segundo as quais realizam lances válidos no jogo.” (MARCONDES, 2006, p. 223). Ou seja, tais regras dizem respeito àquelas segundo as quais os enunciados produzem sentidos possíveis e permitidos no interior dos jogos de linguagem, no interior das práticas discursivas.

Segundo Armengaud (2006, p. 37), por sustentar posições como as explicitadas aqui, é que podemos considerar o ponto de vista de Wittgenstein como “pragmático no pleno sentido do termo: vinculado à ação, a um quadro ativo não verbal, a finalidades práticas”. Assim, quando o filósofo nos aconselha: “Pergunte-se: em que ocasião, com que propósito dizemos isso? Que modos de agir acompanham essas palavras... Em que cenas elas são utilizadas e por quê? ”, fica explícita a concepção de que os enunciados produzem sentidos não apenas a partir do modo como as palavras são empregadas na frase, mas através de “unidades transfrásticas indissociáveis das situações de uso”.

1.3 AUSTIN: A TEORIA DOS ATOS DE FALA E AS ORIGENS DA PERFORMATIVIDADE

Seja por considerá-la a vertente que melhor representa a concepção pragmática de linguagem (MARCONDES, 2006, p. 225) ou por reconhecer que as reflexões disparadas por ela são de impacto considerável em todo ocidente (OTTONI, 2002, p. 35), a *Teoria dos Atos de Fala* (doravante, TAF), proposta por John Langshaw Austin e veiculada na obra póstuma *How to do things with words* (1962) – fruto de 12 conferências ministradas nos anos 1950 – e em outros artigos como *Perfomative utterances* e *Performatif/ constatif*, assume lugar matricial na tradição de estudos que assumem a natureza performativa da linguagem nas mais diversas áreas do conhecimento (DERRIDA, 1991a, 1991b; BUTLER, 1997; HALL, 1997; OTTONI, 2002; SILVA, 2015; MARCONDES, 2009; CAMERON, 2010 [1998]; RAJAGOPALAN, 2010; SILVA, 2014; BORBA, 2015; HEBERLE; OSTERMANN; FIGUEIREDO, 2006; ALENCAR; FERREIRA, 2013, 2016).

Configurando-se uma poderosa crítica à tradição de pensamento ocidental modernista, que restringia a linguagem à sua função designativa, de natureza essencialista, o filósofo da Escola de Oxford introduz suas reflexões propondo uma distinção básica entre enunciados *constativos* e enunciados *performativos*, tarefa que inicia já em sua primeira conferência e que se estende até a sétima.

Assim, a partir da observação da linguagem ordinária, ou seja, da linguagem em situações reais de uso, ele afirma que existem enunciados – sobretudo as frases declarativas em geral – que têm a função de constatar a realidade, descrevê-la, informar sobre ela (enunciados declarativos), a exemplo de “todo homem é mortal”. Diferentemente destes, há outros enunciados que realizam ações quando proferidos sob determinadas condições sociais e sem os quais certas ações não acontecem (enunciados performativos), como é o caso de “aceito”, proferido pelo noivo em uma cerimônia de casamento ou do “aposto”, dito quando se quer realizar uma aposta.

Segundo a proposta de Austin (1990 [1962]), os performativos possuem três dimensões simultâneas e indissociáveis, a saber:

- *ato locucionário* – ato de dizer algo, produzir ruídos que formam vocábulos com certo sentido e referência mais ou menos definidos;
- *ato ilocucionário* – ato realizado “ao dizer algo”, consiste em realizar atos como perguntar ou responder; dar uma informação, ou garantia ou advertência; anunciar um veredito ou uma intenção; pronunciar uma sentença; marcar um compromisso, entre outros;
- *ato perlocucionário* – ato realizado “por dizer algo”, consiste nos efeitos alcançados pelos atos de fala, como: convencer, comover, alarmar, obrigar, etc.

Distintamente dos enunciados declarativos, que podem ser considerados verdadeiros ou falsos a partir dos critérios lógicos – critérios de vericondicionalidade –, os performativos podem ser tidos como felizes ou infelizes, de acordo com o atendimento de determinadas *condições de felicidade* que, em linhas gerais, dizem respeito ao cumprimento de seu “caráter ritual ou cerimonial”, ou seja, a realização desse performativo dentro das condições convencionalizadas socialmente de sua ocorrência – abrindo, assim, um espaço privilegiado para elementos não-linguísticos (pragmáticos) na produção dos sentidos. Austin se mostra empenhado em descrever os critérios para definir tais condições de felicidade dos performativos, “apesar de um mapeamento ou a explicitação completa das regras se mostrar inexecutável” (MARCONDES, 2006, p. 225).

Os inúmeros malogros de suas tentativas de estabelecer critérios plausíveis, que justifiquem sustentar o binômio performativo-constativo, parecem compor uma eficaz estratégia para chegar a um lugar previsto por Austin desde o início de seus exercícios de diferenciação entre ambos os enunciados. Assim, no início da sétima conferência, ele afirma que não é possível encontrar um critério seguro – do ponto de vista gramatical – para caracterizar os performativos, embora podendo sustentar que todo constativo pode vir a ser colocado sob a forma de um performativo explícito.

Diante dessa afirmação e do anunciado desde o início de suas propostas de diferenciação malogradas, Austin chega à conclusão de que não há distinção entre constativos e performativos, pois, na verdade, todo constativo é um performativo disfarçado. Desse modo, o termo performativo passa a dizer respeito a todo ato de fala, o que significa dizer que não há ato de fala meramente descritivo, mas todos os proferimentos são formas de ação. É nesse sentido que a “falácia descritiva” (AUSTIN, 1990 [1962], p. 23) é abandonada pela teoria austiniana e, assim, transforma-se em alvo

constante das incisivas críticas realizadas pelos estudos filiados à visão performativa da linguagem que foram posteriormente desenvolvidos.

No interior das formulações deste filósofo sobre os atos de fala (*speech acts*), outro ponto que merece relevo – inclusive pelo caráter decisivo que este assume na compreensão da violência linguística, o que está no horizonte de análise deste trabalho – é a distinção entre ilocucionário e perlocucionário, ou seja, a distinção entre “o ato de dizer” e “as consequências do ato de dizer”. Uma vez tendo abandonado a distinção performativo-constativo, é a essas “questões fundamentais” (AUSTIN, 1990 [1962], p. 83) que Austin nos convida a retornar.

Como sugere Rodrigues (2012), tal distinção fica bastante clara quando a analisamos em relação a atos físicos como, por exemplo, o ato de atirar em alguém. Do ponto de vista dos atos físicos mínimos que compõem o ato de atirar em alguém, podemos pensar em ações diferentes como: contrair o dedo, puxar o gatilho, atirar e ferir. Embora fiquem mais claros os diferentes atos praticados, torna-se bastante complexo pensar um limite entre o ato de puxar o gatilho e sua consequência, no caso, o ato de ferir alguém, o que não acontece se pensarmos em um ato linguístico.

O termo ilocucionário refere-se às convenções de força ilocucionária relacionadas às circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento foi emitido (contexto pragmático). Por exemplo, dizer “Lá fora está muito frio!” tem a força ilocucionária de uma advertência, mas pode ter o efeito perlocucionário de fazer o ouvinte desistir de sair à rua, bem como pode motivá-lo a fazê-lo.

Nesse sentido, inclusive das sentenças que se realizam sob uma “forma” declarativa, mediante uma análise pragmática, pode-se depreender uma força ilocucionária contextualmente constituída. Sentenças como “Seu time vai perder” podem configurar uma aposta, um desejo, uma constatação, uma repreensão. Desse modo, inferimos que “a realização de um ato de fala com determinada força vai além de seus elementos linguísticos propriamente ditos [...]”, assim, podemos pensar que “um dos objetivos da análise dos atos de fala consiste precisamente em tornar explícita a força do ato realizado” (MARCONDES, 2006, p. 224). É no intento de empreender esta tarefa que o presente trabalho objetiva analisar a força ilocucionária da qual os atos de fala transfóbicos são dotados.

Na última conferência de *How to do things with words* (Austin, 1990 [1962]), Austin classifica as forças ilocucionárias dos proferimentos em cinco tipos: 1) vereditivos: dão vereditos, realizam juízos de valor, apreciação; 2) exercitivos: consistem no exercício de poderes, direitos ou influências; 3) comissivos: comprometem o sujeito com ações posteriores; 4) comportamentais: expressam reação mediante a conduta dos demais ou da situação; 5) expositivos: dizem respeito ao modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma conversa ou argumentação.

A formulação de uma lista como essa, apesar das limitações que possa apresentar, como evidenciado pelo autor, aponta para a necessidade de identificação do tipo de ato realizado, com vistas a favorecer uma análise que “dependeria, assim, da identificação do ato para a reconstrução das regras que tornaram possível a sua realização”. Desse modo, parece-nos que, em se tratando de uma pragmática austiniana, “um método de explicitação de elementos implícitos é um dos objetivos centrais da teoria e uma das características centrais de sua visão pragmática” (MARCONDES, 2006, p. 225).

Como já destacado no início desta seção, a TAF e a ideia de performatividade tiveram grande impacto não apenas na filosofia e nos estudos linguísticos, mas em diversas áreas das humanidades, uma vez que assumir a linguagem como performativa – e não como representação – altera cenários teóricos e metodológicos – ou, ao menos, os põe em questão – de todas aquelas áreas que têm seus objetos de estudo atravessados pela linguagem, em suas mais diversas modalidades, como, por exemplo Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Ciências Sociais, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, entre outras.

Apesar da morte precoce de Austin, e do reconhecimento de que aquilo que estava sendo desenvolvido por ele em suas conferências eram reflexões iniciais, embora decisivas, de uma abordagem muito mais ampla, “a leitura oficial” de Austin consagrada foi aquela feita por Searle, em *Speech Acts* (1969), considerado seu “herdeiro e leitor privilegiado”. Nesse ponto, alinhamo-nos à larga crítica que tem sido feita a essa interpretação sarleana do pensamento austiniano, liderada, nos estudos da linguagem, por Kanavillil Rajagopalan desde sua publicação na *Language and Communication*, intitulada *On Sarle [on Austin] on Language* (2000), reverberada em inúmeros outros trabalhos posteriores de sua autoria e de autoria de seus colaboradores.

Tal crítica está centrada no ímpeto formalizante¹² com o qual Searle se debruçou sobre a obra de seu professor, o que acabou por realizar mudanças drásticas em termos de concepções teóricas que vinham sendo desenvolvidas por Austin, como estratégia de alinhamento do potencial transgressor do trabalho austiniano ao *establishment* da filosofia analítica da época. Como afirma Rajagopalan (2010, p. 17), não é de se estranhar que o pensamento de Austin tenha se tornado algo “irreconhecível” na interpretação de Searle, tendo em vista as diferenças marcantes entre as posições filosóficas de ambos, o que causa espanto é a aceitação pacífica de uma visão que encara ambos os trabalhos como numa continuidade automática e linear, como se um tivesse prosseguido do ponto onde o outro parou.

Em sua tese de doutoramento, Alencar (2010) dedica seu estudo à retórica searleana na interpretação do pensamento de Austin. Os resultados desta investigação apontam um marcante distanciamento entre a matriz de pensamento sobre a linguagem desenvolvida no *How to do things with words* (1962) e no *Speech Acts* (1969), o que, segundo a autora, é evidenciado pelas raras referências ao trabalho do primeiro nos escritos do segundo e, quando estas acontecem, estão sob efeito de citação indireta e a serviço da discordância.

Sem sombra de dúvida, a elaboração do conceito de *conteúdo proposicional* (Searle, 1969) e seu manejo, na análise do ato de fala, separada das demais dimensões do ato (locucionário, ilocucionário e perlocucionário) significa uma descontinuidade no desenvolvimento da teoria e uma diametral discordância entre as concepções de Austin e Searle. Considerar o ato proposicional (significação interna e independente de elementos exteriores à estrutura da língua) separado da dimensão ilocucionária é pensar a linguagem fora das situações de uso, ou seja, pressupõe a existência de uma significação independente do contexto.

Assim, ainda conforme Alencar (2010), ao propor que os atos ilocucionários representam um estado de coisas e possuem uma forma lógica, a TAF é conduzida para

¹² Conforme demonstra Alencar (2010), tal preocupação formalizante coloca o pensamento de Searle em sintonia com as prioridades de uma linguística tradicional e, em especial, da Teoria Gerativa de Noam Chomsky, contemporânea aos estudos de Austin, que segue um caminho oposto quando marca o objetivo do seu trabalho na busca de universais linguísticos que sustentem sua ideia de competência, “uma concepção linguística formalista que faz da sintaxe uma máquina mental capaz de gerar sentenças bem formuladas” (ALENCAR, 2010, p. 140). Assim, o discurso chomskiano pode ser encontrado em diversas passagens do *Speech Acts* (1969), como por exemplo, quando ele afirma que “a linguagem é um comportamento intencional governado por regras interiorizadas (ALENCAR, p. cit., p. 140).

o campo da lógica, da filosofia analítica, afastando-as das ideias de Austin e avizinhandoo as das proposições filosóficas de Frege e Russel. Somado a isso, a clara desconsideração do aspecto cultural como elemento relevante para a linguagem e para a produção de sentidos contrasta com o pensamento original, fundamentalmente alicerçado numa compreensão externalista/antiessencialista. Desse modo, como ratifica Manfredo Oliveira:

Searle toma clara posição contra o antiessencialismo proveniente das investigações filosóficas, que tem como consequência, segundo ele, a renúncia a qualquer análise filosófica sobre nossos conceitos, de modo que seria impossível dizer o que é a natureza da promessa. Para ele, tais análises são indispensáveis, se realmente queremos saber o que é a linguagem, e isso implica uma idealização do objeto analisado. Tratando-se de uma análise da natureza do ato em questão, serão deixadas de lado condições acidentais, como também atos implícitos em suas mais diferentes formas. Numa palavra, vai-se também aqui tratar de um ato *simples e idealizado*. Esse método de construção de *modelos idealizados* corresponde, segundo Searle, ao procedimento de formação de teorias nas ciências empíricas, o que é aliás indispensável para a apresentação sistemática das questões tratadas (OLIVEIRA, 2006, p.185 – grifo nosso).

Ademais, a “sacralização” que o texto e as premissas austinianas sofreram graças às posições de Searle, como num consenso estabelecido sobre tais ideias, tornou-se, por certo tempo, obstáculo ao avanço da perspectiva de linguagem apresentada no *How to do things with words* (Austin, 1990 [1962]) e a desenvolvimentos, aplicações e revisões consonantes com tal posição. Nesse sentido, é num retorno a Austin e à performatividade que filósofos e linguísticose contemporâneos irão desenvolver seus trabalhos, revisitando-o, criticando-o e propondo desdobramentos bastante significativos, nos quais este trabalho apoia sua concepção de linguagem e seu percurso de investigação.

É sobre esses desdobramentos, ou sobre essa “radicalização” da performatividade que a seção seguinte irá versar, enfocando privilegiadamente as contribuições que esse retorno crítico a Austin trouxera para a Pragmática Linguística, em termos de rupturas e redimensionamento de possibilidades teóricase metodológicas, bem como de consequências ético-políticas, ao que tem sido chamado, no Brasil, de Nova Pragmática.

1.4 TEORIA DOS ATOS DE FALA NA NOVA PRAGMÁTICA: PERFORMATIVIDADE E ASPECTOS SOCIAIS

Antes mesmo de procedermos a uma apresentação acerca do modo como a TAF e a noção de performatividade estão presentes nos trabalhos que têm sido intitulados como Nova Pragmática, aos quais esta pesquisa se filia, faz-se necessário produzir um delineamento básico sobre este campo emergente e sua relação com a tradição dos estudos pragmáticos no campo da linguagem (Pragmática Linguística tradicional)¹³ e com outras áreas do conhecimento, nas quais a linguagem também ocupa lugar decisivo.

Tendo em vista a multiplicidade de abordagens, posições teóricas e fenômenos que têm se abrigado debaixo do título *pragmatics* (pragmática), desde quando o termo foi cunhado por Charles S. Pierce, em 1878, talvez seja a diversidade sua principal característica. Tal fato pode ser pensado justamente como consequência da proposta de ser esse um campo voltado para “o estudo da linguagem em uso”, elemento partilhado nessa polifonia de perspectivas. Como infinitamente diversos são os usos que a linguagem pode ter, são igualmente diversos os contextos em que ela se dá e os caminhos de investigação a serem seguidos para sua compreensão a partir dessa posição.

Assim, num esforço para ilustrar o dimensionamento do campo a partir de afinidades na diversidade, Pinto (2009), além de apresentar inúmeras linhas de trabalho que têm sido realizadas em Pragmática, propõe a existência de três correntes mais gerais: o Pragmatismo Americano, os Atos de Fala e os Estudos da Comunicação. Desse modo, o critério decisivo para a definição de um trabalho como pertencente à Pragmática seria, justamente, a identificação neste do objetivo de “analisar, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários (...); e, de outro lado, estudar as condições que governam essa prática (PINTO, 2009, p. 47)”.

Segundo essa organização da área, o Pragmatismo Americano está alicerçado nas ideias fundacionais de Pierce, que foram posteriormente desenvolvidas por Willian Jones,

¹³ Em nossa perspectiva, o que temos chamado de Pragmática tradicional diz respeito tanto àqueles estudos filiados ao Pragmatismo Americano, por sua natureza eminentemente logicista, quanto àquela pragmática feita no interior da Teoria dos Atos de Fala, sob a ótica formalizante de Searle, bem como estudos que se centrem numa noção de linguagem e de sujeitos nascidos no pensamento liberal, como demonstraremos noutro ponto do texto.

Charles Morris e Willard V. Quine. O principal foco de preocupação dessa abordagem é a investigação em torno das condições de verdade (vericondicionalidade) que permitem julgar uma sentença verdadeira ou falsa, a partir de princípios lógicos. Nessa perspectiva, o contexto diz respeito às relações lógicas estabelecidas pelas proposições.

Já no interior dos estudos dos Atos de Fala, postulados por Austin (1990 [1962]) e reinterpretados por Searle (1969), como já mostrado aqui, a premissa é de que as palavras realizam ações e de que todo proferimento é um fazer, ainda que este se realize sob a forma de uma constatação. Desse modo, a preocupação não reside nas condições de verdade de uma sentença, mas nas suas condições de felicidade/infelicidade, como demonstrado na seção anterior.

Considerando os efeitos do trabalho de Searle no curso dessa corrente, suas investigações estão voltadas principalmente para a identificação e a classificação sistemática dos atos de fala, a partir de seus conteúdos proposicionais, determinados em separação dos contextos ilocucionários – aqueles de caráter não-linguístico. Nesse espaço, com variadas nuances, abrigam-se os estudos de Grice, Brown e Levinson, dentre outros.

Os Estudos da Comunicação na Pragmática são definidos por Pinto (2009) como um aglomerado de pesquisas em Pragmática que podem levar em conta construtos teóricos advindos das duas correntes anteriores, mas que têm como particularidade a consideração de teorias de caráter historicista (ausentes nas duas primeiras) para compreender os contextos das interações linguísticas, tomados em sentido amplo, como históricos, sociais, políticos e ideológicos. Assim, a depender do contexto pragmático que envolva a interação linguística em estudo, pode-se acionar teorias filosóficas, sociológicas, históricas, políticas, sobre ideologia, antropologia, estudos de gênero e o que mais for necessário para compreender a produção de sentidos realizada pelos usos linguísticos naquele contexto específico.

Nesse sentido, assumimos uma postura crítica em relação as duas correntes mencionadas anteriormente, Pragmatismo Americano e Atos de Fala, pois se reconhece que numa sociedade cada vez mais complexificada por transformações e conflitos de toda ordem, sobretudo de classe, de gênero e de raça, é indispensável uma Pragmática que seja capaz de dar conta do componente linguístico que, sem sombra de dúvidas, atravessa

todas essas questões, bem como do impacto de tais fatores sociais na produção de sentidos.

A essa postura socialmente engajada em seu modo de fazer pragmática, as posições tradicionais lançam inúmeras objeções, dentre elas, a mais clássica e reiterada, “a de não estarem fazendo pesquisa em linguística”, por considerarem como parte integrante de sua análise elementos até então não reconhecidos, ao menos na linguística *hard*, como inerentes à linguagem. À revelia disso:

O contra-argumento principal a essa crítica é que a demarcação dos limites entre linguagem e mundo, ou entre linguagem e sociedade é uma tarefa inglória e reducionista. Em outras palavras, pensar que incluir aspectos sociais chamados “extralinguísticos” em uma análise leva risco de não se “fazer linguística”, desvirtuando o campo sagrado do saber sobre a língua, é o mesmo que pensar que aulas sobre educação sexual vão fazer as pessoas terem mais relações sexuais. É uma desculpa frágil para não expor a própria frustração de não apreender o objeto por inteiro (PINTO, 2009, p. 64).

Sendo assim, a flexibilização de fronteiras epistemológicas marca os estudos em Pragmática compreendidos no interior do Estudos da Comunicação, pois reiteramos que a busca por uma compreensão mais ampla e satisfatória de nosso objeto de estudo (grosso modo, a linguagem em uso na sua relação com os sujeitos e os contextos), possui mais relevância que ímpeto purista de resguardar a salvo a ortodoxia de nossos campos disciplinares.

Endossando essa postura crítica em relação a um fazer ciência na linguística apartado dos aspectos sociais imbricados na linguagem, o que representou por muito tempo o pensamento hegemônico da ciência, Rajagopalan (2010) nos propõe a busca de uma “nova” Pragmática, uma Pragmática social e contra-hegemônica, engajada na conquista de uma prática teórica e metodológica nos estudos da linguagem cada vez mais comprometida com esse horizonte. Ademais, ele nos alerta que tal escolha, longe de ser uma ingênua e despretensiosa opção entre métodos diferentes de trabalho – numa visão neutra sobre a ciência e a produção do conhecimento –, constitui-se como essencialmente política e ideológica:

Cognitivism e societalismo não são simplesmente duas alternativas puramente teóricas. Tampouco é a escolha entre elas apenas uma questão de alcançar adequação para os níveis descritivos ou explicativos. A escolha entre as duas é política. Cognitivism e societalismo têm como contrapartes na filosofia política o individualismo e o coletivismo – o que implica opiniões conflitantes sobre a natureza do ser humano, sobre a sociedade e a relação entre os dois. A desconsideração da sociedade (...) tem importantes conotações políticas, da mesma forma como o tem a atitude predominante em muitas teorias tradicionais correntes na linguística de conferir um estatuto menor às bases sociais da linguagem (RAJAGOPALAN, 2010, p. 43).

A partir desse prisma, quando retomamos, nesta pesquisa, a Teoria dos Atos de Fala e a performatividade, o fazemos num retorno à originalidade externalista e antiessencialista do pensamento austiniano. Assim, estas perspectivas teóricas passam a ganhar conotações políticas e ideológicas bem marcadas, que dizem respeito à desnaturalização da linguagem e, com isso, à problematização dos sentidos produzidos pelos discursos na relação com seus sujeitos (interactantes) e contextos sociais mais amplos.

Desse lugar, distanciamo-nos de alguns aspectos centrais de um pressuposto clássico assumido, sob diferentes formas, por uma Pragmática tradicional e que por muito tempo justificou fronteiras fixas e rivalizadas entre tal campo e os Estudos do Discurso nas suas mais variadas vertentes: o Princípio da Cooperação, suas máximas conversacionais e implicaturas, como proposto por Paul Grice (1982 [1967]). Tal ruptura justifica-se pelas incongruências entre algumas noções teóricas subjacentes às formulações deste princípio que muito influenciou toda uma tradição de pesquisadores e seus trabalhos em Pragmática, seja em concomitância ou em rivalidade, como é o caso da Teoria da Polidez Linguística de Brown e Levinson (1987) e da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2005).

Assim, os princípios a que nos referimos são as noções de sujeito, de comunicação e de sociedade que estão nas bases das ideias de Grice (1982[1967])¹⁴. Em seu trabalho,

¹⁴ A leitura crítica que aqui fazemos às ideias de Grice, bem como a outros teóricos filiados ao que temos chamado de Pragmática tradicional, apoiadas na visão de Rajagopalan (2010) e Mey (2014), de modo algum invalida sua larga contribuição para os estudos da linguagem. Em verdade, estas são plenamente compreensíveis se levarmos em conta o momento histórico e o lugar sociopolítico e epistemológico no qual sua pesquisa se desenvolveu. O fato ao qual aludimos é, de modo específico, sua limitação para pensarmos contextos interacionais nos quais a regra conversacional não é a cooperação, mas o conflito, a violência, como é o caso do objeto analisado neste trabalho.

tal autor defende um sujeito centrado e individual, plenamente racional e intencional, que se comunica a partir do respeito/desrespeito a um conjunto de máximas que regulam a atividade comunicativa, vista como realidade harmônica, na qual os sujeitos se comunicam visando, contratualmente, à cooperação e ao entendimento. Assim, a língua é tomada como instrumento de comunicação transparente e pacífico, em que todos os significados são acessíveis igualmente a todos os sujeitos, de forma clara.

Tais idealizações refletem um modelo de sociedade assumido que apaga os conflitos, as desigualdades e as violências, refletindo uma visão particular de mundo, especificamente, o da filosofia liberal anglo-saxã (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 23). Assim, o princípio cooperativo, que Grice defende como universal, veicula e legitima a ideologia linguística neoliberal e suas formas de vida, segundo a qual “o foco da ação é a intenção individual de atores discretos, não as relações sociais das quais essas ações emergem e, nas quais, retroativamente, ingressam” (KEANE, 2009, p. 55 apud SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 23).

Nesse ponto, vale ressaltar o motivo que nos faz considerar o retorno a Austin como divergente de posições em Pragmática tradicional, como demonstrado anteriormente. Ao pensarmos que a noção de ato de fala performativo (do qual decorre a performatividade como propriedade inerente a todo proferimento, logo à linguagem) tem, como sua condição de felicidade básica, o atendimento a uma “estrutura pré-estabelecida”, como manifestação de seu “caráter ritual, cerimonial”, podemos compreender como um ideal de sujeito completamente intencional-racional, ou seja, livre para produzir atos de fala, não coaduna com tal visão. Desse modo, pode-se compreender como a estrutura social, enquanto contexto pragmático, é decisiva na produção dos sentidos dos atos de fala e como este confere a eles a força ilocucionária.

Ademais, como nos mostra Mey (2001) em sua revisão crítica, a partir de lentes sociais, as teorias linguísticas clássicas da modernidade, inclusive fazendo referência a elementos teóricos localizados no interior da pragmática, não há como pensar a linguagem como independente da estrutura social, seja ela macro ou microdimensional.

Não podemos operar nem com apelos desarticulados, nem com atos de fala desprovidos de suporte, ou efetivamente com qualquer técnica linguística não mediada. Tudo o que dizemos ou ouvimos deve passar pela instância de mediação da sociedade: não existe o verdadeiro ‘discurso livre’ (como acreditavam os estudantes de Berkeley em

1968), nem num sentido positivo (eu ‘falando livremente’), nem num sentido negativo (ninguém dificultando minha ‘fala livre’). Minhas atividades linguísticas não são atribuídas a um mundo ‘ideal’ no sentido dos chomskianos, no qual falantes homogêneos exercitam seus direitos de língua de nascimento em harmonia com o ambiente (se de fato algum ambiente é pressuposto, no caso em questão). No que diz respeito aos meus atos de fala, a única perlocução verdadeira que meu ato de fala pode atingir é, novamente, aquela que tem seu suporte [*afforded*] no contexto social (MEY, 2001, p. 118).

Nessa direção, a visão performativa proposta por Austin (1962) é identificada por Ottoni (1998) como uma visão pós-moderna no que tange à linguagem, caracterizada, em linhas gerais, pela ruptura com a total intencionalidade do sujeito falante. Desse modo, ainda que a teoria austiniana pressuponha a existência de um sujeito, esse não possui mais o domínio pleno sobre a significação a ser intencionalmente transmitida ao ouvinte.

Ainda segundo Ottoni (1998), tal dissensão em relação à propositura de sujeito intencional deve-se, inclusive, à noção austiniana de *uptake*, o qual diria respeito à possibilidade de o ato ilocucionário também estar ligado à produção de certos efeitos no ouvinte, não no sentido perlocucionário, mas no sentido de que “um efeito deve ser obtido na audiência, para que o ato ilocucionário seja executado” (AUSTIN, 1990 [1962], p. 116). Assim, podemos concluir que em “qualquer situação de fala não há um ‘controle’ do sujeito falante sobre sua intenção, já que ela se realiza juntamente e através do *uptake* (como seu interlocutor). O *uptake* é então a condição necessária do próprio ato (de fala), é ele que produz o ato” (OTTONI, 1998, p. 82).

Levando em consideração as teorizações sobre linguagem até aqui desenvolvidas, em suas dinâmicas de aproximação e ruptura no cenário da Filosofia da Linguagem e da Pragmática Linguística, atentamos para significação ético-política da opção que aqui fazemos. Pensar a linguagem como performativa é compreender os estudos da linguagem como ciência social que nos permite investigar e desvelar o modo como as desigualdades, discriminações e violências se retroalimentam e se perpetuam nos significados socialmente construídos, quanto possibilidade de subversão a essa ordem estabelecida.

É por sustentar essa possibilidade de uma postura intervencionista que a Nova Pragmática se coloca como disciplina da linguística crítica, uma vez que esta, segundo Alencar (2006, p. 42), intenciona alterar formas injustas de distribuição de bens políticos, culturais e econômicos nas sociedades contemporâneas. Tal falta se faz, como podemos ver refletido nesta pesquisa, por meio da superação das dicotomias tradicionais (verbal

versus não-verbal; linguístico *versus* não linguístico, texto *versus* contexto), do estudo das práticas discursivas como um lugar para a operacionalização das dicotomias e para a reflexão sobre a possibilidade de uma pesquisa linguística transformadora (noção de *empowerment*).

Assim, para a compreensão da violência linguística de motivação transfóbica no ciberespaço – enquanto agência performativa que produz e subalterniza identidades em contextos pragmáticos específicos – faz-se indispensável um diálogo interdisciplinar como estratégia de enfrentamento teórico e político da questão. Assim, na seção 1.5, empreenderemos um diálogo com as Ciências Sociais para pensar a natureza social da linguagem e dos sentidos, bem como para compreender o fenômeno da violência, sobretudo quando perpetrada na linguagem, no diálogo com noções da Antropologia e da Psicanálise.

1.5 VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA: UMA QUESTÃO DE FORÇA ILOCUCIONÁRIA E DE CONTEXTO

Assumindo uma perspectiva performativa de linguagem, como delineado nas seções de 1.1 até 1.4, reiteramos que a “linguagem é um nome para nossa ação: tanto o ‘quê’ fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas consequências” (BUTLER, 1997, p.8). Desse modo, defendemos que dentre as inúmeras coisas que podemos fazer com a linguagem está a violência. Para além de representá-la ou mesmo descrevê-la, em determinados contextos, a linguagem pode constituir-se como uma modalidade específica de ato violento, a qual designamos como violência linguística.

Muito antes de ser uma questão hodierna, posta mais massivamente ante nossos olhos com a globalização e catalisada graças ao intenso processo de urbanização vivido em todo o mundo desde o pós-revolução industrial, a violência, assim como a linguagem, configura-se uma experiência constitutiva da realidade humana, seja numa perspectiva intrasubjetiva ou mesmo social. Essa constatação é assinalada em *Violence in War and*

Peace, quando ainda na sua introdução os autores afirmam que “talvez o que mais se possa dizer da violência é que, como a loucura, a doença e a própria morte, ela é uma condição humana”.

Assumir a violência como realidade intrínseca à experiência dos sujeitos nos leva a supor que sua presença está imiscuída em todas as esferas da vida social, sob múltiplas formas e naturezas. É justamente de sua configuração multifacetada e onipresente que deriva dificuldade de um consenso no que tange à sua definição. Apesar desse fato, assumimos, nesta dissertação, a proposta de Rocha (1996), que, a nosso ver, diferencia-se das definições mais tradicionais que tendem a acentuar a modalidade física do fenômeno. Nesse sentido, pensamos que:

a violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, p. 10).

Destarte, estabelecer as fronteiras entre a violência e a condição humana é, nestes termos, uma tarefa bastante difícil. Como sublinhado em diversas passagens da obra Freud, a origem de tal realidade é concomitante ao surgimento da própria civilização humana, uma vez que o “instinto agressivo, especial e independente” (FREUD, 1996 [1930], p.75) assume grande relevância no processo de individuação e formação da *psique*, além de sua natureza estruturante e regulatória da sociedade, no sentido de que “os regulamentos da própria civilização só podem ser mantidos através de certo grau de coerção” (FREUD, 1996 [1930], p. 18).

Apesar de o intento de traçar uma historiografia da violência revelar-nos quão remotas são suas origens no tempo e no espaço, Gauer (2003, p.13) aponta que este é um dos fenômenos sociais mais inquietantes do mundo atual. Trata-se de “[...] o elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não um resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção”, o que certamente justifica a produtividade das reflexões em torno desse tema nos mais diversos campos teóricos, inclusive na Antropologia Linguística e na Pragmática Linguística.

Como assinalado por Silva e Alencar (2014), os esforços teóricos em torno de uma definição mais acurada do que seja a violência linguística leva-nos, inevitavelmente, a questões clássicas nos estudos da linguagem: qual a relação entre forma linguística e significado? Em que medida a dependência contextual determina a produção dos sentidos? Há significados literais independentes do uso linguístico? Direcionando tais indagações para o nosso problema de pesquisa, teríamos, então: há significados violentos imanescentes à língua ou eles são produzidos por um contexto específico de uso?

No intento de responder a tais perguntas, enquanto alguns estudiosos como Grice (1989) e Ilari (1987) sustentam que há uma porção de sentidos na língua independentes do contexto e outra porção dependente, assumimos neste trabalho posições como as de Gumperz (1998 [1982]) e Hanks (2008), segundo os quais “o significado – mesmo o literal – deriva de uma fusão da forma linguística com o contexto”, sendo assim, algo que “emerge” da “interação entre a língua e suas circunstâncias” (HANKS, 2008, p. 226). Nesse sentido, toda forma linguística – logo, toda significação – é, de algum modo, indexical¹⁵, ou seja, remete ao seu contexto de produção, seja ele imediato – microssocial – ou remoto – macrossocial.

Partindo desse ponto de vista, a produção de significados violentos, no que tange à violência linguística, não diz respeito exclusivamente ao emprego de palavras que gozem, no interior do léxico de uma língua específica, de acepções consideradas injuriosas ou negativas. Os mecanismos pelos quais operam tais significados é a atualização de determinados contextos comunicativos, sociais e/ou históricos marcados pela injúria, que, por meio da enunciação de determinados atos de fala, atualizam seus contextos violentos e, por conseguinte, a violência nas quais foram produzidos se realiza reiteradamente. Nesse sentido a investigação empreendida neste trabalho vem ao encontro de lacunas nos estudos dos contextos como as apresentadas por van Dijk (2012), ao apontar que:

¹⁵ A noção de *indexicalidade*, bastante desenvolvida em estudos em pragmática de orientações semelhantes às de Silvestrein (1993), assumem que “os signos que funcionam metapragmaticamente ‘enquadram’, ‘regimentam’, ‘estipulam’ os fenômenos indexicais ou pragmáticos.” Nesse sentido, explica Silva (2014, p. 73): “como todo uso de signo envolve um “contexto”, então, necessariamente, todo uso de signo é contíguo a um contexto (e a um cotexto) [...] O signo, assim, funciona como índice do contexto. Porém, além de pressupor um contexto, o signo cria o contexto. Resumindo, os signos, a um só tempo, pressupõem e criam seus contextos. Nas palavras do próprio Silverstein (1993, p. 36): o signo ‘pressupõe (portanto, indexa) algo do seu contexto-de-ocorrência, ou acarreta (e, portanto, indexa) algo sobre seu contexto-de-ocorrência’

embora a Sociolinguística, a Estilística e a Etnografia contemporâneas trabalhem com dados do discurso natural, entre outros, a análise tem se concentrado muito em detalhes sutis da expressão, tais como a pronúncia, a entonação, a pronominalização, a lexicalização e a sintaxe (...) *São relativamente poucos os estudos voltados para os condicionamentos contextuais que pesam, por exemplo, sobre a coesão e a coerência, a escolha do assunto, os esquemas noticiosos ou argumentativos, os estilos das manchetes de jornal, os atos de fala, a tomada de turno ou as estratégias de persuasão e manipulação, dentre inúmeras outras propriedades do discurso* (VAN DIJK, 2012, p. 161-162, grifo nosso).

Neste momento das discussões até aqui empreendidas e levando em conta nossos objetivos de pesquisa, conforme referido na Introdução deste trabalho, a noção de contexto ganha particular relevo na compreensão dos mecanismos de produção de atos de fala violentos, cabendo-nos, então, situarmo-nos no interior dessa ampla discussão, plenamente em curso nos dias atuais. Assim, faz-se indispensável pensarmos o que seja o contexto, quais suas dimensões limítrofes em relação à produção discursiva em si e seu contato com uma suposta “exterioridade à língua”, bem como qual seja sua influência na produção de significados nas situações de interação semiótica, ou seja, nas situações reais de comunicação que ocorrem ordinariamente entre sujeitos socialmente situados em práticas discursivas específicas.

Em linhas gerais e longe de objetivarmos a exaustão da referida discussão, aludimos ao panorama proposto por Hanks (2008), ao traçar duas linhas gerais de tendências nas quais contexto tem sido concebido nas diferentes abordagens dos estudos da linguagem. Tal postura é aqui assumida graças ao seu potencial de identificar similaridades teóricas de base em tais posturas, mesmo reconhecendo que no interior dessas abordagens há variações de posições geradas, sobretudo, pelas opções metodológicas dos pesquisadores engajados nessas vertentes e pelas diferentes ênfases dadas aos fenômenos focalizados, estas orientadas pelos objetivos de cada uma dessas perspectivas.

Na primeira dessas visões, teríamos abordagens que têm em comum o fato de “tomarem o contexto como uma estrutura radial cujo o ponto central é o enunciado falado”, as quais “partilham um comprometimento com o individualismo metodológico, que prioriza o individual sobre o coletivo e procura reduzir estruturas sociais aos comportamentos individuais”. Para as teorias posicionadas nesse ponto de vista, “o

contexto é concomitantemente local da conversação e da interação, efêmero e centrado sobre o processo emergente da fala”. Desse modo, a ênfase recai sobre o uso efetivo e imediato da língua por sujeitos em situações temporal e espacialmente situadas e dele advém o fato de que as explicações feitas nas análises dessas interações partem das “atividades individuais de fala e das interações verbais nas quais elas ocorrem” (HANKS, 2008, p. 171).

Abarcadas por essa abordagem na qual o contexto é construído pelo uso efetivo da linguagem no curso da conversação, teríamos, em linhas gerais, perspectivas como as teorias em torno dos atos de fala de Fala em Austin (1962) e sua particular apropriação feita por Sarle (1969), as perspectivas pragmáticas e conversacionais de Grice (1989) e Levinson (2000 [1983]), a visão cognitiva das teorias conversacionais sobre o princípio da relevância em Seperber e Wilson (2005), a perspectiva sobre termos indiciais, pronomes e dêiticos como orientadores contextuais no curso da fala em Silverstrein (1976), além das perceptivas mais evidentemente situadas na etnometodologia e na análise da conversação como em Schegloff (1987) e em Sacks et al (1974).

De um prisma diverso do que fora apresentado, ainda segundo Hanks (2008), situam-se posições teóricas sobre a língua e o discurso nas quais o contexto é visto como “nem local, nem efêmero, mas global e duradouro, com escopo social e histórico maior que qualquer ato localizado”. Nessa orientação, as bases da compreensão fornecida aos contextos não advêm da linguística, da psicologia ou da macrosociologia, como é o caso da primeira, mas de teorias sociais e históricas mais amplas. Para abordagens inscritas nessa visão, os esquemas analíticos e explicativos da produção de significados nas interações não se restringem aos eventos individuais e espaço-temporais imediatos, mas referem-se às “condições sociais e históricas anteriores à produção do discurso e que o restringem” (HANKS, 2008, p. 172).

Ademais, outro fator que caracteriza essa segunda visão de contexto é a afirmação de que a inteligibilidade dos discursos “não depende apenas de sistemas linguísticos (gramatical e semântico)”, sendo assim, as unidades relevantes para a produção do significado não são exclusivamente aquelas relativas ao “desenrolar momentâneo dos enunciados que os defensores do individualismo metodológico chamam de tempo real, mas o tempo conjuntural e dos sistemas coletivos e os processos históricos” (HANKS, 2008, p. 172), nos quais estão inscritas influências que põem em evidência sistemas de

ideologias e relações de poder na produção de sentidos, entendidas de diferentes formas a depender da corrente de pensamento a qual se filia.

Subscritas a essa visão ampla de contexto, na qual são suas dimensões macrosociais e históricas que delimitam a produção discursiva local, estão, grosso modo, orientações teóricas como aquelas sobre o discurso, suas ordens, sistemas de crença e relações de poder na vasta obra de Foucault, as ideias sobre trocas linguísticas regidas pela assimetria na distribuição social de capitais simbólicos como pensada por Bourdieu (1998). Além dessas, a concepção da linguagem como realidade opaca que se materializa em produções discursivas nas quais os sujeitos clivados produzem sentidos, a partir de sua inscrição em formações discursivas ancoradas em formações ideológicas e sociais, como pensado pelas orientações em Análise do Discurso de linha francesa, e a visão tridimensional do discurso como momento da prática social na qual se enfatiza o poder, a exploração e a desigualdade como condições sociais da linguagem nas múltiplas orientações em Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2003; VAN DIJK, 2012; PEDROSA, 2016).

Após apresentadas as duas grandes posturas que têm sido assumidas pelos mais diversos estudos no campo da linguagem, Hanks (2008), partindo de seu lugar teórico na linguística antropológica, analisa que as abordagens que tomam o contexto como uma realidade localmente situada e produzida no curso do ato comunicativo são, em larga medida, complementares às abordagens macrodimensionais de contexto. Nesse sentido, assumindo uma postura integracionista em relação às polarizações características dessa discussão, advoga que, empiricamente, as realizações concretas das práticas de linguagem tanto são formatadas/influenciadas pelos contextos, quanto ajudam a formatá-los/influenciá-los em vários níveis.

Ademais, o autor alude à insuficiência de ambas as abordagens dicotômicas, as quais, inevitavelmente, acabam, em suas práticas de descrição e análise, distorcendo ou ocultando determinados processos de influência contextual na produção dos significados, haja vista a insuficiência de seus instrumentais teórico-metodológicos no intento de descrever o contexto de forma integral. Tal postura, segundo o autor, produz um vácuo, um espaço inacessível, pelas razões referidas, entre o nível espaço-temporalmente situado da prática discursiva e suas dimensões sociais, históricas e culturalmente mais abrangentes. Diante de tal constatação, Hanks (2008) passa então a apresentar sua

proposta para o enfrentamento do problema do contexto¹⁶, a qual se propõe integradora dos fenômenos focalizados por ambos níveis de análise, propondo que a contextualização se realiza em processos simultâneos de *emergence/emergência*¹⁷ e de *embedding/incorporação* ou encaixamento¹⁸.

Alinhando-se à posição apresentada por tal perspectiva, sobretudo pela rejeição a uma interpretação unilateral da natureza do contexto e do seu grau/modo de influência sobre a produção discursiva, e vice-versa, alguns estudiosos da linguagem têm desenvolvido propostas produtivas nessa direção, em trabalhos que se ocupam de diferentes níveis de análise das práticas linguísticas. Dentre tais produções, podemos destacar aquelas presentes na célebre obra *Rethinking context*, organizada por Duranti e Goodwin (1992), especialmente em *Assesments and the construction of contex*, assinado por Goodwin e Goodwin (1992), capítulo no qual os autores, ligados à Sociolinguística Interacional, sustentam, grosso modo, a ideia de que os participantes que interagem discursivamente em uma atividade social não estão apenas inseridos, submetidos ou influenciados a/por um contexto, mas também, o estão construindo dinâmica e ativamente no curso da interação.

Postura semelhante a essa encontramos nos trabalhos de Aquino (2000, p. 12) ao afirmar, a partir de análises empíricas de situações de conflito em conversações, que “a estrutura da conversação providencia os mecanismos pelos quais os falantes podem constatar a compreensão do discurso que estão produzindo” e, nesse sentido, ela “faz com

¹⁶ Para uma visão mais ampliada da questão, ver o capítulo 2, *O que é contexto?*, da obra de *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*, de Willian F. Hans, organizada por Bentes, Rezende e Machado (2008) e publicada pela Editora Cortez.

¹⁷ Tais processos estariam relacionados a todos os elementos do contexto mais local e temporalmente limitado ou momentâneo – interacionais, conversacionais, para-linguísticos, ambientais, referenciais/dêiticos e afins – que envolvem os participantes de uma interação. Tais contextos, em sua visão, emergem no curso da interação, orientando, percentualmente, a ação discursiva dos participantes, produzindo os significados e direcionando o processo de interpretação da prática em curso. Situação, cenário e campo demonstrativo são níveis desse contexto que emergem e se sobrepõem simultaneamente na interação.

¹⁸ Diz respeito a um nível contextual mais amplo e duradouro, o qual diria respeito ao impacto que ideologias, identidades, questões étnicas, de classe, de gênero, aspectos culturais, elementos sociais historicamente construídos teriam sobre a produção discursiva. Tal dimensão contextual se personificaria na atividade interacional graças à incorporação dos elementos do nível da emergência num campo social. Tal campo trata-se de “um espaço delimitado de posições e tomadas de posição por meio das quais os valores circulam, no interior da qual agentes têm suas trajetórias e se engajam em vários *footings* (a saber, competitivos, colaborativos, estratégicos, etc.)”. (HANKS, 2008, p. 187). Assim, tal perspectiva dialoga com a noção de *habitus*, como posta em Bourdieu, (1989), uma vez que o engajamento dos interactantes em um campo social teria o poder de conformá-los em seus hábitos, disposições e intenções, tornando-se uma condição de possibilidade para a sua intersubjetividade, desempenhada na produção discursiva e na orientação interpretativa dos elementos salientes do contexto emergente.

que os falantes detectem o encaminhamento em termos de compreensão do texto que estão formulando, bem como observem o sentido apreendido por seu interlocutor” (AQUINO, 2000, p. 12). De tal visada, “o contexto é responsável por invocar interpretações e a significação, gerada a partir da interpretação, ultrapassa os limites da fala, englobando, inclusive, ações não-verbais” (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 3), configurando-se, assim, como um elemento composto por duas dimensões que se inter-relacionam e se sobrepõem mutuamente na prática discursiva: “um evento focal e um campo de ação onde o evento está imerso” (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 4).

Nas perspectivas contemporâneas da Linguística de Texto (KOCH; ELIAS, 2016; CAVALCANTE, 2013; BENTES; REZENDE, 2008; LIMA, 2008; SANTOS, 2014; SANTANA, 2015; CASTRO, 2017), podemos encontrar também teorizações em torno do contexto que se alinham, a seu próprio modo, às posturas integracionistas já apresentadas, acrescentando a elas, assim como na tendência de abordagem do contexto proposta por Van Dijk (2012)¹⁹, um enfoque sociocognitivista, a fim de explicar como elementos do contexto mais amplo (sociais, históricos, ideológicos, culturais etc.) podem influenciar (e serem influenciados por) contextos mais locais de interação e, assim, direcionarem a produção discursiva e seus modos contextuais de produção de sentido.

Desse modo,

essa visão conjunta permite compreender a linguagem como “forma de ação no mundo”, que resulta de uma série de outras ações mais simples, conjuntas, e organizadas hierarquicamente, formando etapas de uma ação central. Para isso, os usuários da língua se organizam para atuarem conjuntamente, utilizando-se, para tal, tanto de recursos lingüísticos quanto de recursos extralingüístico-sociais [sic], e, ainda, individuais, subjetivos, cognitivos (LIMA, 2008, p. 110).

¹⁹ “Contrariamente à maioria das abordagens, que conceituam o contexto como propriedades objetivas das situações sociais, políticas e culturais, entendemos que os contextos são construtos dos participantes, ou definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas. Isso não quer dizer que as estruturas políticas e sociais não possam ter dimensões objetivas (por exemplo, de tempo e espaço), ou que elas não sejam vividas como ‘reais’ pelos membros da sociedade. O que conta fundamentalmente para mim é realçar que as situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter) subjetivas que delas fazem os participantes. Essa perspectiva é um caso especial do ponto de vista que as situações sociais em geral são construtos sociais e de que elas só conseguem influenciar a conduta humana enquanto tais” (VAN DIJK, 2012, p. 34). Apesar de a ênfase teórico-metodológica deste trabalho não residir na dimensão cognitiva de processamento dos aspectos sociais enquanto produtora do contexto das práticas discursivas, reconhecemos que é inegável a mediação cognitiva dos processos sociais, bem como a significância de tais teorizações para os desdobramentos do problema do contexto, sobretudo em nível interacional.

Nessa orientação das teorias do texto, o deslocamento do foco de estudos do problema da referência para a referenciação²⁰ faz com que se reafirme a “instabilidade da língua” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23) como característica intrínseca ao seu funcionamento, enfatizando um caráter aberto da rede de signos, bem como a natureza eminentemente pragmática da produção dos significados, uma vez que estes, nessa visão, não mantêm uma ligação unívoca com as ‘coisas do mundo’, mas são construídos na relação intersubjetiva/sociocognitiva própria de cada situação de interação social, cultural e historicamente situada, mediante a produção dos ‘objetos discurso’ (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35) nos múltiplos e plurissemióticos processos de referenciação. Tal dinâmica não apenas constrói um discurso sobre as coisas do mundo, mas constrói o mundo discursivamente.

Tendo em vista os diferentes posicionamentos teóricos até aqui elencados, torna-se saliente para nós a impossibilidade de se estabelecer fronteiras precisas entre os contextos de macronível e os de micronível, em funcionamento numa prática discursiva empírica, quer seja em termos de compreendermos em que hierarquia/ordem processual esses eventos influenciam/são influenciados a/pela produção discursiva em curso ou em função de um trabalho descritivo-interpretativo desses situações de comunicação.

Quais os limites definíveis entre contextos locais e globais? Quais os limites entre os atos de fala em curso e o seu ‘entorno’? Quais os limites discerníveis entre as construções sociocognitivas dos participantes de uma situação interativa em torno de um tema e os construtos culturais e políticos que circulam socialmente sobre ele? É por pensarmos que questões centradas em dicotomias exclusivas para tratar de questões de linguagem – logo, questões sociais – são em si mesmas inapropriadas, que parece-nos, numa postura mais alinhada às propostas integracionistas aqui elencadas, ser mais produtivo pensarmos num *continuum de contextualização*, no qual contextos locais e globais, interno e entorno, linguístico e social se sobrepõem mutuamente e, em muitos casos, indelimitavelmente, restando-nos, assim, para fins de descrição e análise, uma prática teórico-metodológica não-dicotômica, a qual visa mais a uma compreensão

²⁰ “Passando de referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

holística dos processos de produção de sentidos nas práticas discursivas do que a uma subdivisão estanque de níveis comunicáveis de uma análise que beira à abstração.

Para satisfazer esta perspectiva, o contexto não pode ser tomado como uma cena enunciativa isolada no tempo e no espaço, restrita a aspectos interacionais imediatos que envolvem os interactantes, os quais, seriam, desse horizonte, sujeitos plenamente dotados de racionalidade irrestrita e movidos por sua intencionalidade a interagirem de forma cooperativa, como assumido pelas perspectivas tradicionais da Pragmática Linguística. Assim, valemo-nos das posições de Hanks (2008), ao pensar o contexto como uma realidade histórica e social, construída através da “sobredeterminação” de “processos de contextualização” que tanto incorporam quanto fazem emergir posições que indicam o engajamento a ser assumido pelos participantes da situação discursiva situada.

Desse modo, a violência que o uso da linguagem pode produzir é advinda da evocação de contextos violentos, os quais são resultado do engajamento de atores sociais que “desde sujeitos a coletividades, não são dados pela natureza, mas, em uma visão crítica, produzidos pela sociedade” (HANKS, 2008, p. 192). Tal posição é fruto da noção de *habitus*, proposta por Bourdieu (1989), como alternativa à dicotomia clássica proposta por descrições sociais anteriores (a saber, liberalismo e materialismo histórico) entre a crença na total liberdade de agência do sujeito ou na completa determinação de sua conduta pela estrutura social, o que resultou na chamada “virada prática” nas Ciências Sociais.

Desse ângulo, o sujeito é “interpelado” (ALTHUSSER, 1974, p. 93) a ocupar determinadas posições nas práticas sociais, o que, do ponto de vista discursivo nos permite dizer que os participantes de uma situação enunciativa são interpelados a ocuparem determinadas posições num determinado contexto, os quais podem aceitá-lo ou recusá-lo. Sendo assim,

o engajamento em um campo conforma os participantes, não apenas em seus engajamentos externos baseados na função agente, como sempre foi, mas, de forma mais ampla, conforma-os em seus hábitos, disposições e intenções. Em outras palavras, há uma ‘virada’ na qual o contexto deixa de ser concebido como uma série camadas da estrutura da co-presença intersubjetiva e se torna a produção de sujeitos e a condição de possibilidade para a intersubjetividade (HANKS, 2008, p. 192).

Conforme o exposto, os sujeitos, ao invés de serem realidades prévias ao discurso, são instâncias produzidas por este, graças à interpelação que contextos situados realizam a ocuparem certos lugares contextuais, que são sempre histórica e socialmente constituídos. Nesse sentido, numa perspectiva pragmática, a violência linguística é o ato de linguagem que coloca “o outro – especialmente aquele que representa a raça, o gênero, a sexualidade que não se quer habitar – num lugar vulnerável que acaba por insultar, injuriar ou violar a sua condição” (SILVA; ALENCAR, 2013, p. 135).

Para Hanks (2008), a constituição histórica e social desses contextos de uso produz certa “tipificação” (BOURDIEU, 1989) da experiência humana, o que atribui a determinados engajamentos significados e valores prévios. É nesse sentido que tais tipificações funcionam como pistas que orientam como “os agentes se situam em relação aos outros e a seus contextos” em determinados discursos. Para esse antropólogo da linguagem, tal orientação consiste “na predisposição dos agentes de perceber e agir de certos modos” e é na atualização desse ritual, desses significados e valores prévios, que reside a força ofensiva dos atos de fala violentos.

Desse modo, visamos compreender e analisar o “ato de fala situado” (MEY, 2014, p. 134) em um dado contexto, no qual a produção discursiva:

é tida como uma atividade social institucionalizada de algum tipo, tal como o ensino, uma consulta médica (...) e assim por diante, em que se podem esperar certos enunciados que serão assim aceitáveis, enquanto outros estarão ‘de fora’. De forma inversa, ao aceitarem seus próprios enunciados e os dos outros, os participantes em uma dada situação *estabelecem e reafirmam a situação específica em que os enunciados são proferidos*, assim como a si mesmos em sua posição de enunciadore *cuja fala tanto se apoia como ativamente cria a situação social* (MEY, 2014, p. 134, grifo nosso).

Desse modo, pensando a violência transfóbica como um tipo de “atividade social institucionaliza”, que se realiza, inclusive, linguístico-discursivamente, atos de fala enunciados nesse sentido só podem ser bem sucedidos, ou, em termos austinianos, cumprirem suas condições de felicidade, quando estes atendem ao caráter ritualizado de tal prática social, apontando para o que Bourdieu (1989) nomeou, em sua teoria da prática²¹ social, como *habitus social* e que é retomado nas discussões sobre violência

²¹ Uma discussão mais ampliada sobre a visão da prática em Pierre Bourdieu e seus impactos para uma teoria e análise da linguagem em uso pode ser encontrada em *Em torno de uma abordagem prática em*

linguística como *habitus linguístico*, a saber, o modo típico sócio-historicamente construído pelo qual a violência na linguagem se realiza e ao qual todo ato de fala dessa natureza deve satisfazer a fim de obter êxito em seu empreendimento, nesse caso específico, o exercício da violência de gênero de motivação transfóbica.

Dito de outro modo, para que um ato de fala possa realizar transfobia é necessário que este esteja ancorado citacionalmente²² em outros atos de fala que circulam na sociedade, em diferentes espaços e tempos, com a mesma finalidade de ação: exercer a violência de gênero contra pessoas trans. Nesse sentido, tal ancoragem se realiza através do processo de instauração dos contextos pragmáticos indexados, na própria estrutura do ato de fala, graças aos *processos de contextualização* (GUMPERZ, 1998 [1982]) acionados pelos interactantes no momento da elaboração de seus proferimentos. Ao passo que nesse processo de produção de contextos os falantes gozam de certa liberdade na seleção/implementação de sentidos, seu horizonte de possibilidades é também modelado pelo tipo de atividade social institucionalizada no qual estão engajados, a qual se realiza segundo um *habitus linguístico* específico, nesse caso, o *habitus linguístico da transfobia*.

Tendo em vista tais encaminhamentos teóricos, enquanto instâncias dinamicamente produzidas em situações de interação graças aos processos contínuos de modelagem, ampliação/limitação de sentidos, implementados de acordo com os horizontes de possibilidades dos usuários nos papéis assumidos em determinadas atividades sociais, os contextos pragmáticos construídos pelos atos de fala passam a assumir particular relevância na compreensão da violência linguística. Em suma, a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos advém do processo de atualização e reestabelecimento de contextos implementados por tais proferimentos.

Dessa maneira, somente uma análise de “atos de fala situados” (MEY, 2014, p. 135) nos contextos por eles produzidos, que leve em conta as “possibilidades dos usuários” (MEY, 2014, p. 135) nas situações sociais nas quais estão engajados, seria capaz de dar conta, em termos “radicalmente pragmáticos” (LEVINSON, 1983), das ações realizadas “de fora para dentro” (MEY, 2014, p. 135), do contexto modelado pelo ato de fala para o próprio ato, conduzindo-nos mais do que a significados de

pragmática: tragédia grega como conversação impolida, na obra *Nova Pragmática: modos de fazer* organizado por Silva, Ferreira e Alencar (2014), publicado pela Editora Cortez.

²² Uma discussão mais estendida sobre a noção de *citacionalidade* (DERRIDA, 1991b, p. 25/26) pode ser encontradas na página 47 deste trabalho.

proferimentos enunciados, mas aos tipos de atividades realizadas por determinados atos de fala, numa visão ecológica da ação realizada na/pela linguagem.

Nesse sentido, os atos de fala transfóbicos se realizam mediante a produção de contextos que citacionalmente “estabelecem e reafirmam a situação específica em que os enunciados são proferidos” (MEY, 2014, p.134), ou seja, que atualizam situações sociais/discursos em que a violência de gênero contra pessoas trans é/foi sócio-historicamente praticada. Uma vez que um enunciador produz esse tipo de contexto, sua fala “tanto se apoia como ativamente cria a situação social” (MEY, 2014, p.134) da violência, tanto se ancora pragmaticamente em contextos transfóbicos espaço-temporalmente diversos daquele em que ela é proferida, como a realiza, age no sentido de (re) produzir tal violência.

Dessa visão, ao tomarmos a noção de *processos de contextualização*, já referida aqui, pensamos que tais processos operam na produção de contextos pragmáticos e na inscrição de atos de fala locais em outras redes de sentidos produzidas por outros atos de fala em outras atividades sociais específicas translocais e transtemporais. Em razão de tal perspectiva, a compreensão da contextualização como resultado de uma pista unicamente interativa que fornece aos interlocutores informações sobre o tipo de atividade que está em curso e sobre as suas possibilidades de compreensão dos sentidos produzidos naquela interação, como numa visão clássica dessa abordagem, sofre uma ampliação quando vista sob o prisma de uma perspectiva da nova pragmática.

Nesse sentido, os contextos, funcionam como atividades semióticas que constituem territórios de socialização e nos quais atores sociais empregam toda sorte de signos em situações comunicacionais e, assim, ‘constroem os mundos sociais e culturais que habitam’ (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 2). Ademais, os elementos (as pistas) de contextualização “funcionam como âncoras, fornecendo um terreno indexical que orienta as pressuposições e expectativas dos interlocutores em relação ao encontro interacional”, guiando, assim, o modo como usam recursos e “estabelecem relações entre os signos empregados e os significados socioculturais que eles designam”. Desse modo, é no influxo desses processos de contextualização que se “originam relações sociais à medida que categorizam, rotulam e valorizam objetos, pessoas, seus ambientes circundantes, tornando-os perceptíveis e iteráveis em muitos encontros” (FABRÍCIO, 2014, p. 148).

Tendo em vista tal orientação teórica, uma análise pragmática da atos de fala transfóbicos a partir de pistas de contextualização deve focalizar “os diversos sistemas de signo (linguísticos, para-linguísticos, prosódicos e não-linguísticos)²³ aos quais os usuários recorrem no trabalho referencial e inferencial”, levando em conta “aspectos extrassituacionais, [...] na verdade, elementos indexicais que sinalizam as normas sociais, convenções, identidades e modelos culturais em jogo” (FABRÍCIO, 2014, p. 149).

Desse modo, ao interagirmos, produzimos contextos a partir de uma trabalho linguístico-discursivo que envolve um processo contínuo de seleção de estruturas sintáticas, de registro, de repertório lexical, de construção de imagens, de inclusão de tópicos, entre outros. Apesar disso, conforme Fabrício (2014), não seria acertado afirmarmos que tais escolhas são completamente racionais ou refletidas, pois, em muitos casos, estas não resultam de nosso trabalho intelectual consciente, mas são orientadas por nossa capacidade aprendida de observar e agir de acordo com contextos interativos em desenvolvimento.

Assim, a produção de atos de fala transfóbicos é resultante do emprego de tais recursos de contextualização numa dinâmica de uso que emerge de uma “atribuição de sentido-classificação-valor (a signos, pessoas e situações), e os consequentes efeitos sociais (...) relacionados à tipificação de contextos e indivíduos como pertencentes a comunidades sociais identificáveis, grupos, categorias e posição (idade, classe, raça, gênero, sexualidade etc.) ” (FABRÍCIO, 2014, p. 149). Nesse sentido, as pistas de contextualização presentes nos atos de fala podem produzir significados violentos na medida em que posicionam pessoas trans em contextos sociais, históricos e culturais nos quais a sua identidade de gênero é subalternizada ou encarada como abjeta.

²³ Em termos de definição, poderíamos pensar tais pistas do seguinte modo: “a) pistas lingüísticas, por exemplo, a alternância de código, de dialeto ou de estilo, escolhas lexicais e sintáticas, expressões formulaicas, aberturas e fechamento conversacionais, intertextualidade/interdiscursividade, (re)nomeação, predicação e afins; b) pistas paralingüísticas como ritmo, pausa, hesitação, sincronia conversacional; c) pistas prosódicas como entonação, acento, tom; d) pistas não-vocais: direcionamento do olhar, gesticulação, movimento corporal” (BRIGATTE, 2009, 142, adaptado). Tendo em vista que o *corpus* desta pesquisa é constituído de comentários *online*, “ferramenta assíncrona - ou seja, cuja interação realiza-se em tempos diferentes e não exige a participação simultânea (em tempo real) dos envolvidos, que não precisam estar reunidos no mesmo local ou ao mesmo tempo” (SOUZA, 2011, p. 201) e a produção discursiva se realiza exclusivamente a partir da escrita mediada por dispositivo eletrônico, apenas os processos de contextualização de natureza linguística serão focalizados nas análises.

É nesse sentido que podemos afirmar que:

ao nos mover de concepções mais estáticas de contexto para a concepção deste como uma atividade constante, não restrita ao que acontece em situações de comunicação e encontros sociais específicos, compreendendo tanto a dimensão interacional imediata – em que se desenvolve a interpretação das pistas de contextualização – e uma dimensão mais translocal - em que *as pistas e pressuposições empregadas indicam repertórios históricos mais estáveis*. Contextos são assim, pré-configurados, eles são dialógica e reflexivamente engendrados através de práticas de contextualização (GUMPERZ, 1982), forjando espaços duradouros-mutantes, sempre em movimento (FABRÍCIO, 2014, p. 149).

Assim, pensamos que, ao analisarmos os funcionamentos “sistemáticos no relacionamento da percepção das pistas, podemos obter fortes evidências das bases sociais das convenções de contextualização” (GUMPERZ, 1999, p. 106). Desse modo, torna-se possível entrever os efeitos de sentido “tanto dos processos interpretativos no nível local como dos processos interpretativos mais gerais, societários, das ideologias linguísticas e de como eles fazem parte do insumo para os processos inferenciais que determinam os julgamentos de sentido” (GUMPERZ, 2002, p. 32).

Pondo em diálogo as reflexões até aqui realizadas com as ideias de Judith Butler (1997) que, ao retornar às proposições austinianas sobre os atos de fala ilocucionários, reitera que sua força advém de certas convenções invocadas no momento da enunciação e do fato de a pessoa que o enuncia estar autorizada para tal, sendo justamente essa correspondência com sua origem convencional, o que ele chamou de ato de fala total, sua condição de felicidade. Nesse sentido, questiona a autora: “Como se delimita a noção de “convenção” que supõem os enunciados ilocucionários? Os enunciados que fazem o que dizem ao dizê-lo não são simplesmente convencionais, mas são, nas palavras de Austin, “rituais e cerimoniais”. Nesse ponto, podemos estabelecer a correspondência entre a noção de *contexto* (HANKS, 2008), de *habitus* (BOURDIEU, 1989) e de *convecção*, como aqui demonstrado, na compreensão da força violenta que determinados usos linguísticos podem adquirir.

Nesse ponto de nossa reflexão, pode-se compreender em que sentido a violência linguística configura-se uma forma específica da “violência simbólica” teorizada por Bourdieu (1989). Em sua obra *O Poder Simbólico*, ele propõe que o poder exercido através de sistemas simbólicos constrói a realidade e estabelece um horizonte possível de

conhecimento e, por assim dizer, um horizonte possível e finito de significações, os quais só se tornam possíveis num “pré-dizer, no sentido de chamar a ser, por um dizer executório, o que se diz” (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Ainda avançando na tentativa de compreender o que significa dizer que determinados atos de fala só podem existir quando se apresentam debaixo de uma forma ritual, chegamos à proposição de que, ao serem repetidos, a ação que realizam não se limita ao momento em que são enunciados, mas, uma vez estando ritualizados, nunca se realizam num momento único. Nesse sentido, “o ‘momento’ em um ritual é uma historicidade condensada: ultrapassa a si mesmo desde o passado até o futuro, é um efeito de invocações prévias e futuras que ao mesmo tempo constituem e escapam a enunciação.” (BUTLER, 1997, p. 18).

É na esteira de tais reflexões que, no desenrolar deste trabalho, conforme referimos na Introdução (BUTLER, 1997, p. 11), buscaremos compreender algumas das indagações que motivaram esta pesquisa, a saber: sob que formas rituais e convencionais se realiza a violência linguística motivada pela transfobia? Que contextos são (re) instaurados para conferir força ilocucionária e esse tipo específico de ato de fala violento? Que posições contextuais agressores e vítimas são “interpelados” a ocuparem nesses contextos linguísticos violentos?

Assim, a violência sobre a qual este trabalho versa, como mostra Silva e Alencar (2014), destrói “precisamente a orientação contextual em que baseamos nossa prática comunicativa”, sugerindo que ser ferido pela fala é sofrer uma perda de contexto, isto é, não saber onde se está. É justamente nesse sentido que o ato de fala violento coloca o outro num não-lugar, conforme Butler (1997, p.4, tradução nossa)²⁴:

Ser ferido por um ato de fala é sofrer uma perda de contexto, é não saber onde se está. (...). Ser objeto de um enunciado violento implica não só em ficar diante de um futuro desconhecido como também não saber nem o tempo nem o espaço da violência e estar desorientado em relação

²⁴ “Ser herido por el lenguaje es sufrir una pérdida de contexto, es decir, no saber dónde se está. Más aún, es posible que lo que resulte imprevisible en un acto ele habla insultante sea aquello que constituye su agravio, el hecho mismo de dejar a la persona a la que se dirige fuera de control. La capacidad de circunscribir la situación de habla se pone en peligro en el momento mismo en que se emite la alocución insultante. Ser objeto de un enunciado insultante implica no sólo quedar abierto a un futuro desconocido, sino también no saber ni el tiempo ni el espacio del agravio, y estardesorientado con respecto a la posición de uno mismo como efecto de acto de habla. Lo que queda al descubierto en ese momento devastador es precisamente el carácter volátil del "lugar" que uno ocupa en la comunidad de hablantes; tal acto de habla le puede poner a uno "en su puesto", pero ese puesto puede no tener lugar.”

a sua própria posição como efeito do ato de fala. O que fica descoberto nesse momento devastador é precisamente o caráter volátil do "lugar" que se ocupa na comunidade de falantes (...) A "sobrevivência linguística" implica que um certo tipo de sobrevivência tem lugar na linguagem.

Nesse sentido, tais asserções nos permitem compreender o especial relevo que a violência linguística pode assumir, uma vez que seu potencial injurioso, violento, atenta sobre a condição de existência daqueles que são vitimados, incidindo sobre a natureza constitutiva dos sujeitos, a linguagem. Assim, "poderia acaso a linguagem ferir-nos se não fôssemos, em algum sentido, seres linguísticos, seres que necessitam da linguagem para existir?" (BUTLER, 1997, p. 17).

1.6 PORQUE DIZER PODE FERIR? LIMITES ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO

Compreender a linguagem como "modo de existência" (BUTLER, 1997) e "forma de vida" (WITTGENSTEIN, 1975) é fundamental para as relevantes conotações éticas e políticas que a linguagem empregada para ferir pode acarretar. Desse ponto de vista filosófico e cultural, a linguagem é tomada como um conjunto de "práticas que não representam mas antes forjam em larga medida as nossas sempre provisórias partições: ontológicas, psicológicas, éticas, estéticas, e assim por diante". Nesses dizeres, os sujeitos são também forjados na e pela linguagem, habitando-a de um modo específico.

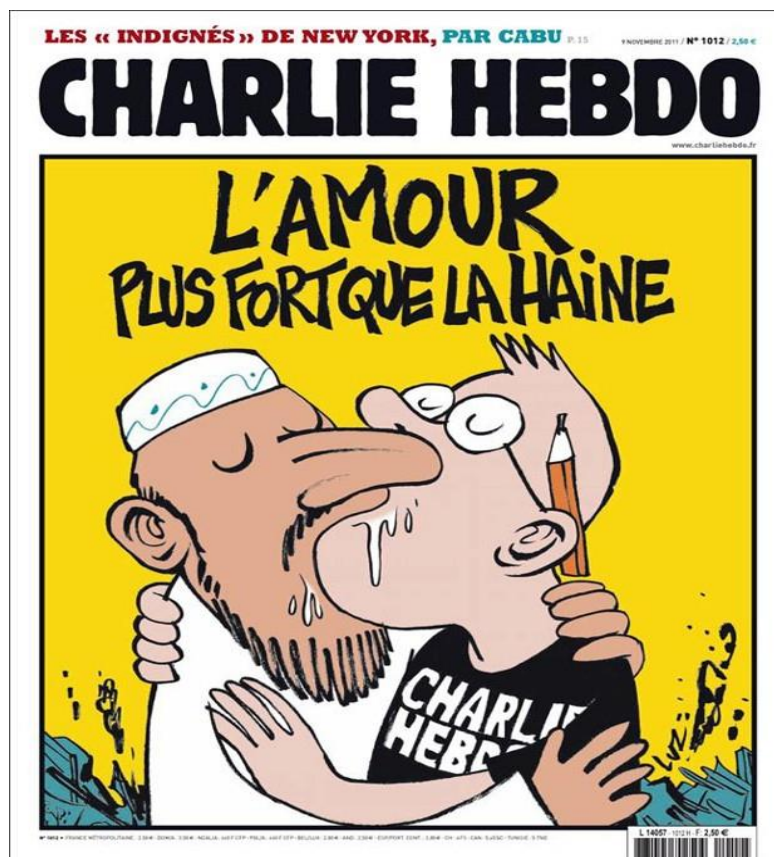
Por esse ângulo, conforme aponta Silva (2012), torna-se compreensível a estreita relação entre a existência na linguagem, simbólica, por assim dizer, e a existência corpórea, física. Essa íntima ligação de ambas as realidades aparece refletida em inúmeros atos de fala elaborados com o intuito de expressar o dano sofrido por si ou por outrem como resultado de uma ofensa perpetrada na/pela linguagem. Dizeres como "aquelas palavras foram uma punhalada no peito", "doeu na alma o que ele me disse", ou seja, empregos do vocabulário da violência física para descrever a violência linguística, sugerem que "a dimensão somática pode ser importante para compreender a dor linguística que insultos podem gerar" (cf. BUTLER, 1997).

Ainda seguindo a lógica de observação proposta pelo autor, é interessante observarmos que na influente *Metaphors We Live By*, George Lakoff e Mark Johnson dediquem seu primeiro exemplo de metáforas conceituais a um aspecto da violência do qual todos partilhamos, ainda que não o tenhamos vivenciado: a noção de guerra. Nesse sentido, a fim de ilustrar como as metáforas estão na base dos processos cognitivos, objetivo máximo dos autores na referida obra, eles mostram como de modo ordinariamente concebemos uma atividade linguística, a discussão, através da correlação com a imagem da guerra.

Assim, dizemos que alguém “ganhou” ou “perdeu” a discussão, consideramos nosso interlocutor nessa atividade linguística como um “oponente”, usando determinados atos de fala com os objetivos de “atingir” os argumentos do outro. Nesse sentido, ainda que não tenham aludido à questão da violência linguística em seu trabalho, Lackoff e Johnson, ao proporem a metáfora cognitiva “a discussão é uma guerra”, aludem à estreita relação existente entre violência física e a violência simbólica.

A natureza somática da violência linguística, como já assinalado, avizinha as fronteiras entre a injúria simbólica e aquela física, de tal modo que em muitos relatos de violência episódios de agressão verbal, psicológica ou moral antecedem a perpetração da violência contra o corpo, sendo esta muitas vezes encarada como consequências de tais atos. Um exemplo de repercussão mundial desse binômio violência linguística-violência física foram os atentados à redação do jornal francês *Charlie Hebdo*, em 7 de janeiro de 2015, deixando 12 pessoas mortas e 11 feridas em um tiroteio em Paris, como mostram as Figuras 2 e 3. Dentre as “causas” para o atentado está a publicação de caricaturas do Profeta Maomé em situações consideradas ofensivas à fé islâmica.

Figura 2 – Capa do jornal francês Charlie Hebdo (nº 1012)²⁵



Fonte: Reprodução/Facebook Charlie Hebdo

²⁵ A capa traz a inscrição que, traduzida do francês, significa: “O amor é mais forte que o ódio.”

Figura 3 – Matéria do site de notícias G1 sobre ataque ao jornal *Charlie Hebdo*



Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>

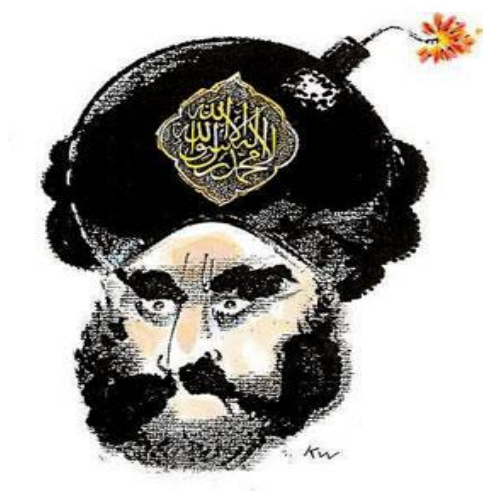
Nos termos da teoria de Austin (1990 [1962]), podemos pensar que o assassinato de 12 pessoas foi atribuído a atos de fala que, de algum modo, atingiram a estrutura corpórea e afetiva de determinados sujeitos, produzindo, desse modo, a violência. Nesse sentido, como explica Silva (2012), na análise de outro enunciado correlato, podemos considerar que a ação amplamente nomeada pela mídia nacional como “ataque terrorista” configura-se como um ato perlocucionário por excelência, uma vez que este corresponde aos efeitos produzidos por um enunciado no interlocutor.

Longe de intencionar estabelecer qualquer tipo de justificção tanto para a legitimação da intolerância religiosa, quanto para reações altamente destrutivas, o objetivo de tal relação aqui estabelecida é assinalar a potência destrutiva da violência simbólica realizada por meio da linguagem, graças a seu caráter performativo e à sua

complexa relação com a violência material. Tal fato realça, ainda mais, as implicações éticas e políticas de uma pesquisa socialmente engajada em Nova Pragmática, no sentido de contribuir para a desnaturalização dos processos de violência e dominação que figuram legitimados nas mais diversas esferas da vida social.

Episódio semelhante a esse é o que traz à tona Silva (2012), quando relata a onda de protestos violentos que se seguiram à publicação de uma série de *cartoons* também satirizando o Profeta Maomé no *Jyllands-Posten*, jornal da Dinamarca, em 2005, como mostram as Figuras 4 e 5. Refletindo sobre tais eventos, Mahmood (2007 apud SILVA, 2012, p. 29) faz uma crítica ferrenha ao modo como o mundo ocidental compreende a “dor religiosa” que um evento como esse provoca em milhares de fiéis muçulmanos. Buscando compreender a realidade a partir de uma dicotomia reducionista como liberdade de expressão *versus* blasfêmia, vários críticos desdenham dessa dor, ora aludindo a uma suposta alienação a qual os muçulmanos estão submetidos, ora referindo-se ao fato como mera situação representativa e não como uma ofensa real ao Profeta ou mesmo a seus seguidores.

Figura 4 – *Cartoon* satirizando o Profeta Maomé no *Jyllands-Posten*



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Jyllands-Posten_Muhammad_cartoons_controversy

Figura 5 – Matéria da BBC Brasil sobre o jornalista dinamarquês que satirizou Maomé

Dinamarquês que satirizou Maomé vive sob proteção e diz: 'Não me arrependo'

Paula Adamo Idoeta
Da BBC Brasil em São Paulo

🕒 8 janeiro 2015

🔗 Compartilhar



Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150108_cartunista_fd

É nesse ponto que tal polêmica toca as discussões empreendidas nesta seção do trabalho. A relação entre linguagem como representação ou como forma de ação, é o que está no cerne desse conflito. Nesse sentido, o furor dos muçulmanos seria “o produto de uma confusão fundamental entre a materialidade de forma simbólica particular que é apenas arbitrária, mas não necessariamente articulada ao caráter abstrato de suas crenças religiosas” (KEANE, 2006, apud MAHMOOD, 2007, p. 11).

Nesse sentido, “o devoto habita uma relação corpórea e afetiva com o Profeta, num modo de significar que não é da ordem da mera representação, mas dos afetos e do corpo” (SILVA, 2012, p. 44). Sendo assim, a ideia de uma relação “viva e corpórea” com um símbolo, tomando-o como um lugar onde os sujeitos habitam, acrescenta uma

perspectiva fundamental à ideia de violência linguística, que “além de se organizar de modo simbólico, afeta um corpo que sente e significa” (SILVA, 2012, p. 440).

Além da revisitação proposta por Butler, em *Excitable speech: a politics of the performative* (1997a), a obra de Austin em torno da questão dos performativos foi também objeto das reflexões desconstrucionistas propostas pelo filósofo Jaques Derrida. Dos alargamentos teóricos propostos por ele em *Signature, event, context* (1977) derivam contribuições fundamentais para a compreensão da produção dos significados violentos de natureza transfóbica que atentam contra os sujeitos no ciberespaço.

Dentre as inúmeras incursões propostas pelo filósofo francês sobre o funcionamento da linguagem performativa, salientamos as noções de *citacionalidade* e de *iterabilidade*, como aquelas que, aliadas às noções de *contexto*, *habitus* e *convenção* – já referidas anteriormente – operam na base da produção de atos de fala violentos, conferindo-lhe força ilocucionária capaz de perpetrar a injúria, tanto destruindo quanto produzindo significados e, conseqüentemente, formas de vida de sujeitos, grupos e suas identidades²⁶.

Corroborando a noção de performatividade de Austin (1990 [1962]), na qual se sustenta que “ao se emitir o proferimento está – se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente ao dizer algo”, Derrida (1991a, p. 26 - 27) afirma que “o performativo não tem seu referente [...] fora de si ou, em todo caso, antes e perante si. Não descreve algo que existe fora da linguagem e antes dela. Produz ou transforma uma situação, opera [...]”. Nesse sentido, apesar de ambos os autores coadunarem no que tange ao caráter performativo dos atos de fala, as dissidências entre eles aparecem especificamente na discussão em torno da intencionalidade dos sujeitos na

²⁶ Apesar de reconhecermos a importante saliência das questões de identidade que emergem tanto das incursões teóricas que aqui realizamos, quanto da natureza do *corpus* constituído para nossa análise, por motivos de recorte metodológico e de limitação aos quais está submetida uma pesquisa em nível de mestrado, elas serão tocadas aqui apenas de modo secundário. Como desdobramento dessas observações, é aberto espaço para pensarmos que o “uso da língua como atividade de representar a realidade dá espaço à de construí-la de maneira particular”, assumindo a possibilidade de que “as atitudes discursivas influam diretamente nos relacionamentos humanos e, portanto, na constituição de identidades sociodiscursivas” (AQUINO, 2016, p. 76-77). Dessa perspectiva, podemos buscar compreender como tais identidades são construídas em situações interacionais de violência e, particularmente, de violência de gênero, configurando-se, assim, um produtivo horizonte de investigação para pesquisadores que desejem avançar na compreensão do funcionamento da transfobia na linguagem mediante a produção de identidades no discurso, bem como para o desdobramento desse trabalho em outros futuramente realizados, inclusive, em nível de doutorado.

elaboração de tais atos de fala, ou seja, “presença consciente dos locutores ou receptores participando da efetuação de um performativo” (DERRIDA, 1991a, p. 28).

Nesse sentido, apesar de Derrida assumir, assim como Austin, que o performativo “não tenha um referente na forma de uma coisa ou um estado de coisas anterior ou exterior” (id. Ibid.), distancia-se deste ao pensar que tal intencionalidade e consciência do sujeito ao elaborar um performativo não é total, uma vez que considera característica intrínseca de todo signo e de todas as línguas a possibilidade de “iteração na ausência e além da presença do sujeito determinado e que empiricamente o emitiu ou produziu num contexto dado” (p. 21-22). Dessa forma, sustenta a existência de uma “força de ruptura com seu contexto” (id. Ibid.), sendo estes dois dos três predicados envolvidos no conceito clássico de signo escrito proposto por Derrida, ao qual ele aproxima a própria noção de ato performativo.

Derrida (1991b) afirma que a iterabilidade é a possibilidade de o signo ser repetido e alterado – o *iter* e o *itera*, do sânscrito, o novo e o repetido – mesmo na ausência de seu referente, comportando a mudança e o deslocamento. Já a citacionalidade complementa a iterabilidade, pois a repetição é citada em outros contextos, com iterações, produzindo diferenças. Nas palavras de Derrida (1991b):

Qualquer signo, linguístico ou não-linguístico, falado ou escrito (no sentido corrente desta oposição), em pequena ou grande unidade, pode ser citado, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. [...]. Esta citacionalidade, esta duplicação ou duplicidade, esta iterabilidade da marca não é um acidente ou uma anomalia, é aquilo (normal/anormal) sem o qual uma marca não poderia mesmo ter funcionamento dito "normal" (DERRIDA, 1991b, p. 25/26).

Butler (2000), avaliando as consequências dos *quase conceitos*²⁷ sobre os performativos austinianos, afirma que “[...] a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (p.111). Nesse sentido, a autora encontra na própria argumentação de Austin em torno da caracterização do

²⁷ Quase conceito, para Derrida, seria a impossibilidade de o pensamento se organizar a partir de conceitos fixos, homogêneos e universais, desconstruindo assim parte da lógica do pensamento metafísico – pensamento binário, polarizado e hierarquizado.

performativo como “convencional”, “ritual”, “cerimonial” a brecha para reafirmar a posição defendida por Derrida, uma vez que a condição de felicidade desse tipo de ato de linguagem reside na (re) iteração, garantida pela natureza citacional de todo ato de linguagem, de determinadas formas linguísticas convencionais e ritualizadas.

É nestes termos que Santos (2014), analisando as implicações da noção de sujeito na questão da responsabilidade pelo ato de fala, destaca o desafio de se estabelecer a origem precisa de um ato de fala no sujeito empírico que o enuncia. Segundo ela, isso advém da “força de ruptura com a intenção de comunicação presente e com o querer dizer original, o que caracteriza toda marca seja ela escrita ou oral” (p. 228). É dessa perspectiva que Butler (1997), tendo em vista uma interpretação crítica do performativo austiniano, a partir da noção de citacionalidade e iterabilidade derridianas, argumenta que tomar o sujeito como origem causal e intencional da fala injuriosa, ou seja, do ato de fala violento, na nossa leitura, impede uma análise social e política mais ampla de como a linguagem pode produzir a violência.

Desse modo, conforme reflete Santos Filho (2015, p. 18 – 19):

“os atos de fala são formas de fala que autorizam (...) são enunciados que ao serem pronunciados também realizam certa ação exercem certo poder vinculante” (BUTLER, 2002, p. 316). Ou seja, “ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que nomeia” (BUTLER, 2010, p. 167). Contudo, o mais importante é compreender onde e em que momento a enunciação adquire força performativa, isto é, em que momento consegue interpelar os sujeitos aos significados autorizados, como questiona Butler (2002), pois, para ela, não é certo dizer que a língua (gem) performatiza, pois essa não é em si um conjunto de atos. Sobre isso, Butler (2002, 2010) explica que o ato performativo não é um evento singular, pois participa de uma “cadeia de citações”, isto é, é uma reiteração de atos anteriores ou crítica a esses, portanto, implicado em uma rede de autorização, punição e, diríamos, também insurgências. Por essa dimensão, e como já discutimos em capítulos de aula passados, a força do ato de fala não está no sujeito enunciativo, mas no nexo entre poder e discurso, questão para a qual a filósofa política argumenta que tal força do ato de fala está na “frase anterior”, no ato reiterado, pois é a “citação” que dá (ou pode dar) expressão performativa e força vinculante, dando assim o poder de autorização à enunciação e aos sujeitos”.

No influxo de tais discussões, o problema da responsabilidade pela enunciação, pela produção de um ato performativo, Butler (1997, p. 53 - 54, tradução nossa)²⁸ explica como a citacionalidade possibilita a responsabilidade:

Se todo ato de fala é citacional, isso significa que quem o utiliza não é responsável pelo seu uso? [...] Eu afirmaria que a citacionalidade do discurso pode ser eficaz para acentuar e intensificar nosso sentido de responsabilidade por ele. Aquele que diz a fala de ódio é responsável pela maneira que tal fala é repetida, por revigorar tal fala, por reestabelecer contextos de ódio e injúria. A responsabilidade do falante não consiste em reconstruir a linguagem *ex nihilo*, mas ante em negociar as heranças de uso que restringem e possibilitam esse discurso do falante.

Para além das discussões jurídicas ou mesmo éticas suscitadas por tais perspectivas, o que nos interessa neste momento da pesquisa é delinear, com base na literatura científica disponível, um estatuto teórico híbrido e produtivo que nos permita conceber, sob determinadas condições, a linguagem como violência e que subsidie a elaboração de um horizonte analítico, qualitativo e interpretativo, dos processos pragmáticos que estão na base da produção de significações violentos, através de atos de fala que endereçados àqueles outros que, no caso desta pesquisa, representam o gênero que não se quer habitar.

É tendo em vista tal necessidade que, no capítulo seguinte, procederemos a algumas reflexões teóricas numa interface com os Estudos de Gênero, sobretudo aqueles de orientação pós-estruturalista e pós-identitária, com vistas a lançar luzes sobre a transexualidade e sobre a transfobia, enquanto violência de gênero. É por compreendermos tal violência como performativa e realizada na linguagem por meio de atos de fala dotados de força ilocucionária capaz de ferir e subalternizar identidades, que nos perguntamos: de onde vem a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos? De

²⁸ “Si el lenguaje de odio es citacional, ¿significa esto que el que usa el lenguaje no es responsable de su utilización? Yo diría que el carácter citacional del discurso puede contribuir a aumentar e intensificar nuestro sentido de la responsabilidad. Aquel que pronuncia un enunciado lenguaje de odio es la responsable en la que el se reforzar tal forma de habla, de restablecer contextos de odio y de ofensa. La responsabilidad del hablante no consiste en rehacer el lenguaje *ex nihilo*, sino en negociar el legado del uso que constriñe y posibilita ese habla. Para entender este sentido de la responsabilidad, una responsabilidad tocada por la impureza desde el principio, es preciso entender también al hablante en tanto que constituido en el lenguaje que usa. Esta paradoja apunta a un dilema ético que yace en el lenguaje desde el principio.”

qual (is) contexto (s) pragmático (s) tal força emerge? Almejando responder a essas perguntas nodais para nossa investigação, teorizamos o que vem a seguir.

2 (TRANS) CONTEXTOS OU DE ONDE VEM A FORÇA ILOCUCIONÁRIA DOS ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS

Fazenda Grande Retiro - BA

07/05/2017

Um homem identificado como Thadeu Nascimento, transexual de 24 anos, foi encontrado morto na manhã da última sexta-feira (5) na rua da Rodagem, no bairro de São Cristóvão. O corpo tinha marcas de espancamento e de tiros na cabeça e foi encontrado por volta das 7h. Ele era morador da Fazenda Grande do Retiro e trabalhava como vendedor em uma loja de informática em um shopping de Salvador (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Tendo em vista o objeto de pesquisa escolhido para nossa investigação, faz-se relevante avizinhar-nos de algumas posições teóricas correntes nos Estudos de Gênero e Sexualidade, a fim de melhor compreender o modo pelo qual significados violentos desferidos contra pessoas transexuais são produzidos por atos de fala transfóbicos que circulam no ciberespaço.

Desse modo, neste capítulo, apresentamos algumas incursões teóricas sobre as experiências transexuais e a transfobia, situadas em abordagens pós-identitárias, pós-estruturalistas e descoloniais. Nessa visão, o gênero é tomado como um efeito performativo produzido, inclusive, via linguagem, e a transfobia como dispositivo de coerção e de colonialidade que visa à manutenção da rígida matriz de gênero cisnormativa, mediante a punição daqueles que ousam o desvio. Ademais, pensamos que é justamente desse maquinário de coerção e punição que emergem os contextos acionados pelos atos de fala transfóbicos.

2.1 UMA PRAGMÁTICA DAS IDENTIDADES: TRANSEXUALIDADE E OUTROS EFEITOS PERFORMATIVOS

Antes mesmo de avançarmos nas considerações em torno do que se propõe esta seção, uma reflexão em torno da violência transfóbica na linguagem, é de grande

relevância delinear alguns horizontes teóricos dos quais partimos para aí chegar. Tendo consciência de que muitas noções das quais lançamos mão neste trabalho são por demais movediças, o que se deve também à recente gênese das discussões em torno desse assunto no Brasil, sobretudo no âmbito dos estudos da linguagem, nos ocuparemos em situar o que queremos dizer quando trazemos à tona termos como identidade, sexo, gênero, identidade de gênero, transexualidade e transfobia.

A conexão teórica que nos abre a possibilidade de investigação do funcionamento pragmático dos atos de fala violentos, “motivados” pela identidade de gênero de suas vítimas, está centrada na noção performativa da linguagem como apontado por Austin (1990 [1962]), Rajagopalan (2010), Derrida (1991a, 1991b) e Butler (1997). Como demonstrado por Pinto (2007), é tal premissa austiniana a chave-mestra que nos abre um caminho teórico singular para pensarmos questões demasiado caras às Humanidades, vide a noção de identidade, distanciando-nos do prisma metafísico, ontológico e internalista, signo sob o qual esteve boa parte da história das ideias filosóficas e linguísticas. Tal fato se vê refletido, inclusive, na postura marcadamente estruturalista e quase hegemônica da linguística nascente.

Pensar que a identidade é não um dado interno ao “sujeito”, mas efeito instável e continuamente em vias de implementação nas infindáveis performances (ações) que realizamos, nos mais diversos contextos, sobretudo, por meio da linguagem, dos discursos, inverte a dinâmica de compreensão da questão identitária e subjetiva. Não há identidade anterior ao uso, assim como não há sujeito anterior à linguagem, ao discurso. É na ação que ambas as realidades se constituem e produzem efeitos de estabilidade que geram a ilusão de univocidade, delimitação estanque, estabilidade e naturalidade.

É por esse viés, esteira na qual se inscrevem os trabalhos filosóficos de autores hoje reconhecidos como “pós-estruturalistas” ou “desconstrucionistas”, i.e Derrida, Foucault, Butler, Nietzsche, que assumimos aqui uma perspectiva não-essencializada de identidade e de linguagem, vislumbrando como condição única da existência de um “eu”, um “eu performativo”. Assim, ao escapar de uma perspectiva representacionista de linguagem, as identidades e os sujeitos sociais são entendidos como efeitos e não causas de seus infinitos e múltiplos modos de ação. Nesse sentido, as perspectivas aqui assumidas são respaldadas por Hall, quando este sustenta que a identidade quer significar:

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem as subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois, pontos de apegos temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2007, p. 1111-112).

Na direção de tais reflexões, fica claro o papel que a história e a cultura exercem na constituição das identidades e nas práticas de linguagem, na medida em que os sujeitos são interpelados e atravessados por diferentes situações, instituições e ordens. Desse modo, as identidades passam a ser compreendidas como resultantes dos determinantes socio-históricos de uma época situada e não um pré-construído plenamente autônomo e já dado, prévio à linguagem, à sociedade, à história, à sua performance.

Tendo em vista a crescente complexidade da vida social e as inúmeras semioses nas quais a vida humana se dá, depreendemos que são, também, múltiplos os contextos de ação nos quais as subjetividades se produzem e as identidades são performativizadas. Dentre esses universos complexos de agência, socioculturalmente situados na história, está aquele relativo às experiências de gênero e sexualidades. Ou seja, gênero e sexualidade são entendidos, neste trabalho, como performativos, atos repetidos que se realizam de forma especial na/pela linguagem.

Avançando nos “efeitos de delimitação” que pretendemos produzir em torno das noções que ora tentamos situar, evocamos as contribuições legadas por Michel Foucault, especificamente no que tange à sua incursão desnaturalizante em *História da sexualidade*, no intento de desvelar o modo como as sexualidades (a noção de corpo, de sexo, a “função” a eles atribuídas) são construídos sócio-historicamente tendo como parâmetro uma “ordem do discurso” heteronormativa.²⁹

Seguindo tal dinâmica, é a heteronormatividade que normatiza as formas de vida humana e suas performances identitárias no campo da sexualidade, a partir de uma matriz binária (heterossexual/homossexual) que classifica os indivíduos em “normais” – aqueles que têm desejo pelo sexo oposto – e “anormais”, os desviantes, aqueles que têm desejo

²⁹ Termo desenvolvido e cunhado em 1991 por Michael Warner que significa, grosso modo, aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Em termos de sociedade eurocêntrica, o padrão heteronormativo diz respeito ao homem cisgênero e heterossexual. (cf. PETRY; MEYER, 2011, p. 196)

voltado para o mesmo sexo. Nesse sentido, toda a força reguladora inscrita nesse sistema de determinações gera tensões com o objetivo de produzir aparentes estabilizações. Nesse sentido, afirma Louro (2000, p. 17).

a despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, "fixar" uma identidade masculina ou feminina "normal" e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero "normais" a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (Louro, 2000, p. 17).

Nesse ponto, vemos tal dinâmica refletida inclusive no percurso histórico de delimitação e instrumentalização de termos como “heterossexualidade” e “homossexualidade” (cf. LOURO, 2000), a fim de servir à categorização e à referida estabilização de limites entre “comportamentos sexuais” ditos normais e os ditos anormais, usados para “etiquetar” identidades em determinados sujeitos.

Desse modo, a fixação do termo “homossexual” vem a reboque de uma política de identidades que quer circunscrever os comportamentos sexuais antes denominados “sodomia”, dos quais, por definição, todos eram passíveis, a um grupo específico de pessoas sob o signo de “homossexuais”. É no sentido de dinâmicas como esta, registrada na língua, que as reflexões foucaultinas versam sobre a produtividade que as disciplinarizações operadas pelo poder-saber geram na economia da produção de verdades.

Nesse trabalho de desnaturalização das coisas, Foucault (1988 [1976]) demonstra como, nessa ótica reducionista, a sexualidade está circumspecta a configurações anatômicas e biológicas que, embora tenham sido significadas na cultura por um complexo feixe de forças ideológicas e sociais, ganham ares de “naturais”, produzindo assim uma coerência “lógica” e “tácita” entre sexo, enquanto certa configuração anatômica, e determinados modos de agir socialmente ditos correlatos a estes, o que entendemos aqui como gênero. Nestes termos, as perspectivas de Butler (2003) fazem conexão com as incursões foucaultianas, na medida em que revisita as premissas austiniana e considera o gênero, assim como o sexo e o próprio corpo, numa posição feminista marcadamente pós-estruturalista, como performativos.

Desse modo, “o fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade

ou feminilidade verdadeiras ou permanentes” (BUTLER, 2003, p. 201) são também produzidas, como integrantes de um jogo que quer escamotear o caráter performativo do gênero e “possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2003, p. 201).

Assim, a autora sustenta que não há essência ou identidade, no sentido ontológico do termo, nos signos corporais, e nos convida a pensar sobre “três dimensões contingentes da corporeidade” (PINTO, 2012, p. 151): sexo anatômico, aquele dado pela biologia; identidade de gênero, aquela que Beauvoir tratou como uma construção social; e performance de gênero, sendo o elemento do performativo, aqui, aquilo que perturba as associações binárias sexo/gênero, sexo/performance, gênero/performance, e aponta para o caráter imitativo de todo gênero. Performance, assim, aponta para uma “contingência radical” (BUTLER, 2003, p. 196).

Ademais, fica bem marcado nos construtos teóricos a pouco articulados que todos esses processos de produção de “saberes-poderes” (FOUCAULT, 1988 [1976]), que legitimam ou condenam performances identitárias, são produzidas na/pela linguagem, no/pelo discurso³⁰, em termos foucaultinos. Assim, a proposta desse filósofo gira em torno do entendimento de que o pertencimento a um determinado padrão de sexo ou gênero não se configura como a “causa”, a “origem” de determinadas performances.

Tais elementos identitários estariam relacionados ao que Foucault (1988 [1976]) propõe como “biopoder”³¹, a saber, a um tipo de poder aplicado à vida social por meio de mecanismos de regulação que agem na vida das pessoas em geral e no corpo de cada indivíduo, em que dispositivos de sexualidade são culturalmente constituídos. “Os biopoderes são ao mesmo tempo efeitos e instrumentos de produção de saberes que geram formas de vida. ” (FOUCAULT, 1988 [1976], p. 161).

³⁰ Por assumirmos, neste trabalho, uma concepção performativa de linguagem (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1997a), entendemos que os discursos (a linguagem em uso) não apenas ‘representam’, mas produzem o mundo. Desse modo, eles são um tipo (um momento da) de prática (ação) social que tanto estrutura a realidade quanto é por ela estruturada, numa relação dialética, como pensada por Fairclough (2001), em desdobramento das ideias de Foucault (2014 [1979]). Nessa direção, discursos produzem situações sociais, elaboram conhecimentos, marcam posições identitárias e estabelecem diversas relações entre atores e grupos sociais. O discurso é, nesse sentido, uma atividade ideológica e um instrumento de exercício do poder.

³¹ Para uma compreensão mais ampla da noção de “biopoder”, ver Foucault (1988 [1976]).

Nessa perspectiva, é que identidades de gênero³² e sexualidades são entendidos não como dados anteriores à ação dos sujeitos, como normas reguladoras de suas condutas nesses campos, mas são, ao contrário, elementos produzidos, desempenhados, performativizados. Assim, tais pressupostos dialogam amplamente com os dizeres de Butler, ao propor que:

o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (BUTLER, 2003, p. 200).

Nesse sentido, como fruto do apagamento da historicidade, das anterioridades e complexos imbricamentos de poderes-saberes nascidos no interior dos diversos discursos em disputa na sociedade, i.e., da religião, da justiça, da educação, da saúde, determinadas “estilizações” de gênero e de sexualidades ganham efeitos de estabilidade e tornam-se parâmetro regulatório para a determinação de quais formas de vida – identidades e gênero e sexualidade – são válidas, possíveis.

No interior dessa lógica discursiva, muitos significados violentos são gestados e é deles que emergem atos de fala capazes de ferir aquelas pessoas que fazem uma experiência de corpo/ de gênero/ de sexualidade que não sejam inteligíveis a partir de um parâmetro heteronormativo estabelecido socialmente. Sendo assim, na seção seguinte, explanaremos sobre o modo de produção desses significados e sobre como eles se realizam no ciberespaço.

Nesse sentido, é por estar interessado no desvelamento da produção de significados violentos desferidos contra pessoas trans que este trabalho assume a forma

³² Para fins de delimitação mais objetiva do que seja a identidade de gênero, ratificamos, neste trabalho, a noção apresentada pelos “Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, segundo a qual: “ ‘entendemos identidade de gênero’ como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos” (PRINCÍPIOS de Yogyakarta, 2007).

de uma linguística *queer*³³, a qual, nas palavras de Borba (2015, p. 94) “tem se configurado como uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e. heteronormatividade) e a performance linguística situada”. Nesse sentido, os esforços deste campo, em franca emergência e delineamento no Brasil, têm como horizonte repensar os estudos da linguagem, “a partir de experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades” (MISKOLCI, 2016, p. 17).

2.2 SIGNIFICADOS DO NÃO-HUMANO COMO FORÇA ILOCUCIONÁRIA DA VIOLÊNCIA

Como desdobramento desse efeito de estabilidade referido na seção 2.1, são produzidos gêneros socialmente “inteligíveis”, como modalidades únicas de existência, possibilidades exclusivas, realização do humano, como condição de viabilidade social e antropológica. Assim, tal norma de inteligibilidade produzida pela matriz binária, heteronormativa e cisgênera³⁴ condena todas as performances de gênero e sexualidade

³³ Conforme aponta Miskolci (2016), o que hoje temos nomeado como *queer*, tanto na dimensão política quanto teórica, teve sua origem na postura crítica em relação à ordem sexual contemporânea, geralmente associada à contracultura e às demandas dos chamados ‘novos movimentos sociais’ que marcaram a década de 1990. Na pauta de tais movimentos (a militância pelos direitos civis dos negros do Sul dos EUA, o feminismo da segunda onda e o então chamado ‘movimento homossexual’), estava o questionamento das normatividades sexuais, de gênero, de raça, e toda sorte de padrões de moralidade impostos socialmente com vistas a normalizar corpos e identidades, relegando aos dissidentes desses padrões uma condição abjeta, rejeitada, repugnante, uma vez que sua existência punha em risco o mito de homogeneidade, estabilidade e ‘higiene’, sustentados coercitivamente pela sociedade. No escopo dos estudos da linguagem, tal posicionamento também desencadeou reverberações desestabilizantes (em franco desenvolvimento) no que tange à (não) abordagem – teórica, metodológica e política – historicamente fornecida aos fenômenos linguísticos atravessados por questões subalternas (aquelas relativas às vidas abjetas). Nesse sentido, nas palavras de Borba (2015, p. 94), “a linguística *queer* tem se configurado como uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e. heteronormatividade) e a performance linguística situada”. Nesse sentido, afastando-se de uma abordagem epistemológica cartesiana e/ou positivista, os esforços deste campo, em franca emergência e delineamento no Brasil, têm como horizonte repensar os estudos da linguagem, “a partir de experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades” (MISKOLCI, 2016, p. 17).

³⁴ Segundo, Jesus (2012), citado por Vergueiro (2015, p. 44), “a identidade de gênero daquelas pessoas cuja ‘experiência interna e individual do gênero’ corresponda ao ‘sexo atribuído no nascimento’ a elas. Em outras palavras, ‘o termo ‘cisgênero’ é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”.

que estejam fora de seus padrões à inteligibilidade, ao não-lugar, ao não-contexto, a uma realidade destituída de sua viabilidade social por não pertencer à esfera do humano que só pode realizar-se nos seus ditames normalizadores e normatizadores.

É nesse não-lugar do humano, como exterioridade do contexto primeiro no qual o signo “homem” está inserido, a própria condição humana, como experiência antropológica que, de algum modo, nos distancia do estatuto de “coisa”, que identificações que transgridem às normas de gênero, como as experiências de travestilidade e transexualidade, estão postas. Assim, esses indivíduos são relegados à condição de seres abjetos, aqueles destinados às zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, “densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2000, p. 155).

Desse modo, podemos pensar a pessoa transexual como um lugar que não se quer habitar, como uma experiência subjetiva coisificada e objetificada. São contextos como esses que sofrem uma re-atualização³⁵ a partir dos atos de fala transfóbicos, tal como o registrado na Figura 6, capturada do blog *Ultracurioso*, disponível na internet. Tais sentidos circulam normalizados pelo ciberespaço sem que seus enunciadores e interlocutores se deem conta de seu potencial destrutivo, isso graças à ritualização desses significados.

³⁵ Nesse ponto, vale pensar que os *estereótipos* correspondem a imagens ou representações coletivas que categorizam o mundo, são ideias pré-concebidas, universais, que cada sujeito faz de uma classe ou tipo de pessoas, geralmente pejorativas, comuns a um grupo social. Quando tais ideias se tornam estáveis e reiteráveis através de uma série de mecanismos linguístico-discursivos, podemos falar de um processo de *cristalização* em curso. Para uma discussão ampliada sobre as relações entre *estereótipos* e *processos de cristalização*, ver van Dijk (2008a) e van Dijk (2008b).

Figura 6 – Chamada da matéria do Blog *Ultracurioso*

5 pessoas trans que você pegaria sem pensar duas vezes

CURIOSIDADES | ENTRETENIMENTO | 29 de outubro de 2015 por Eduardo Coelho

Compartilhar 11 mil Tweetar Compartilhar 0

Fonte: <http://www.ultracurioso.com.br/5-pessoas-trans-que-voce-pegaria-sem-pensar-duas-vezes/>

Na matéria, a autoria do blog traz imagens de 5 pessoas transexuais, entre homens e mulheres, que além de atenderem aos padrões estéticos vigentes em um país de cultura eurocêntrica, como o Brasil – corpos esculturais, brancos, cabelos lisos –, apresentam-se bastante conformados aos padrões normalizados de aparência física, estrutura corporal e outras estilizações de gênero ditas propriamente femininas e masculinas. Além de as pessoas trans selecionadas para a matéria estarem bem próximas, ainda que aparentemente, da norma coercitiva que cria efeitos de estabilidade entre as diferenças de sexo e gênero, o modo de organização da linguagem gera desdobramentos que nos permitem entrever como os sentidos de abjeção estão na base de sua constituição violenta.


Além do próprio conteúdo semântico, ao nosso ver, também indexical, por isso, pragmático, do verbo acionado para designar o envolvimento sexual com pessoas trans – “pegar” – que alude a uma ação que geralmente se desempenha junto a objetos (pegamos coisas), vemos marcado em “sem pensar duas vezes”, a ideia de que, em outros casos, com outras pessoas que não as cinco “prototípicas” de uma “transexualidade bem sucedida”, ou aparentemente menos desviante, menos transgressora e abjeta, por semioticamente estar mais junto à normalidade cisgênera, não se deveria “pegar” uma pessoa trans, ao menos sem “pensar duas vezes”.

Nessa mesma direção, as experiências de travestilidade e transexualidade, enquanto colocadas fora da zona do humano, do real, do ponto de vista de uma cartografia heteronormativa e cisnormativa da vida, põe a pessoa transexual no lugar do exótico, de uma exterioridade à normalidade a qual não se pode acessar sem a curiosidade e o espanto próprios de toda atividade exploratória do desconhecido, enquanto atividade de

conhecimento. Tal realidade se potencializa quando esse explorador está situado socialmente numa das ordens sociais do discurso que posicionam as experiências de gênero dissidentes na exterioridade da legitimidade, da normalidade, das formas de vida válidas segundo a religião cristã.

São sentidos pragmaticamente construídos como esse os que se produzem no título da matéria postada na seção “Famosos” do Website *Extra* de O *Globo*, em dezembro de 2015, quando na notícia de que o Padre Fábio de Melo (sacerdote católico, cantor, escritor e apresentador de TV) havia aceitado, não sem interior hesitação (conforme informação contida na matéria), em tirar uma foto com Luana Muniz, conforme a figura 7, abaixo:

Figura 7 – Matéria do Site Extra/ Famosos

10/12/15 13:17 10/12/15 17:52  Tweetar  56

PADRE FÁBIO DE MELO POSA COM TRAVESTI E RELATA EXPERIÊNCIA SURPREENDENTE: ‘UM TAPA NA CARA DA GENTE’



Fonte: <http://extra.globo.com/famosos/padre-fabio-de-melo-posa-com-travesti-relata-experiencia-surpreendente-um-tapa-na-cara-da-gente-18263583.html>

Os sentidos de abjeção e de condição exótica, sensivelmente estranhada pela aproximação ao normal-aceitável-desejável em termos de performances de gênero, como a masculinidade cristã de um “homem de Deus” – atenção para à generificação das

possibilidades de pertença ao dito sagrado – transbordam nos efeitos de uma expressão como “relata experiência surpreendente”. O que há de “surpreendente” na experiência de se posar ao lado de alguém para uma foto? A ordem da fama é subvertida pela fetichização, instrumentalização, de uma transexual.

Nestes termos, a metapragmática da constituição desses sentidos ancora na espetacularização de uma “experiência” que inscreve seus significados em contextos nos quais a travestilidade/transexualidade é tomada como alteridade radical em relação ao humano, a ponto de tal experiência precisar ser “relatada”, como numa experiência traumática, o relato da vítima, ou de uma experiência científica ou extra-terrestre (extra-humana?). Ainda poderíamos inquirir a multissemiose que compõe essa matéria e nos perguntarmos, pois, qual não é o espanto do sagrado ao tocar o profano. Vemos na figura, simbolicamente, a aproximação de dois pontos distantes, para não dizer opostos, numa cartografia dos sentidos produzidos para o corpo e a sexualidade.

O homem cis – e toda a conotação política dessa performance identitária de gênero – celibatário, renunciante das paixões da carne e das concupiscências do corpo, na negação da sua materialidade com vistas à afirmação de seu significado ontológico e transcendente, segundo o ideário cristão, e a mulher feita, performativizada na construção de uma identidade desviante da designação social de gênero que lhe fora atribuída ao nascimento – e talvez ao batismo – e ao significado cultural atribuído às formas anatômicas de seu corpo, afirmando, ainda que sem essa acuidade teórica, o corpo-discurso como performativo.

Nesse sentido, cabe destacar as implicações pragmáticas do silenciamento do nome de Luana Muniz, a qual é nomeada no título da matéria apenas sob a categoria de “travesti”. Nesse sentido, o apagamento do nome, metonimicamente relacionado à própria identidade do sujeito ao qual ele pertence, faz emergir sentidos sobre a interdição das possibilidades de identificação de uma pessoa trans e de sua redução a um nome genérico que ao invés de pessoalizá-la a enquadra numa categoria, numa classificação a qual é, em geral, socialmente precarizada, “travesti”. Tal interpretação ganha ainda mais fôlego se observarmos o contraste entre a invisibilidade à qual Luana é relegada no discurso em comparação com a enunciação conferida ao “Padre Fábio de Melo”, lido socialmente como homem cis, hétero, casto, e, por isso, nomeado na linguagem de um modo que o situa no mundo em um lugar privilegiado. A despersonificação que tal

processo de silenciamento realiza é corroborada pela agentividade do verbo “posar” a qual é atribuída ao argumento que nomeia o homem cis da foto, o qual age, realiza a ação de “posar” ao lado de “uma travesti”. Pensando na política identitária que esses usos da linguagem realizam, à travestilidade é relegado o lugar do anonimato e da objetificação.

Mesmo a par da polifonia própria das discussões em torno das identidades de gênero, sobretudo da caracterização do que sejam as experiências de travestilidade e de transexualidade, em suas possíveis aproximações ou distanciamentos, para fins de operacionalização deste trabalho, não nos detivemos no mérito desta questão. Tal opção se justifica pelo fato de que a violência transfóbica, aqui investigada na sua modalidade linguística, a partir do que buscamos configurar como atos de fala transfóbicos, atinge as travestis e as transexuais de forma indiscriminada, a despeito de possíveis nuances que possam caracterizar tais posições identitárias, conforme mostram os trabalhos de Carrara e Vianna (2006).

Nesse sentido, assumimos como violência transfóbica, em relação análoga com o conceito de homofobia, mais esclarecido a essa altura dos estudos de gênero, como sendo aquelas reações de ódio e rejeição perpetradas física, institucional, simbólica e linguisticamente contra a pessoa transexual, motivadas por sua identificação de gênero, que se “expressam nos atos de vigilância e eliminação: ateia-se fogo, corta-se, perfura-se, apedreja-se, mata-se. Suplício e exposição desse abjeto como objeto que explicita a punição para aqueles que cruzam as fronteiras da norma” (POCHAY, 2007, p. 12). Desse modo, a violência transfóbica atua como elemento punitivo e disciplinador no interior de uma economia da coerção social de gênero, com função semelhante àquela atribuída por Foucault (1987 [1975]) às execuções nas guilhotinas francesas.

A nosso ver, o fato de ambas as identificações – travestilidade e transexualidade – terem grande potencial transgressor das normas de gênero vigentes na sociedade patriarcal e heteronormativa brasileira, caracterizada, inclusive, pela “incorporação ou exibição de atributos de gênero não-conformes ao sexo designado no nascimento” (CARRA;VIANNA, 2006, p. 243), tornam essas formas de vida em signos explícitos de resistência que denunciam o caráter performativo do corpo, do sexo/sexualidade e do gênero.

Desse modo, quando se montam³⁶, quando se enunciam performaticamente, estilizando gênero, e circulam como signos de resistência e transgressão moventes, desmontam toda uma estrutura coesa e densa que opera, através de inúmeros instrumentos de poder-saber para a naturalização de tais dispositivos políticos – corpo, sexo, gênero – e para a supressão da possibilidade de insurreição contra a matriz heteronormativa e biologizante, inscrita na lógica própria dos sistemas de gênero.

Segundo pensa Butler (2000, p. 156), as travestis e as transexuais recusam simultaneamente “a anatomia carregada de regras e as regras que atribuem significado às anatomias, elementos determinantes na base das normas discursivas que moldam os sujeitos, rejeitando a própria polaridade binária pela qual se manifesta a norma”. Nesse sentido, as pessoas trans põem em cheque a matriz primeira do poder, o primeiro registro de inscrição/ relação de poder/sujeição na experiência social e na vida do sujeito, as designações sociais de sexo e gênero. Desse modo, seus corpos são, portanto, discursos, textos, signos de resistência em riste.

É sob este prisma que caracterizamos as experiências trans como aquelas performances que ameaçam, de modo mais explícito e multissemiótico, as rígidas normatizações de gênero, normas estas que atribuem significado aos espaços que serão (e os que não serão) ocupados por esses sujeitos. Tais identificações aparecem como “exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 2000, 156). É justamente movida pelo ódio e pelo repúdio a performances e comportamentos generificados em conflito com a matriz cisgênera que a transfobia opera como dispositivo de heteronormatividade³⁷, ou seja, como estratégia sistêmica de coerção que visa punir, de forma violenta, àqueles corpos e subjetividades que ousam se identificar fora dos modos binários autorizados.

“Se montar” é uma expressão corrente no universo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) originária do universo das travestis, em que “montada” é o ‘homem’ travestido de ‘mulher’. O termo se generalizou, alcançando muitos outros contextos, designando um modo de se adornar, vestimenta, cabelo, maquiagem, mais elaborado, extravagante ou *fashion*. Desse modo, “a palavra ‘montação’ [...] foi emprestada do vocabulário apreendido na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais, dá nome a [...] comunicação da identidade de gênero que seria efetuada visualmente pela estética do corpo, com o auxílio da estética da indumentária” (QUEIROZ, 2016, p. 86).

³⁷ Cohen (1997, p. 440, tradução nossa) delineia o conceito de heteronormatividade: “aquelas práticas localizadas e aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ na sociedade”.

Nesse sentido, o modo como a transfobia opera é múltiplo. Em sua modalidade institucionalizada e legal, ela age sob a forma de dispositivos institucionais que deslegitimam o acesso de pessoas trans³⁸ a uma série de direitos que visam lhes conferir cidadania e isonomia, como é o caso da burocratização para o reconhecimento do nome social³⁹. Além disso, não obstante os significativos avanços teóricos e da militância, as experiências transexuais ainda figuraram na “Classificação Internacional de Doenças” (CID) da “Organização Mundial de Saúde” (OMS), em sua mais recente versão, a CID-10, de 1992, sob o rótulo de “Transexualismo”, no Capítulo V, dos “Transtornos Mentais e do Comportamento”, na subseção dos “Transtornos da Identidade Sexual”, conforme mostra recente estudo de Leite e Santos (2016). Daí as inúmeras ingerências do Estado para garantir o acesso universal e gratuito, via Sistema Único de Saúde (SUS), aos serviços do processo transexualizador⁴⁰.

Nesse contexto, a força dos significados violentos atribuídos às experiências de identidade de gênero inconformes, de modo institucionalizado, aparece de maneira muito particular na ordem do discurso médico, clínico ou, de forma mais genérica, da saúde. Pensando a medicina e as “ciências da vida” como sistemas de produção de saberes-poderes que operam dentro de lógicas binárias da normalidade-anormalidade, atribuem significados aos corpos, suas anatomias e funcionalidades, construindo discursos que passam a regular a produção de subjetividades desde sua dimensão somática e mais material.

Assim, constituem-se como discursividades que, analogamente a todas as outras, são atravessadas por “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística” as condições para sua produção de verdades. (FOUCAULT, 2009 [1969], p.133).

³⁸ Forma genérica de referência a pessoas que vivenciam a experiências não conformes de sexo e gênero, como travestis e transexual, amplamente utilizada na literatura sobre o assunto.

³⁹ No âmbito da Universidade Federal de Sergipe, instituição a qual esta pesquisa está vinculada, desde a publicação da Portaria Nº 3383, de 04 de outubro de 2013, todas as alunas trans têm direito ao uso do nome social nos registros acadêmicos. Tal direito foi conquistado mediante reivindicação da aluna e ativista transfeminista Linda Brasil.

⁴⁰ Conjunto de estratégias assistenciais multidisciplinares para transexuais que pretendem realizar modificações corporais do sexo, em função de um sentimento de desacordo entre o sexo biológico designado e o gênero, regulamentado pela portaria nº 1.707/2008 do Ministério da Saúde, ainda numa perspectiva patologizante e centralizada em “atos médicos” que legislam sobre corpos e suas subjetividades (Fonte: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=6250&sid=7>).

Desse modo, apesar da natureza ideológica e sócio-histórica do fazer médico, este goza, no seio da sociedade ocidental, altamente influenciada por ilusões positivistas e cientificistas, de um estatuto de neutralidade e objetividade tácito. Graças a isso, ao enunciar verdades sobre os corpos dos sujeitos e suas subjetividades – nessa lógica também estão inclusas psiquiatrias, psicologias e psicanálises – projetam o engano da existência de uma realidade “pré-discursiva”, neutra, de onde então produziriam seus enunciados, os saberes médicos.

Sendo assim, estamos autorizados a pensar que o discurso clínico se configura “enquanto prática, que instaura (...) um sistema de relações que não é ‘realmente’ dado nem constituído a priori” (FOUCAULT, 2009 [1969], p.60). Assim, as lógicas de normalidade-anormalidade, saúde-doença, se dão no sentido da produção de uma epistemologia da vida e dos corpos que são tomados como realidades dadas, ontológicas e pré-significadas.

Nessa perspectiva foucaultiana, “a medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico” (FOUCAULT, 1986, p.83). Pensando a normalidade como um conceito a ser aplicado sobre corpos e subjetividades e não uma “realidade”, pré-existente a sua conceptualização, a ser averiguada mediante o (não) atendimento de uma série de condicionalidades e descrições previstas em manuais de medicina, vemos que os sentidos generificados de “mulher normal”, “mulher de verdade”, “sexo biológico”, “função reprodutiva do sexo”, “ato sexual normal”, “função dos genitais”, dentre outras, atuam, segundo um posicionamento ideológico e sócio-historicamente situado, na produção de verdades excludentes que retroalimentam o ideário da heterossexualidade compulsória e da cisnormatividade.

Compreendendo, assim, a dinâmica do funcionamento discursivo dos saberes-poderes médicos, podemos melhor compreender como sua perspectiva biologizante, constituída a partir da necessidade de categorizar a anormalidade como condição para se pensar - numa lógica patologizante - a normalidade, atua na base de muitos discursos que violentam pessoas transexuais. Segundo nossa hipótese de trabalho, aventada na página 11 desta dissertação, vêm também da esfera da saúde e de sua demarcação dos territórios das (a) normalidades, as condições pragmáticas para a produção da força ilocucionária

que faz atos de fala se tornarem violentos. Isso, mediante a atualização de contextos violentos ritualizados na cultura, como aqueles relativos ao saber médico.

Sentidos em torno da medicalização das identidades de gênero, no sentido de patologizar experiências transexuais, além de estarem na base entraves institucionais para a promoção da cidadania das pessoas trans, circulam também no ciberespaço, dotando performativos, como os expressos na Figura 8, de significação violenta que fazem trasbordar sobre tais formas de vida toda a força de coerção da matriz cisnormativa, relegando vidas, histórias, trajetórias pessoais ao espaço da doença e da aberração.

Figura 8 – Matéria do Site Pauta Principal



2.3 TRANSFOBIA E COLONIALIDADE: QUANDO REESTABELECEM CONTEXTOS É VIOLENTAR

Operando por meio de uma transfobia legitimada e naturalizada na cultura jurídica e popular do Brasil, estão os ditames patriarcais e sexistas de um ideário machista e

heteronormativo, característico de nações fruto de experiências coloniais, escravocratas, de bases cristã-católica, brancas e eurocentradas. Assim, caracterizara-se o processo histórico e social de “formação” da América da Latina, mediante a dominação não apenas material e política, mas também no que concerne à inculcação de determinados construtos ideológicos essenciais para a manutenção das relações de saber-poder colonizador-colonizado.

Tais verdades, no sentido foucaultino do termo, forjaram o feixe de condições a partir das quais são constituídas as identidades nacionais e os sentidos disponíveis na cultura para significar as formas de vida que se realizam em seu território geográfico e discursivo. Nesse contexto de possibilidades limitadas de subjetivação, emergem também os significados sociais atribuídos aos gêneros e às sexualidades, em termos da replicação, em contornos particulares e transversais⁴¹, a cada nova época situada, da rígida matriz ocidental.

Seguindo esta direção em busca de uma genealogia sócio-histórica crítica dos significados violentos atribuídos a experiências de gênero e sexualidade inconformes, trabalhos como os de Vergueiro (2015) têm visto nesse tipo de realidade, em consonância com as ideias de Quijano (2005), a manifestação da “matriz de poder colonial” que “afeta todas as dimensões da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho”.

Na rota dessas reflexões, a violência transfóbica encontra seu contexto mais remoto dentro de um projeto de dominação e produção de subjetividades subalternizadas que remete sua ancoragem histórica no colonialismo. Tal termo diz respeito “ao processo e aos aparatos de domínio político e militar que se exercem para garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício do colonizador”. Superando as limitações temporais do fato histórico situado e tornando-se uma realidade política onipresente no mundo dito moderno e um dispositivo bastante produtivo, a colonialidade, no entendimento de Restrepo e Rojas (2010, p.15), diz respeito a

⁴¹ A transversalidade nos estudos de gênero propõe que a formação de tal categoria está sempre imbricada com outros signos da vida social, como raça, etnia, classe social, dentre outro, e que as performances de gênero são produzidas e significadas socialmente a partir do entrecruzamento dessas vertentes. Nesse sentido, ser uma mulher branca heterossexual tem conotações sociopolíticas diferentes de ser uma mulher negra lésbica, por exemplo.

um fenômeno histórico muito mais complexo que se estende até nosso presente, e que se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas que possibilitam a re-produção de relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração pelo capital de alguns seres humanos por outros em escala mundial, como também a subalternização e obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vida daquelas pessoas que são assim dominadas e exploradas.

Referimo-nos, então, às perspectivas epistemológicas, sociais e políticas oriundas das contribuições teóricas advindas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, posteriormente infiltrando-se nas Ciências Humanas produzidas no Brasil, ainda que sem maior representatividade dentro da Linguística aqui realizada. Este fato soa irônico ao pensarmos que é justamente a consideração da natureza eminentemente linguística e discursiva dos processos sociais e das performances identitárias, o que ocasiona a chamada virada linguística nas Ciências Sociais – já aludida na introdução deste trabalho – uma das premissas basilares de tal perspectiva.

O argumento central dos estudos descoloniais é o “descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, segundo uma proposta de compreensão das identificações e dos fenômenos sociais segundo um “método da desconstrução dos essencialismos” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Tais essencialismos operam no sentido de ritualizar e invisibilizar os agudos efeitos antropológicos e políticos do processo de colonialismo, isto sob a força de discursos históricos, médicos, religiosos, dentre outras ordens, produzindo uma cartografia da realidade que toma como parâmetro de normalidade-moralidade-aceitabilidade-viabilidade os sujeitos e elementos da subjetividade do colonizador, enquanto os modos de vida dos colonizados são subalternizados e patologizados.

Por esse prisma, propõe-se uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p. 83-84), com vistas a desnaturalizar as situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. Desse modo, podemos compreender a violência transfóbica não apenas como um dispositivo de coerção da heteronormatividade cisgênera, como já proposto aqui, mas também como dispositivo de manutenção das relações de colonialidade.

Estas relações são atualizadas e reiteradas a cada ato de fala transfóbico, na medida em que (re) produzem contextos que interpelam os sujeitos transexuais a

ocuparem não-lugares, numa cartografia da vida que põe suas existências como ininteligíveis socialmente, relegando-os à condição de abjeção, para aí, então, fazer com que os que estão dentro das normas de inteligibilidade possam “afirmar-se como uma identidade superior ao produzir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Ademais, o fato de tomarmos a transfobia como categoria de estudo, na sua modalidade de constituição linguística, compreendemos que sua análise do ponto de vista pragmático deve nos levar a apreciações mais profundas acerca da engenharia de subalternização que realiza e legitima violências em nossa sociedade. Ou seja, nosso intento ultrapassa uma mera catalogação de atos de fala violentos, o que poderia vir a reforçar, segundo aponta Serano (2007), o paradigma que põe “corpos, identidades, perspectivas e experiências transexuais” em lugares sempre sujeitos a “explicações” e que “inevitavelmente permanecem abertas à interpretação. ”

Nessa lógica de um fazer científico meramente descritivista, da qual buscamos nos afastar nesta pesquisa, ainda segundo a autora, “os atributos cissexuais⁴² correspondentes são simplesmente tomados como dados – eles são tidos como ‘naturais’ e ‘normais’, escapando de análises recíprocas”, corroborando uma ordem estigmatizadora em que os “discursos sobre transexualidade têm invariavelmente dependido de linguagem e conceitos inventados por pessoas médicas, pesquisadoras e acadêmicas que fizeram das pessoas transexuais seu objeto de estudo” (SERANO, 2007).

Nesse sentido, ao nos debruçarmos neste trabalho acadêmico, partilhamos do sentimento de Grim (2015, s/p, apud VERGUEIRO, 2015), que, ao refletir sobre os transfeminismos, relata:

me pareceu sempre inócuo esse movimento de simplesmente expor, individualmente, atos isolados de transfobia. Mais do que buscar provar a “incoerência” dessas pessoas, sempre me pareceu mais interessante entender a coerência delas. Mais do que buscar provar que no fundo são “anti-éticas”, sempre me pareceu mais interessante entender *qual é a ética delas*. O problema mais profundo da transfobia (incluindo a que parte de ““feministas”“”) não é a ausência de valores e ética. Bem o

⁴² Atributos relativos às experiências nas quais os sujeitos percebem sua designação sexual como condizente com a identidade de gênero que lhe fora atribuída. Seriam aqueles sujeitos não auto-identificados como transexuais.

contrário: é o fato que *o discurso transfóbico encontra ressonância em valores morais amplamente arraigados na nossa sociedade*. Um discurso que busca identificar e controlar pessoas entendidas como "perversas", "manipuladoras", de "falsa identidade". Pessoas que, sem essa identificação e controle, estariam livres para exercer todo tipo de abusos, violências e degenerações. [...] *É o discurso do Estado. É o discurso do policiamento. A gente precisa ir mais longe do que simplesmente acusar pessoas de transfobia* (GRIM, 2015, s/p, apud VERGUEIRO, 2015, grifos nossos).

Buscando progredir em nosso caminho de reflexão no que tange aos processos de reestabelecimento de contextos violentos que operam no bojo de atos de fala transfóbicos, Quijano (2005) nos mostra como o processo de colonialidade na produção das subjetividades conta com outro dispositivo importante no estabelecimento de padrões de gênero e sexualidades ditas normais, é o caso da religião. Nesse sentido, os colonizados deviam “aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa”.

Desse modo, a religião judaico-cristã, sobretudo na sua expressão católica, impressa no imaginário cultural do Brasil, opera como dispositivo de produção de subjetividades e de “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Nesse sentido, encontramos, nos estudos genealógicos de Michel Foucault, a identificação do poder de natureza religiosa, sob a título de “poder pastoral” (ao lado do poder disciplinar e do biopoder) representado pela Igreja Cristã, o qual possui lugar privilegiado na produção do dispositivo da sexualidade que marca o sujeito moderno. Assim, com suas peculiaridades, e principalmente com as suas distinções entre o normal e o anormal, os sentidos sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades têm raízes profundas na pastoral cristã.

Tal pastoral, fundamentada em narrativas bíblicas e em dogmas de fé tácitos e enunciados “tem matizes naturalizantes, biologizantes, universalizantes e consequentemente a-históricos”. Assim, podemos pensar que “a sexualidade, tal como a concebemos no ocidente, é produto de contingências históricas localizáveis e analisáveis

produto das relações de poder”, e não somente o objeto sobre o qual o poder se investe para reprimir, deformar, alienar e assujeitar. ” (NASCIMENTO, 2017). Ademais, conforme nos mostra Foucault (1988 [1976]), nenhuma outra cultura foi capaz de produzir, como no ocidente, um *discurso sobre a sexualidade* que obtivesse *status* normalizador, ou como uma *scientia sexualis*⁴³.

Nesse sentido, no estabelecimento das condições de produção das identidades, ao invés do banimento do sexo/sexualidade e dos discursos sobre tais realidades, o que se operou foi a produção de uma “*verdade do sexo*, procedimentos que se ordenam (...) em função de uma forma de poder-saber”. Tal situação levou ao estabelecimento da “matriz geral que rege a produção do *discurso verdadeiro* sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988 [1976], p.57 e p.62, grifos nossos).

Ainda nessa direção, vemos que o sexo “[...] não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de *verdade e falsidade*, que a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa e temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em *objeto de verdade*.” (FOUCAULT, 1988 [1976], p.56).

Assim, vemos como discursos que legislam sobre a “falsidade” dos corpos, das identidades e das performances de gênero de pessoas trans, em relação a uma matriz hétero e cisnormativa tomada como “verdade” dada, a-histórica e apolítica, configuram-se como formas de violência na linguagem, atos performativos felizes, em termos austinianos, ao reproduzir significados injuriosos segundo um *habitus* (BOURDIEU, 1989) da violência transfóbica, ritualizados na cultura, no imaginário e na formação discursiva⁴⁴ própria da sexualidade ocidental.

43 Diz respeito a uma gama de dispositivos imiscuídos na cultura que, no ocidente, procura definir seus parâmetros, dentro dos quais opera a inclusão do que é aceitável no campo da normalidade sexual, e a exclusão do inaceitável deste mesmo campo.

44 Em perspectiva foucaultiana, a formação discursiva diz respeito a “um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc” (BARONAS, 2011, s/p).

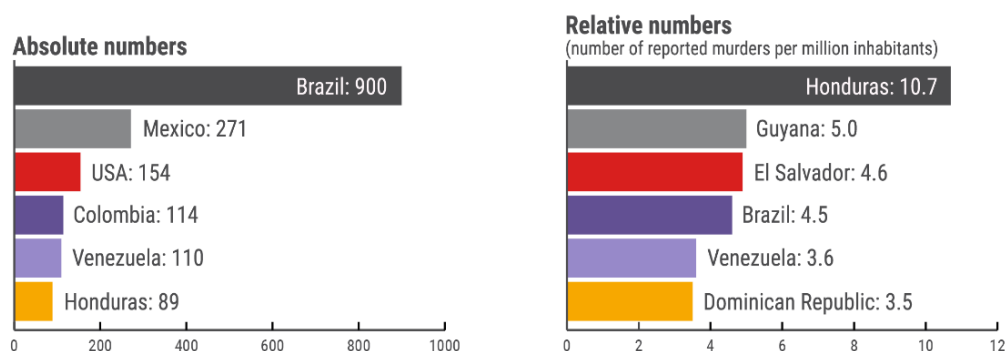
2.4 A METONÍMIA DA INVISIBILIDADE E O *CONTINUM* DA VIOLÊNCIA

À revelia dos galopantes índices de violências e humilhações contrassujeitos estigmatizados no Brasil devido à organização social heteronormativa do Estado (MOTT; ALMEIDA; CERQUEIRA, 2011), registra-se a escassez de dados governamentais sobre violência de gênero de motivação transfóbica⁴⁵. Tal situação é gerada tanto pela ausência de instrumentos oficiais que visem a mapear tais casos, a fim de subsidiar políticas públicas de enfrentamento ao problema, quanto pelo desafio da subnotificação realizada pela mídia.

O referido cenário faz com que muitos casos de violência contra travestis, transexuais e homens trans sejam notificados enquanto violência contra homossexuais, lésbicas e até mesmo com a expressão "homem com vestimentas de mulher", reiterando a invisibilidade institucionalizada e legitimada dessas identidades em inúmeras instâncias.

Dentre os dados existentes, como os que constam no relatório da pesquisa quanti-qualitativa intitulada *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT), conduzida pela Organização Não-Governamental (ONG) *TransGender Europe – TGEU*, entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de setembro de 2016, colocam Brasil no primeiro lugar em número absolutos no *ranking* de homicídios de motivação transfóbica, como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, conforme infográfico abaixo.

⁴⁵ Com o intuito de reverter a invisibilidade da violência sofrida por pessoas trans, organizações civis e não governamentais têm iniciativas no sentido mapear tais episódios, como é o caso do web site <http://redetransbrasil.org/>, mantido pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil) fundada em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, que registra dia a dia casos de assassinatos, suicídios, tentativas de homicídios e violação dos direitos humanos sofridos pela comunidade transexual.

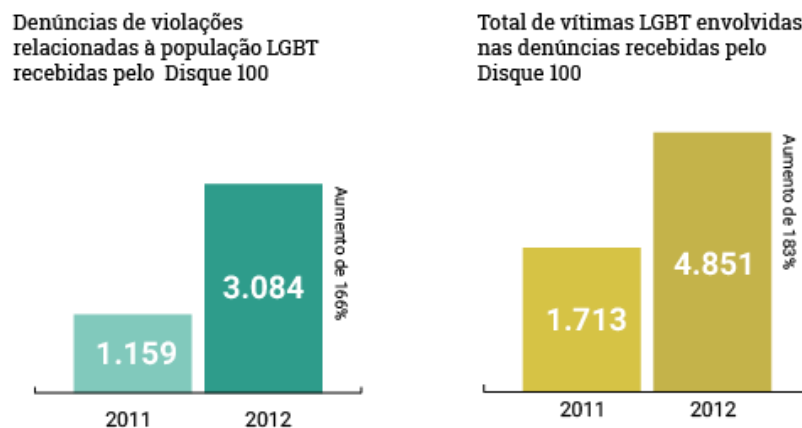
Figura 9 – Ranking de homicídios de pessoas trans no mundo

© 2016 Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM)
 More information on www.transrespect.org

Uma leitura qualitativa dos dados mediante as reflexões teóricas até aqui empreendidas, nos falam sobre a rigidez das delimitações das performances de sexo e de gênero que operam na tessitura social do país, acionando, então, a transfobia, numa de suas expressões mais cruéis e metonímicas, o homicídio, como dispositivo de coerção e manutenção da hegemonia da heterossexualidade compulsória e cisgênera, mediante o aniquilamento drástico do signo subversivo no qual a existência de uma pessoa trans se configura.

Nesse sentido, outro dado que aponta para o recrudescimento e a persistência desse tipo de violência é o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos, que apontou o recebimento, pelo Disque 100, de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), envolvendo 4.851 vítimas, no período de um ano. O documento de 2012 é a fonte mais recente de dados oficiais do governo sobre a violência LGBT. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 166% no número de denúncias – em 2011, foram contabilizadas 1.159 denúncias envolvendo 1.713 vítimas, como se pode ver abaixo:

Figura 10 – Denúncias de violação à população LGBT recebidas pelo Disque 100



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos em 2012.

Fonte: Relatório sobre Violência Homfóbica no Brasil 2012 (Secretaria de Direitos Humanos)

A invisibilidade das vidas trans, das políticas públicas de promoção à sua cidadania, a escassez de seus direitos civis, a morosidade na criminalização da transfobia, a incipiência de discussões políticas amplas sobre questões de gênero, a resistência à criação de espaço nos currículos escolares para pensar educação e diversidade, a fragilidade das políticas de saúde para essa comunidade – além de inumeráveis outras situações excludentes – são uma poderosa e triste metonímia da condição antropológica a que são relegadas as experiências transexuais: o não-lugar, o não-humano, o não-sujeito, a “coisificação”, por isso, aptas e destinadas ao desaparecimento, resultado de uma política de higienização e homogeneização social, a própria morte, simbólica e factual.

Nesse ponto de nossas discussões, vale reiterar um aspecto já evidenciado nas incursões teóricas que estamos fazendo no que tange à violência linguística transfóbica, a fronteira tênue entre a violência materializada fisicamente e aquela na qual a linguagem se constitui violência. Investigar, como posto nesta pesquisa, atos de fala transfóbicos e seus modos pragmáticos e pragmáticos de constituição e ação configura-se propormos uma ruptura no ainda inexplorado *continuum* da violência.

Assim, tendo em vista muito do que já fora discutido na seção anterior deste capítulo, podemos compreender como significados violentos estão intimamente ligados com a produção de sentidos em torno da experiência transexual. Sustentamos ser esta a violência primeira, a perda de contexto da própria condição humana – como a inscrição compulsória das identificações desviantes de gênero no lugar do antropologicamente inviável, do socialmente inteligível e invisível – o contexto pragmático primeiro do qual emergem atos de fala violentos endereçados às pessoas transexuais.

É dessa ancoragem pragmática numa violência estruturante da própria inscrição da experiência transexual na sociedade, performativizada, corpórea, semiótica e institucionalmente, de diversas formas, em que outros atos de fala, enunciados em diferentes lugares e por diferentes sujeitos, como os analisados nesta dissertação, são dotados de força ilocucionária capaz de incidir sobre suas vítimas, reestabelecendo contextos injuriosos, vexatórios, homicidas, invisibilizadores, em última análise, violentos e amplamente naturalizados no engendramento das diversas práticas sociais, especialmente daquelas mediadas pela linguagem.

Nesse sentido, retornando às condições de felicidade do performativo estabelecidas por Austin (1962), especificamente no que tange à necessidade de atendimento de seu caráter ritual como premissa de sua realização, é que podemos compreender como os atos de fala transfóbicos, mediante a atualização de tantos outros contextos violentos ritualizados, performativizados, citados, segundo o *habitus* próprio da violência linguística, são carregados de força capaz de tornar a própria linguagem violência e violência transfóbica.

A fim de melhor compreendermos o contexto pragmático imediato em que os atos de fala transfóbicos analisados neste trabalho foram constituídos, na seção 1.5, faremos algumas reflexões em torno do ciberespaço enquanto ambiente social constituído virtualmente, mediado por múltiplas semioses, sobreposição de textos e contextos, potencialidades enquanto espaço de realização de performances e algumas implicações ético-políticas da agência em ambientes virtuais.

2.5 A TRANSFOBIA VIRTUAL É REAL: PERFORMATIVIZANDO VIOLÊNCIAS NO CIBERESPAÇO

Todas as práticas de linguagem configuram-se como performances situadas. Ou seja, nenhuma delas ocorre num vácuo significativo, mas imiscuídas num determinado contexto e estabelecem com este uma relação infindável de autoconstituição. Tal natureza contextual dos atos de fala ganha fundamental importância quando estes ocupam um lugar na reflexão científica. Considerar o “objeto” na integralidade de sua natureza e acontecimento é, certamente, condição básica para uma prática analítica que vise mais a compreensão holística dos fenômenos sobre os quais se debruça do que uma pretensa pureza teórica ou cartesianismo metodológico.

Direcionando tais reflexões para o percurso teórico-analítico proposto neste trabalho, é de fundamental relevância considerarmos os contextos nos quais os atos de fala transfóbicos se realizam. Numa primeira perspectiva, um contexto de macronível, como fruto dos atravessamentos sociais e históricos; político-ideológicos que o produzem, ao que Hanks (2008) chamou de incorporação, e numa segunda instância, àqueles concernentes ao micronível contextual, a emergência, ainda segundo Hanks (2008).

Na esfera da emergência, teríamos o que “aqui” e o “agora” da situação interacional, levando em conta a complexidade de suas nuances relativas, sobretudo, ao modo de organização da linguagem (textualidades, gêneros, processos relativos à infraestrutura informacional-enunciativa) e aos fatores emergentes no uso, na produção de sentidos propriamente dita, tradicionalmente chamados de “contexto pragmático”. Nesse sentido, assim como feito nas seções anteriores, com vistas a dar conta desse contexto de incorporação, propomos, nas linhas que seguem, algumas reflexões em torno do “espaço” onde os casos de violência linguística transfóbica acontecem.

Antes de nos arvorarmos a elaboração de um panorama complexo sobre o que estamos chamando de ciberespaço, objetivamos compreender de que modo suas dinâmicas de funcionamento discursivo, produção de sentidos e efeitos de identidade/alteridade constituem-se atravessamentos pragmáticos importantes na produção da violência linguística perpetrada contra pessoas trans. Assim, consideramos

o “ciberespaço” e a “cibercultura” contextos pragmáticos nos quais atos de fala violentos ganham forma e se realizam.

Apesar de reconhecermos os fenômenos ora enunciados também como eventos situados no tempo e no espaço, sendo assim, frutos de um processo de exacerbação da intervenção da técnica nos modos de vida humanos e da fragilização das fronteiras entre o local-global característicos do processo de globalização, transnacionalização próprios da pós-modernidade, chama-nos a atenção colocações como as de Castells (1999, p. 459), ao propor que:

a realidade, como é vivida, sempre foi virtual, porque é percebida por intermédio de símbolos formadores da prática, com algum sentido que escapa à rigorosa semântica. Nesse sentido, a onipresença do virtual na vida social se dá pelo fato de os seres humanos serem “animais simbólicos” e suas significações construídas serem entendidas como virtuais (tomando o virtual como o que existe em potência).

Nesse sentido, longe de contestar posições que busquem delinear uma genealogia da cibercultura e ciberespaço, queremos salientar que tais realidades são, na verdade, a exacerbação da experiência própria da condição humana, enquanto subjetividade e inteligência, mediadas por linguagens cada vez mais complexas, multissemióticas, híbridas e fluidas. Nesse sentido, o avanço da técnica, manifestado na revolução da informática e da cibernética modificaram (e porque não dizer, ampliaram) nosso conceito de real. Desse modo, podemos pensar que

o virtual já é real e já existe. Ele não se opõe ao real, ele se opõe ao atual. Agora se entende por virtual algo real e existente que aguarda por uma atualização. É aquilo que pode ser infinitamente atualizado. O virtual é o que não pode ser determinado por correntes espaciais ou temporais porque ele existe sem estar presente em um espaço ou tempo determinados. Ou seja, para o virtual a atopia e a acronia são seu modo de ser. É o seu modo de existir. A atualização é o modo de relação dos indivíduos humanos como sistemas informacionais (CHAUÍ, 2010).

Assim, antes de nos pormos diante do questionamento de quais os limites da virtualidade, tendendo a tomá-la como uma ilusão de ótica que nos faz confundi-la como “real”, precisamos nos ater à problemática mesma que está na base do estabelecimento do que seja a realidade. Desse modo, passamos a tomar “real” e “virtual” não como instâncias antagônicas da vida ou mesmo atribuindo a uma o estatuto de realidade/verdade

e a outra o de ilusão/mentira, mas ao contrário, percebemos que se trata de um *continuum* complexo entre dimensões da experiência humana.

Tendo isso em vista e antes de avançarmos em busca dos desdobramentos de tais posições no que tange à problemática central deste estudo, a violência na linguagem, cabe-nos, então, estabelecer o que seja o ciberespaço e, por conseguinte, qual a natureza da cultura que nele se produz e que o rege. Para tal, alçamos a superfície os dizeres de Godoi (2009):

À integração das diferenças, à convivência com conteúdos mediáticos produzidos para compor o universo simbólico das massas, à transnacionalização de culturas, somam-se agora, como nunca, as tecnologias. As estruturas (físicas e ideológicas) a partir das quais surge o pensamento sociológico moderno dão lugar (ou convivem com), nesse início de século 21, a outra esfera — a da informação — na qual se efetivam todas as ações representativas dos sistemas econômico, social e político do mundo físico, e do universo cibernético, mediático e simbólico. [...] Todas as práticas e significados do mundo de hoje acontecem inevitavelmente *pelo, entre, ou por causa* do universo digital. A esse fenômeno denomina-se cibercultura. Esta condição se caracteriza pela produção e usos de conteúdos através dos *mas media* e por tudo que compõe o processo de interação nas redes digitais (*web, Twitter, podcasts, GPS, telefonia celular etc.*). Neste cenário ressurgem especulações sobre o papel da comunicação e da informação, graças ao imenso número de habitantes do planeta que possui instrumentos neotecnológicos (GODOI, 2009, p. 76).

Desse modo, tendo em vista a complexidade de fenômenos, lógicas, agentes e linguagens que compõem a ciberrealidade, pensamos que a violência produzida nela ganha contornos particulares graças ao fato de ser “a atualização o modo de relação dos indivíduos humanos como sistemas informacionais” (CHAUÍ, 2010). Assim, é mediante a constante atualização, por meio de processos de múltiplas sobreposições e ancoragens hipertextuais, que a violência linguística performativizada nas redes ganha força ilocucionária particular.

A partir dessa orientação, entendemos que seu caráter significativo é intensificado graças à constante necessidade de reestabelecimento de seus sentidos, oriunda da liquidez multidirecional de sua ancoragem referencial e do emaranhado de sentidos indexicais combinados em sua superfície que, quando acionados — “citados”, mediante a “iterabilidade” própria de todo signo (DERRIDA, 1991b) — são capazes de trazer à tona inúmeros contextos, agora rearranjados, combinados e, possivelmente, potencializados.

Assim, quando o que faz a linguagem é a violência e o “lugar” onde esta se realiza é a ciberrealidade, as dimensões de tal ato ganham proporções ainda maiores de “machucabilidade” (SILVA, 2012).

O caráter potencializador da violência linguística praticada no ciberespaço advém inclusive da possibilidade de combinar múltiplas semioses num só ato de fala, mediante os recursos próprios de tal espaço como “carregar”, “linkar”, “marcar”. Esta característica, combinada à atemporalidade da dimensão virtual, eternizando um presente sempre constante, faz com que uma ofensa perpetrada neste lugar ganhe um efeito de durabilidade muito maior que pode ser reativado, (re) praticado a cada novo acesso, nova visualização e replicação – compartilhamento - dos conteúdos violentos em outros espaços infindáveis e indelimitáveis.

Avançando na direção dessas reflexões, é curioso perceber como as transformações que a vida imersa numa realidade virtual pode promover modos particulares de significar realidades tomadas, em muitas outras épocas, como eminentemente materiais. Uma dessas transformações é o reconhecimento de que o corpo que está atrelado à “estética cibericonocrática textual”, de tal modo que o aparato mediático se manifesta como uma espécie de prótese e/ou extensão do corpo humano. Ou seja, os sujeitos participam das interações e da sociabilidade própria do mundo ciberreal de forma também corpórea.

Nesse ponto, a relação do indivíduo humano com a ciberrealidade é muito próxima daquela estabelecida por ele com linguagem: uma relação de habitação corporificada. Assim, pensamos que

Concebido muito mais no limite da cultura do que da natureza, o corpo vive de sua ininterrupta mutação. Isso quer dizer que ele vem sendo, há muito tempo, entregue a uma espécie de destino camaleônico que é acelerado no culto contemporâneo, no qual a mixagem homem-máquina aponta novos rumos para a existência humana (COUTO, 1998, p. 11)

Assim, as transformações a que nos referíamos há pouco não dizem respeito a uma realidade que coexiste paralelamente ao que seja a existência humana, mas afetam-na estruturalmente, em sua constituição e significado. Poderíamos, assim, nos questionar: o estatuto humano é hoje o mesmo antes de todas as múltiplas e complexas ciber-

experiências? E o significado cultural e psicológico do corpo tem ainda os mesmos contornos de antes? E a violência, tão potencializada nesse universo, incidiria apenas sobre “a moral”, “a reputação”, “a imagem” dos violentados, como atingindo uma realidade exterior à subjetividade e à corporeidade destes, ou seria um ataque – do mesmo calibre do materialmente perpetrado – a sujeitos e identificações performativizadas e que habitam corporalmente a linguagem e a ciberrealidade?

No intento de responder a tais indagações, encontramos afirmações como as de Levy (2005), quem propõe ser “o corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hipercorpo, híbrido, social, tecnobiológico”. Assim, os significados violentos desferidos contra pessoas trans em ambientes virtuais constituem-se como ataque categórico às identidades e aos corpos ali performativizados. Tal potência violenta é ratificada se consideramos ser uma norma tácita desses ambientes “o não reconhecimento do outro como alteridade que existe e que se manifesta, ocasionando uma degeneração mediática da relevância do outro na sociedade tecnológica atual” (LEVY, 2005).

Nessa lógica, os ambientes virtuais configuram-se também enquanto ambientes que produzem certo sentido de “comunidade” e “coletividade” desatrelados de valores comumente atribuídas a essa experiência do mundo não eminentemente mediado pelas tecnologias da comunicação e da informação. Desse modo,

precisamos levar em conta que a coletividade humana é apenas uma abstração. A coletividade humana histórica é hoje produzida por um sistema cada vez mais tecnificado que, esse sim, tem a reificar a maior parte de seus atos, senão se sua criatura: é este o problema ético, político e intelectual da tecnologia desde o ponto de vista de uma teoria crítica da sociedade. (RUDIGER, 2003, p.65)

Assim, vemos que uma das premissas antropológicas inscritas na cultura que, de certo modo, autorizariam a violação do outro sob o estatuto de legitimidade, submetê-lo a um processo de desumanização, agudamente marcada nas dinâmicas das violências contra pessoas trans, é também marcante no ciberespaço. Nesse sentido, os efeitos de distanciamento em relação à suposta realidade, aquela vivida do lado exterior da internet, colaborariam para o processo de coisificação, e até animalização, de sujeitos, corpos e identidades, sob o álibi: “mas, isto (o ato violento) não é real. ”

Nesse sentido, pensamos que apesar da fixação de dispositivos legislativos que visem coibir crimes e outras violências praticadas em ambientes virtuais, como a aprovação, no Brasil, do Marco Civil da Internet, o meio virtual, graças à referida ilusão de exterioridade ao mundo dito “real”, governado por leis e pela passibilidade de moralização de atos criminosos e punição de seus perpetradores, pode facilitar ainda processos de desumanização do outro, mobilizados com frequência para reproduzir sistemas discriminatórios baseados em gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero.

Tendo delineado, em diálogo com os Estudos de Gênero e Sexualidades, as noções de identidade, corpo, sexo e gênero, sob perspectivas desnaturalizantes e antiessencialistas, fundamentais para compreendermos a transexualidade e o modo como a transfobia opera sua violência pela linguagem, passaremos ao delineamento da metodologia escolhida, com vistas a desvelar os contextos a partir dos quais os atos de fala transfóbicos tornam-se capazes de violentar.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

*Contagem - MG
03/05/2017*

*Colegas da travesti **Sophia Castro**, de 21 anos, reconheceram o corpo dela na tarde desta quarta-feira no Instituto Médico Legal (IML) em Belo Horizonte, onde estava como indigente. Ela foi morta na noite do sábado, quando fazia um programa. A vítima recebeu golpes de martelo na cabeça e depois foi estrangulada (REDE TRANS BRASIL, 2017).*

Neste capítulo, apresentaremos inicialmente o paradigma metodológico em ciências humanas ao qual esta pesquisa se filia, estabelecendo alguns contrastes em relação a outros métodos, com vistas a sustentar a opção então assumida. Adiante, faremos algumas considerações sobre o gênero ao qual pertencem as materialidades analisadas, enquanto gênero digital emergente, em diálogo com aspectos sociais e interacionais. Por fim, apresentaremos o contexto da pesquisa e procederemos à caracterização do *corpus*, explicitando, na última seção, alguns elementos referentes aos procedimentos de análise empreendidos.

3.1 UMA PESQUISA INTERPRETATIVISTA, QUALITATIVA E EXPLORATÓRIA EM LINGUAGEM

A fim de viabilizar o presente trabalho, assumimos como metodologia de nossa investigação os postulados do paradigma interpretativista e qualitativo em pesquisa científica, aliado a procedimentos de caráter exploratório, nos quais se fundamentarão nossas incursões analíticas.

Nesse sentido, a pesquisa é qualitativa, pois é “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, ao se enquadrar em uma abordagem

naturalista que nos possibilita observar “as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Desse modo, distanciamo-nos de uma perspectiva positivista de pesquisa em linguagem, segundo a qual a realidade do problema investigado é apreendida por meio da observação empírica de um pesquisador neutro e distanciado do objeto. Em outras palavras, sustentamos, em termos foucaultianos, que é o olhar do pesquisador sobre o fenômeno pesquisado que o cria.

Dessa perspectiva, mediante os objetivos especificados na introdução deste trabalho, a investigação em curso diz respeito não a uma busca neutra por verdades subjacentes aos dados de análise, mas está centrada justamente nos múltiplos significados que estão disponíveis nas práticas linguísticas para a construção da realidade. Sendo assim, as significações sociais atribuídas ao mundo – e a todas as performances incluídas nele – são produzidas através da linguagem e só existem se consideramos a inteligibilidade individual do significado construído socialmente (MOITA LOPES, 1994, p. 331).

Nesse sentido, situando-nos numa perspectiva que toma a linguagem como performance cultural, histórica e socialmente situada – e que objetiva investigar a violência linguística de motivação transfóbica como ato de fala que se processa sob determinadas formas rituais, pela atualização de contextos específicos – não nos seria coerente a validação de posições metodológicas que visassem a descrição de padrões generalizantes. Como assinalou Moita Lopes (1994, p. 332), tal padronização limita as possibilidades de observação dos múltiplos significados sociais (des) construídos na interação indivíduo-sociedade.

Nessa visão, as hierarquias global-local, geral-individual, amplamente afirmadas em pesquisas positivistas em linguagem, perdem sua razão de ser, uma vez que reconhecemos que fenômenos individuais, locais e situados podem se revelar vigorosamente significativos para a compreensão de determinadas realidades socioculturais. Em outras palavras, ainda que não possam ser “generalizadas”, “universalizadas”, ou consideradas “representativas”, em termos quantitativos, tais amostras linguísticas encerram significados sociais que as legitimam enquanto objeto de pesquisa válido, em caráter exploratório. Temos, assim, uma emancipação em relação aos

critérios de validade e ao método da pesquisa positivista, reconhecidamente inspirada nas ciências ditas exatas e naturais.

Na esteira dessas reflexões, conforme mostram Denzin e Lincoln (2006), a premissa da “validade científica” torna-se altamente questionável quando o mundo deixa de ser visto como especularmente representado pela linguagem, num gesto consciente, racional e objetivo, e passa a ser entendido “a partir de nossas relações dentro das comunidades interpretativas” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 368). Tal crítica sustenta-se no fato de que a experiência individual não pode ser mapeada ou quantificada a partir de “universais linguísticos” ou de regras categóricas que regulam a ocorrência de determinados fenômenos em relação a variáveis dependentes.

Numa perspectiva qualitativa, tal como assumimos nesta pesquisa, passam a um lugar privilegiado de investigação e análise práticas de linguagem, observadas em situações reais de uso, nas quais se busca compreender os “processos de construção de sentido de comunidades situadas histórica e culturalmente” (Ibid., p. 369). Assim, em nossa análise pragmática dos atos de fala transfóbicos, mediante a observação dos contextos dos quais emergem sua força ilocucionária, adotamos uma metodologia que, estando alicerçada nas ciências humanas, tem por base a subjetividade. Tal modelo interpretativo está diretamente relacionado à forma como o (a) pesquisador (a) analisa os dados, estabelecendo relação entre linguagem e significado.

Em tal análise, como já assinalado em outros momentos, assim como assume relevância central o contexto – significando aqueles momentos específicos de interação, em sua relação mais direta com o momento próprio da enunciação – salienta-se também os aspectos situacionais sociais mais amplos, como aqueles relativos à história sociocultural e às ideologias, entendendo-se, desta forma, que os contextos são tanto locais quanto translocais (BLOMMAERT, 2005; 2010). É nessa dinâmica de contextos acionados pelas práticas de linguagem que iremos incidir nossa análise dos atos de fala transfóbicos, uma vez que é deles que vêm a força ilocucionária que performativiza a violência e fere, subalternizando as identidades de pessoas transexuais.

Justamente pela multiplicidade de contextos que emergem e se incorporam (cf. HANKS, 2008) nas práticas linguísticas, quando consideradas em seu caráter assistemático e subjetivo, é que Ramalho e Resende (2011, p. 73) afirmam que a pesquisa qualitativa consiste num “paradigma de investigação que atravessa diversos campos e

disciplinas, explorando temas transversais”. Tal realidade, longe de ser uma mera “opção” à disposição do pesquisador, consiste, na verdade, numa característica específica desse método de trabalho.

Considerando que as práticas de linguagem que constituem nosso *corpus* se realizaram no ciberespaço, como destacado na seção 2.5, podemos pensar, conforme Barton e Lee (2015, p. 37), que o ambiente *online* apresenta novos métodos de pesquisa da linguagem: “investigar textos e práticas *online* proporciona novas possibilidades de metodologia de pesquisa linguística”. Nesse tipo de estudo, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 368), ocorrem algumas mudanças em relação à investigação qualitativa que passam a dar mais visibilidade à pesquisa como um processo relacional, considerando as transformações propiciadas pela tecnologia e a constituição do sujeito.

Algumas dessas transformações nas metodologias qualitativas que se aplicam a investigações em espaços virtuais vão na direção do que postula Flike (2008) sobre a etnografia do espaço virtual.

A comunicação mediada pode ser deslocada espacial e temporalmente. Não é necessário estar no mesmo tempo e no mesmo espaço para observar o que acontece entre membros de um grupo virtual (...) A etnografia virtual (ou qualquer outra metodologia interpretativista-qualitativa aplicada em espaço virtual) nunca é holística, mas sempre parcial. **Deve-se abandonar a ideia de se estudar informantes, locais e culturas pré-existentes, isoláveis e descritíveis.** Em vez disso, encontramos conhecimento baseado em ‘ideias de relevância estratégica, e não representações fieis de realidades objetivas’. (FLIKE, 2008, 248. Adaptado. Ênfase acrescida.)

Assim, ainda segundo Flike (2008, p. 249), “a amostragem do material é intencional e a análise do material coletado é bastante flexível”. Baseados em tais pressupostos, apresentaremos mais adiante quais as intenções que nortearam a construção do *corpus*, sua delimitação e modo como procederemos a sua análise, em consonância com as perspectivas teóricas adotadas.

3.2 O GÊNERO DIGITAL EMERGENTE COMENTÁRIO *ONLINE*

Muito embora a noção de gênero textual como “tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana”, tal qual preconiza Bakhtin (2003), ou como “forma de ação social e não como entidade linguística

formalmente construída” (MARCUSCHI, 2008, p.21) seja algo relativamente novo em termos de história dos estudos da linguagem, a origem desses estudos remonta as considerações sobre literatura e retórica em Platão, na Grécia Antiga (século IV a.c.).

Com o desenvolvimento das sociedades, os processos de globalização, transnacionalização, o advento e a supremacia da *internet*, profundas e sucessivas transformações se realizaram na vida humana e, conseqüentemente, nas formas de interação. A reboque disso, também os gêneros discursivos se transformaram e se multiplicaram, uma vez que nos comunicamos a partir de textos de diferentes naturezas, e não há como fazê-lo senão por meio dos gêneros. Sendo assim, os gêneros:

Surtem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação as sociedades anteriores à comunicação escrita. (Ibid, p.19)

Nesse sentido, eles não devem ser vistos como “conjuntos de traços formais, e sim como lugar privilegiado de constituição da realidade social” (BEZERRA, 2006, p. 55). Em outras palavras, um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especializados da comunidade discursiva e dessa forma passam a constituir o fundamento do gênero. Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e influencia e limita a escolha de conteúdo e estilo. (SWALES, 1990 apud BEZERRA, 2006, p. 58)

Assim, os gêneros são construtos subjacentes às práticas sociais situadas, mediadas pela linguagem, que tanto cumprem um determinado propósito comunicativo, quanto se realizam sob determinados critérios estilísticos, temáticos e composicionais. Ao pensarmos nos *gêneros emergentes* estamos nos referindo àquela gama de novas modalidades de práticas sociais mediadas pela linguagem, reiteramos que foram trazidas à tona com a revolução digital realizada pela *internet*. Sobreposição de suportes, hipertextos, combinação potente de linguagens, compartilhamento de informações, necessidade contínua de atualização, indeterminação de autoria, celeridade liquefazendo a comunicação e, conseqüentemente, os sentidos e os sujeitos.

É nesse contexto dos gêneros emergentes digitais que o comentário *online* está inscrito, enquanto recurso de interatividade e aproximação, quase que instantânea, entre os interlocutores, entre o produtor de um texto – seja lá em qual gênero for – e seus comentadores *online*. Em se tratando de comentários feitos em relação a matérias jornalísticas de um site de notícias, como é o caso do *corpus* desta pesquisa, precisamos pensar no efeito de “liberdade” que a sensação de anonimato pode gerar. Sem sombra de dúvidas, essa espécie de imunidade ao real (e às consequências dele) influencia na produção de comentários desse tipo, o que, certamente, processa-se de modo diferente nas redes sociais que são compostas por perfis pessoais facilmente identificáveis.

Além dessas questões, podemos considerar que um comentário *online* a uma matéria jornalística:

É o grau mais importante de envolvimento de um usuário, porque exige, além de uma navegação e leitura atentas, disposição e capacidade de contribuir para a ampliação da publicação. É um outro texto, que revela o percurso construído pelo leitor e que soma outros sentidos ao primeiro. Por isso, os comentários são o grau mais intenso de interação na tríade autor, texto, leitor numa rede como o Facebook, quando se considera a modalidade escrita (BERTUCCI; NUNES, 2017, p. 11).

Assim, na análise de comentários *online*, podemos entrever os significados sociais produzidos através dos percursos de leitura adotados, dos modos como tais comentadores se orientaram no texto e no contexto, o que vem à tona justamente no momento em que passam de leitores a escritores/enunciadores de seus comentários, isto por meio de uma série de processos linguístico-textuais, como o tópico focalizado, dentre os diversos disponíveis no texto matriz, das relações de familiaridade/oposição entre os campos semânticos ativados nas escolhas lexicais e uma série de outros recursos.

Dessa forma, ao empreendermos uma análise pragmática do modo como a violência linguística é performativizada em comentários *online*, torna-se fundamental considerar os aspectos então ressaltados, tendo em vista a estreita relação prática social/gênero textual /produção de sentidos. Ademais, na seção 3.3, procederemos a uma contextualização mais ampla da pesquisa que aqui se desenrola e ao modo como o *corpus* foi constituído para as análises.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Tendo em vista nosso objetivo mais geral neste trabalho, investigar o modo como a violência linguística se materializa nas interações, numa abordagem teórica da Nova Pragmática, buscamos constituir um *corpus* que fosse, por um lado, produtivo no estudo da questão e, por outro, inovador em relação aos poucos trabalhos realizados nessa orientação teórico-metodológica no Brasil. Desse modo, a partir de levantamentos feitos nas bases de dados da Plataforma da *CAPES – Teses e Dissertações*, constatamos que boa parte das pesquisas já realizadas nesse país tem se voltado à análise de práticas linguísticas materializadas em gêneros jornalísticos⁴⁶, ou seja, em textos com alto grau de planejamento, formalidade e menos influenciados por nuances interativo-comunicacionais.

Nesse sentido, decidimos escolher um tipo de situação comunicativa que se aproximasse mais de um polo de informalidade num *continuum* formalidade-informalidade (MARCUSCHI, 2001, p. 17), com vistas a oferecer novas percepções sobre o problema da violência linguística em relação a um gênero textual em que os aspectos interativos estivessem mais salientes. Desse modo, elegemos o gênero emergente comentário *online* para realizarmos nosso trabalho de investigação.

Como sugerido na Introdução deste trabalho, outro fator que esteve desde cedo no horizonte de nossas preocupações foi o desejo de oferecer à sociedade em geral e à comunidade acadêmica um trabalho que favorecesse a ampliação de pesquisas existentes nos estudos da linguagem no que tange à interface linguagem, gênero e sexualidade. Isso, de um modo que essas duas últimas categorias teórico-políticas fossem consideradas em suas acepções e complexidades mais atuais, em estreito diálogo com Estudos de Gênero pós-estruturalistas, ao invés de serem tomadas como meras categorias sociais ou variáveis independentes – numa perspectiva biologicista e essencialista – de determinado fenômeno linguístico.

Assim, grosso modo, a amostra desta pesquisa é composta por comentários *online* postados em três matérias específicas veiculadas no site de notícias *GI*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016. Os comentários escolhidos estavam dentre aqueles

⁴⁶ A exemplo dos trabalhos de Rodrigues (2012) e Silva (2012).

postados nas matérias relacionadas à encenação da atriz e modelo transexual Viviany Belleboni, que encenou uma crucificação, durante 19º edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ocorrida em 06 de junho de 2015, na capital paulista. A encenação da atriz, apesar de ela ter declarado à mídia que “estava representando as dores e a luta LGBT”⁴⁷, gerou uma grande repercussão negativa no país e nas redes sociais, sobretudo entre cristãos mais ortodoxos.

Nesse sentido, o que nos motivou a escolha de matérias relacionadas a esse episódio foi seu alto potencial de se tornar uma situação provável de prática da violência transfóbica pela linguagem, uma vez que a encenação de Viviany foi considerada uma ofensa por muitos religiosos conservadores, abrindo, assim, espaço para o desencadeamento de atos de fala que visassem atacar, desqualificar e/ou injuriar sua condição. Ademais, tendo em vista o caráter transgressor do qual é dotada a experiência transexual, conforme demonstrado no capítulo 2, este seria um ponto, segundo nossa hipótese, sobre o qual as ofensas endereçadas a Viviany Beleboni incidiriam.

Figura 11 – Atriz Viviany Beleboni representando crucificação na 19º Parada LGBT de São Paulo

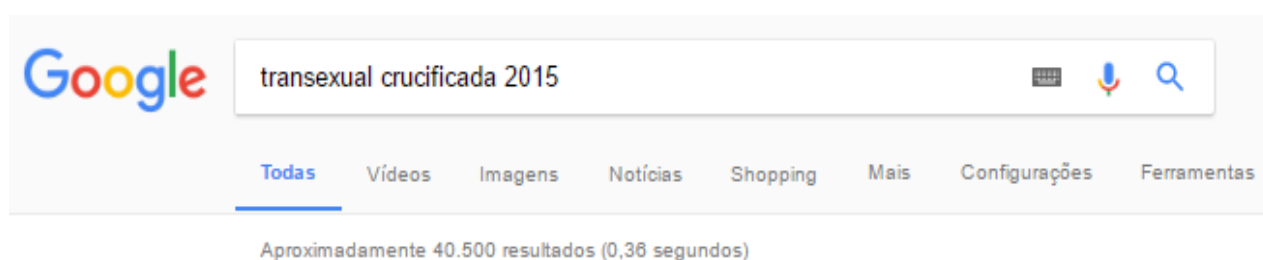


Fonte: Disponível na Internet

⁴⁷ <http://wp.clicrbs.com.br/napontadalingua/2015/06/11/viviany-beleboni-a-transexual-que-desfilou-crucificada-desabafa-representei-a-dor-de-quem-morre-por-homofobia/?topo=5> (Acesso em 05/03/2017 às 03h e 15min.)

Além do caso ser alvo de processo aberto no Supremo Tribunal Federal, de nota oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre o uso de imagens religiosas em atos públicos, de postagens nas redes sociais feitas por religiosos famosos criticando, em seu perfis, o ato, e das ameaças que disse ter sofrido e de ter sido esfaqueada⁴⁸, Viviany foi alvo de inúmeros “comentários” na internet, tanto na sua *fanpage* no Facebook, mantida por uma fã, quanto nas matérias dos sites de notícia que rapidamente veicularam a informação, chegando a viralizar na internet e a alcançar números expressivos nos sites de busca (40.500 resultado em 0,36 segundos de busca no Google), como mostra a Figura 12.

Figura 12 – Repercussão do caso de Viviany Beleboni no ciberespaço⁴⁹



Fonte: Reprodução da Internet

O critério que motivou a escolha do *GI*⁵⁰ como *locus* da pesquisa foi tanto o fato de o referido *site* ter coberto amplamente a polêmica, dedicando várias matérias ao assunto, inclusive um ano depois, como mostra uma das matérias selecionadas, quanto pela sua popularidade entre diferentes classes sociais e regiões do país, sendo considerado o líder do *ranking* de acessos entre outros sites do seu gênero, chegando a mais de 49 milhões de acessos por mês.

⁴⁸ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/transexual-crucificada-na-parada-gay-diz-em-video-ter-sido-agredida.html> (Acesso em 05/03/2017 às 03h e 15min.).

⁴⁹ Resultado de busca realizada no Google em 05 de março de 2017, às 03h e 13min.

⁵⁰ Tal veículo pertence à Rede Globo de Televisão e foi ao ar pela primeira vez em 18 de setembro de 2016. A característica do portal é disponibilizar notícias oriundas de diferentes empresas de Globo, em diferentes mídias e numa mesma plataforma. Além das versões em inglês e em espanhol, o site também conta com a versão *mobile*.

Quanto ao critério de seleção das matérias, priorizamos duas que fossem imediatamente próximas ao fato e uma outra temporalmente mais distanciada, com vistas a perceber se essas relações temporais trariam alguma diferença no modo de interação ali desenvolvido. Assim, entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2016, utilizando o sistema de busca de matérias disponível na página do *GI* (<http://www.g1.com>), mediante a inserção das palavras-chave *TRANSEXUAL+ CRUCIFIDA + PARADA GAY*, localizamos as matérias que tratavam sobre o caso de nosso interesse.

Por motivos de ausência de recursos de refinamento e de quantificação de dados localizados na página do site de notícia em questão, não foi possível levantar, precisamente, quantos resultados a pesquisa com esse padrão de busca forneceu, tampouco discernir se todas as matérias ali elencadas tratavam realmente do assunto do caso de Viviany Beleboni. Ademais, o site também não oferecia resultados em ordem cronológica de publicação e nem todas as matérias localizadas tinham comentários disponíveis para a visualização.

Tendo em vista os fatos então elencados, em primeira instância, selecionamos, dentre as matérias que primeiro apareceram nos resultados das buscas, as duas que tinham datas de publicação mais próximas ao acontecimento do fato e que também possuíam comentários disponíveis para a visualização. No segundo momento, seguindo esses mesmos passos, selecionamos a matéria com maior distanciamento em relação ao ocorrido, cujos comentários dos leitores estivessem à mostra.

Feito isso, a primeira matéria dentre as selecionadas tinha data de publicação referente a 10.06.2015, intitulada *Cristo “viralizou” – Crucificação na Parada Gay, onda conservadora e ação no STF*, de autoria da jornalista Yvone Maggie, já a segunda fora publicada em 11.06.2015, sob o título *Bispos divulgam nota contra o uso de imagens religiosas na Parada Gay*, assinada por Carolina Dantas e, por fim, a com publicação em 21.06.2016, *Depoimento de transexual ‘crucificada’ na Parada Gay é adiado em SP*, por Will Soares.

No quadro abaixo, sistematizamos as informações relevantes sobre as matérias selecionadas, salientando a data da publicação, o título, o autor e o número de comentários postados pelos leitores em relação a cada matéria.

Quadro 1 – Informações sobre matérias do G1 selecionadas

Nº	PUBLICAÇÃO	MATÉRIA	AUTOR	COMENTÁRIOS
01	10.06.2015	<i>Cristo “viralizou” – Crucificação na Parada Gay, onda conservadora e ação no STF</i>	Yvone Maggie	186
02	11.06.2015	<i>Bispos divulgam nota contra o uso de imagens religiosas na Parada Gay</i>	Carolina Dantas	709
03	21.06.2016	<i>Depoimento de transexual ‘crucificada’ na Parada Gay é adiado em SP</i>	Will Soares	169

Fonte: Produção do autor.

Apesar do grande número de comentários totalizados nessas três matérias (1.064 comentários), vale salientar que nem todos eles se configuravam como objetos da nossa pesquisa, uma vez que nosso foco de investigação recai sobre aqueles que eram, marcadamente, compostos de atos de fala transfóbicos. Ou seja, nosso interesse analítico está voltado para comentários nos quais seu teor violento se manifestasse tomando como alvo a identidade de gênero ou presumida orientação sexual de Viviany Belebony, quanto mulher transexual e, por isso, transgressora dos padrões hétero e cisnormativos vigentes em nossa sociedade.

Assim, neste **segundo momento** da constituição da amostra, uma vez selecionadas as matérias, realizamos o discernimento, mediante o critério já explicitado, de quais comentários, de fato, eram compostos por atos de fala transfóbicos. Desse modo, os comentários foram analisados e identificados à medida que apareciam, em ordem cronológica de postagem, mediante a movimentação da barra de rolagem. Tal procedimento foi realizado até chegarmos a um número de 50 comentários identificados como enquadrados em nossos objetivos de investigação.

Amparados pela natureza qualitativa e exploratória desta pesquisa, segundo a qual os dados foram gerados, distanciando-nos de preocupações de ordem estatística, implementamos uma terceira estratégia metodológica para a constituição do *corpus*, com vistas a se chegar a um número cuja análise fosse exequível dentro dos limites deste trabalho. Assim, desse universo de 50 comentários, selecionamos 18, com base nos critérios: *i) maior representatividade em relação ao fenômeno analisado (a violência transfóbica na linguagem)* e *ii) diversidade de contextos acionados pelos atos de fala*.

Em tais critérios, especificamente em *i*, a maior representatividade em relação à violência transfóbica na linguagem diz respeito à maior presença de atos de fala com essa conotação nos comentários, uma vez que registramos a ocorrência de comentários em que, apesar de o comentador desaprovar a ação realizada pela transexual, este não recorria à produção de significados injuriosos com vistas a atingir a modelo com base na sua identidade de gênero.

Já no que tange à diversidade dos contextos acionados, como referido em *ii*, estamos aludindo ao fato de que priorizamos, quando da seleção dos comentários destinados à constituição do *corpus*, aqueles em que eram evocados contextos socioculturais diversos entre si. Tal constatação era inferida graças às pistas de contextualização presentes nos atos de fala, isso com vistas a constituir uma amostra diversificada, que nos permitisse ver diferentes contextos recorrentes em funcionamento na produção da violência transfóbica na linguagem.

Com vistas a tornar ainda mais explícitos os passos metodológicos de constituição do *corpus* desta pesquisa, delineados ao longo desta seção, sistematizamos no Quadro 2, em ordem de realização, os procedimentos então adotados. Já no Quadro 3, podemos encontrar a distribuição dos atos de fala transfóbicos (doravante, AFTs) encontrados numerados, em relação à matéria na qual foram feitos.

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos para constituição do *corpus*

ORDEM	PROCEDIMENTO
1º	Escolha do <i>locus</i> da pesquisa – Site de Notícias G1.
2º	Localização das matérias relacionadas ao fato de interesse no sistema de buscas do <i>site</i> , a partir das palavras-chave <i>TRANSEXUAL</i> + <i>CRUCIFIDA</i> + <i>PARADA GAY</i> .
3º	Identificação, dentre os comentários dessas matérias, daqueles que se configuravam como atos de fala transfóbicos (<i>amostra da pesquisa</i>)
4º	Constituição do <i>corpus</i> mais específico, mediante critérios pré-estabelecidos, que será submetido à análise.

Fonte: Produção do autor.

Quadro 3 – Ocorrência de AFTs por matéria

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA	ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS	QUANTIDADE DE ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS
M 01	AFT 01 – AFT 12	12
M 02	AFT 13 – AFT 29	18
M 03	AFT 30 – AFT 50	20

Fonte: Produção do autor.

Uma vez delimitado o problema sobre o qual se debruça essa investigação de caráter exploratório e tendo sido feita uma breve contextualização da pesquisa, bem como a apresentação dos passos metodológicos implementados com vistas à constituição do *corpus*, na seção seguinte, refletiremos sobre os procedimentos de análise adotados a fim de compreender o modo como a violência linguística é performativizada mediante a realização de AFTs presentes nos comentários *online* do G1.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Tendo em vista as reflexões desenvolvidas em 3.1, no que tange ao tipo de pesquisa escolhida – interpretativista, qualitativa e exploratória –, e o profícuo diálogo que ela mantém com a visão performativa de linguagem aqui acionada e com as premissas de uma pesquisa crítica e social em Pragmática, nossos procedimentos de análise não serão pautados em categorias analíticas pré-estabelecidas, dadas, anteriores à prática de análise em si. Ao contrário de uma pesquisa empirista e positivista, neste caso, é mediante a prática analítica que surgirão possibilidades de categorização/agrupamento do *corpus*, com base em possíveis similaridades ou mesmo oposições.

Nesse sentido, munidos das premissas teóricas alçadas nos capítulos 1 e 2, vamos em direção à linguagem em situação real de uso na busca de desvelar os processos pragmáticos e metapragmáticos a partir dos quais os AFTs, presentes nos comentários *online* na página do *GI*, são revestidos de força ilocucionária capaz de ferir. Segundo nossa hipótese, conforme posto na Introdução deste trabalho, é por meio da *atualização* e do *reestabelecimento de contextos violentos*, já cristalizados histórica e socialmente, que tais atos ganham força, mediante ao atendimento do caráter “cerimonioso e ritual” (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1997), próprio da dimensão ilocucionária dos atos de fala.

Quando afirmamos proceder a uma análise pragmática, isto não quer dizer que abriremos mão de inferências e interpretações em nível semântico, lexical ou textual, mas, ao contrário, entendemos que a análise pragmática é aquela que “superpõe o linguístico ao político” (MEY, 1985; PINTO, 2001; RAJAGOPALAN, 2003), reiterando a perspectiva de que todo significado é pragmático (e político), uma vez que tomamos todos os signos como indexicais, como determinados eminentemente no seu uso, em condições reais, em um contexto pragmático situado.

Nessa perspectiva, seremos guiados pelas perguntas de pesquisa referidas na página 11 deste trabalho, a saber:

- ✓ *Sob que formas rituais e convencionais se realiza a violência linguística motivada pela transfobia?*
- ✓ *Que contextos são (re) instaurados para conferir força ilocucionária a esse tipo específico de ato de fala violento?*

✓ *Que posições contextuais agressores e vítimas são interpelados a ocupar nesses contextos linguísticos violentos?*

No intento de obter respostas para as perguntas postas, nossos procedimentos de análise do *corpus* giram em torno da investigação dos *processos de contextualização* (GUMPERZ, 1998 [1982])⁵¹, já discutidos na seção 1. 4 do primeiro capítulo deste trabalho, em funcionamento nos atos de fala violentos, a fim de perceber quais contextos são (re) estabelecidos para injuriar pessoas transexuais pelo ódio à sua identidade de gênero. Assim, estão sob nosso foco de análise:

Elementos de contextualização que funcionam como âncoras, fornecendo um terreno indexical que orienta as pressuposições e expectativas dos interlocutores em relação ao ato interacional, guia seu uso de recursos e estabelece relações entre os signos empregados e os significados socioculturais que eles designam. Além disso, *origina relações sociais à medida que categoriza, rotula e valoriza objetos, pessoas e seus ambientes circundantes*, tornando-os perceptíveis e iteráveis em muitos encontros. (AGHA, 2007 apud FABRÍCIO, 2014, p. 149, grifo nosso.)

Esse tipo de trabalho orientacional envolve *escolhas* (lexicais, frasais, composicionais, estilísticas, tópicas, de registo, de imagens retóricas e metafóricas, entre outros) empregadas na realização dos atos de fala proferidos nas interações. Contudo, tais escolhas não podem ser tomadas como completamente intencionais ou “racionais”, mas são motivadas por nossa capacidade “aprendida de observar e agir de acordo com contextos interativos em desenvolvimento, qualidade metapragmática central em toda comunicação (cf. FABRÍCIO, 2014, p. 149).

Assim, as atividades semióticas envolvem a atribuição de sentido-classificação-valor (a signos, pessoas e situações), e seus consequentes *efeitos sociais*, dentre eles a produção de significados violentos, mediante a performativização de determinados atos de fala, que operam no sentido de hierarquizar identidades e modos de vida, a partir das práticas linguístico-discursivas. Então, pode-se pensar que a subalternização, em relação intrínseca com a violência sofrida por pessoas transexuais, é também um desses efeitos

⁵¹ Apesar de o trabalho de Gumperz ser oriundo da Sociolinguística Interacional, a sua adoção como estratégia metodológico-analítica é vista por nós como válida e consoante com a feição teórica desta pesquisa, pois, segundo Pinto (2009, p. 119), o trabalho de Austin (1962) esteve na base de suas proposições.

sociais gerados pela atribuição de sentidos no interior de determinados contextos estabelecidos.

Assim, ao realizarmos a interpretação das *pistas de contextualização* presentes nos atos de fala em análise, levamos em conta tanto a dimensão interacional imediata, quanto uma dimensão mais translocal em que pistas e pressuposições empregadas indicam repositórios históricos, socioculturais e ideológicos mais estáveis. Dessa visada, os contextos não são realidades pré-fabricadas ou pré-discursivas, estando à espera de serem habitados, mas são produzidos, dialógica e reflexivamente, a partir de **processos de contextualização** que se realizam nas interações. (GUMPERZ, 1998 [1982])

A gama de estratégias referenciais e inferenciais das quais os interactantes lançam mão na produção dos atos de fala está diretamente relacionados ao conhecimento de mundo e repertórios socioculturais partilhados nas situações de interação. Desse modo, ao serem acionados, reestabelecem e ressignificam – via elementos indexicais (pragmáticos) – contextos mais amplos que sinalizam as normas sociais, convenções, identidades e modelos culturais em jogo.

Mediante a natureza e a constituição metodológica do *corpus*, tendo em vista os horizontes teóricos assumidos neste trabalho, tomamos como categorias básicas para o trabalho de análise, os seguintes processos linguístico-discursivos, a partir da ampliação das pistas linguísticas de contextualização propostas por Gumperz (1998[1982]):

- a) escolhas lexicais nos processos de designação, (re) nomeação e adjetivação;
- b) escolhas sintático-semânticas nos processos de predicação;
- c) escolhas de estilo e marcas conversacionais;
- d) escolhas textuais-discursivas em processos de intertextualidade⁵²

⁵² Nesse ponto, cumpre-nos salientar que, conforme discutiremos nas análises, apoiamo-nos, de modo geral, na noção de intertextualidade, como proposto em Fairclough (2001, p. 114). Para tal autor, a intertextualidade pode se dar nos discursos tanto de forma manifesta quanto constitutiva (interdiscursividade). Ainda segundo Fairclough (2001, p. 114), conforme reflete Barros (2008, p. 207) “a intertextualidade, que diz respeito à propriedade de um texto de carregar em si fragmentos de outros textos, é apontada por como a dimensão de análise de maior destaque no modelo de análise de discurso por ele desenvolvido. O conceito de intertextualidade tomado por Fairclough advém da noção de “dialogismo” de Bakhtin (2003) e se estende à proposta de Authier-Revuz (1990) de distinguir a “intertextualidade manifesta” da “intertextualidade constitutiva” ou “interdiscursividade”. Ambas dizem respeito à constituição heterogênea dos textos. A primeira se nos apresenta por meio de outros textos específicos: a segunda, por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso. Para a análise da intertextualidade manifesta, Fairclough sugere atentar para as formas de representação do discurso (relato direto ou indireto), para a pressuposição, para a negação, para o metadiscurso e a ironia. Para a análise da

Tendo em vista a noção de contexto delineada neste trabalho, como visto na seção 1.5 do primeiro capítulo, o qual diz respeito a um *continuum* integrado de eventos simultâneos em nível local (interacional/espaco-temporalmente situado) e global (cultural e sócio-histórico), que é produzido durante a situação interação, mediante a produção discursiva, por meio de uma gama de processos linguísticos, para-linguísticos e não-linguísticos, as pistas de contextualização acima elencados são entendidos como fenômenos que, embora estejam marcados no plano material da língua, indexam metapragmaticamente os contextos os quais produzem e nos quais são produzidos.

Desse modo, tais processos, aqui tomados como categorias de análise, podem ser entendidos como *pistas linguístico-discursivas de contextualização*, ou seja, índices da complexa rede de vozes, ideologias, identidades, discursos, representações de mundo, dentre outros elementos, que se interseccionam e se sobrepõem na produção discursiva situada e, no caso do nosso objeto de pesquisa, na produção dos AFTs que compõem os comentários *online* analisados.

Pensando que nos processos de indexação, o elemento linguístico, seja ele em nível lexical, sintático-semântico ou textual-discursivo, “pode incorporar aspectos do contexto, de modo que o texto resultante carrega elementos de sua história de uso consigo” (BAUMAN; BRIGGS, 2010, p. 73), podemos inferir que os elementos que funcionam como pistas de contextualização em discursos que realizam a violência transfobia apontam para a trajetória contextual a qual cada elemento trilhou até chegar, por meio da seleção feita por interlocutores engajados em práticas sociais específicas, à produção analisada.

Dessa forma, apesar de ser concebida a relativa autonomia das unidades linguísticas, no sentido de estas poderem ser engajadas em novos textos, em diferentes situações de interação, no trânsito de um contexto a outro, o que está sendo posto aponta para o modo como nesse tipo de análise são conjugadas a “textualidade linguística (caracterizada acima como uma ordem formal apta a ser transcrita)” e o que é

interdiscursividade, ele sugere atentar para a combinação de elementos de **ordens do discurso** tais como: gênero (entrevista, documentário), estilo (conversacional, jornalístico, escrito formal, argumentativo), registros (de livros de culinária) e **discurso** (médico-científico, militar). A posição de destaque atribuída a essa categoria analítica deve-se ao fato de a mesma prestar-se à análise da mudança no discurso e estruturação e reestruturação das ordens de discurso (tipificar uma situação em termos de uma ordem social dada) ”.

“compreendido sob a rubrica da práxis sociocultural - o estabelecimento, a manutenção e a renovação (transformação) das relações sociais nas sociedades, de forma interacional, situada contextualmente” (SILVA, 2014, p. 73).

Desse horizonte, concebendo a transfobia como discutido ao longo do segundo capítulo desta dissertação, a análise pragmática da violência linguística leva-nos ao desvelamento dos contextos socioculturais, por isso, discursivos, nos quais os AFTs ancoram e dos quais haurem a força ilocucionária que os torna capazes de atingir suas condições de felicidade, mediante a realização ritual, cerimoniosa, habitual (segundo as ideias de Bourdieu) das práticas discursivas engendradas em práticas sociais que operam a transfobia. Nesse sentido, em consonância com a noção de discurso aqui validada, tanto as primeiras são construídas pelas segundas, quanto as segundas podem ser reiteradas (ou não) pelas primeiras, numa relação dialética de reflexão e refração⁵³.

Assim, em sentido amplo, os contextos acionados/produzidos, indicados pelas pistas de contextualização, operam mediante regimes de citacionalidade e iterabilidade⁵⁴, conforme perspectiva derridiana. Nesse sentido, apontam a possibilidade inerente aos discursos de serem deslocados de seus contextos “originais”, historicamente familiares, para serem empregados em “novos” contextos, numa relação dialética entre significação emergente no uso e significação incorporada de outras práticas sociais e discursivas, translocais e transtemporais, que se movem transcontextualmente para produzir os sentidos do discurso em curso, no aqui e agora interacionais. Tais processos ocorrem mediante a negociação de heranças de uso que “restringem e possibilitam um determinado discurso ao falante” (BUTLER, 1997, p. 54).

Assim, podemos dizer que é a partir do reconhecimento e da descrição interpretativa e crítica desses elementos, de acordo com os diálogos teóricos propostos neste trabalho, que buscamos desvelar como essas *normas sociais, convenções e modelos culturais* funcionam, por meio dos processos de contextualização, na produção da violência transfóbica na linguagem. Nesse sentido, os AFTs serão analisados, no capítulo

⁵³ A ideia de que discurso e realidade social se refletem e se refratam mutua e dialeticamente está presente em diversas teorias no âmbito dos estudos da linguagem, sob diferentes construtos teóricos e em diferentes graus de explicitação (nas ideias da terceira fase da Análise do Discurso de linha franco-brasileira, nas Análises do Discurso de orientação foucaultiana, nas Análises Dialógicas do Discurso, nas diferentes abordagens Análise Crítica do Discurso e, inclusive, incorporadas nas reflexões sobre referencialização nas perspectivas contemporâneas da Linguística Textual).

⁵⁴ As noções de citacionalidade e iterabilidade, aqui incorporadas da filosofia desconstrucionista de Jacques Derrida, foram mais amplamente discutidas na seção 1.6 do primeiro capítulo desta dissertação.

4, com vistas a explicitar a força ilocucionária, metapragmaticamente produzida, a partir do (re) estabelecimento de contextos indexados pelas *pistas de contextualização linguístico-discursivas* presentes nos comentários *online*.

Tendo sido delineados os procedimentos de análise, no capítulo seguinte, as análises aparecerão agrupadas por tipos diferentes de contextos os quais são (re) instaurados e aparecem indexados sob a forma de pistas de contextualização, a saber: contextos de abjeção; contextos médico-científicos; contextos religiosos; contextos de colonialidade; contexto do *continuum* das violências.

4 ANALISANDO ATOS DE FALA TRANSFÓBICOS: CONTEXTOS INDEXADOS E EFEITOS PRAGMÁTICOS

Lauro de Freitas - BA
30/04/2017

A transexual Samaielly foi assassinada no último dia 30, por volta das 23h, no bairro de Itinga, município de Lauro de Freitas. A motivação do crime ainda é desconhecida. Amigos de Samaielly disseram que ela vivia num extremo estado de vulnerabilidade social. Aos treze anos de idade, quando assumiu sua identidade de gênero, foi posta para fora de casa. Sameielly, ainda segundo amigos, não tinha emprego e morava sozinha num pequeno quarto na localidade do CAIC (REDE TRANS BRASIL, 2017).

No presente capítulo, apresentaremos as análises do *corpus* desta pesquisa, bem como as interpretações a que chegamos, em estreito diálogo com os pressupostos teóricos acionados nos capítulos 1 e 2. A fim de melhor sistematizar a organização deste capítulo, dispusemos às análises em subseções, agrupadas de acordo com o tipo de contexto acionado na realização da violência linguística por meio dos AFTs analisados.

Ademais, vale salientar que o *corpus* presente no corpo do texto está identificado por siglas que os referencia na totalidade da amostra coletada. A título de ilustração, a sigla “M01 – AFT10” indica que aquele *corpus* está relacionado à matéria jornalística de número (M01) e corresponde ao ato de fala transfóbico de número dez (AFT10). Além disso, tanto as matérias na íntegra quanto a totalidade da amostra inicialmente gerada, intitulada *Amostra Linguagem e Transfobia no Ciberespaço*, estarão disponíveis nos *Anexos* deste trabalho.

4.1 “RATAZANA DE BUIEIRO”, “LIXO HUMANO”, “METO A XIBA NELA”: CONTEXTOS DE ABJEÇÃO

Termo cunhado por Julia Kristeva e amplamente recuperado pela Teoria *Queer*, à qual aludimos na página 67 deste trabalho, a abjeção diz respeito ao lugar ao qual a

sociedade relega aqueles que desafiam a sua ordem, a sua aparente estabilidade sociopolítica, por, de algum modo, transgredirem os limites normatizados das possibilidades de existência normalizada (aceitas como ‘normais’), existindo, enquanto sujeitos, fora dos padrões, sejam eles de raça, de corpo, de gênero, de sexualidade, dentre outros aspectos.

Conforme pensa Kristeva (1982, p. 4), o abjeto não é simplesmente uma ameaça à pureza e à saúde coletivas, almejadas socialmente, mediante os trabalhos de inúmeros instrumentos de padronização e de sujeição (discursos religiosos, familiares, médico-científicos), mas diz respeito a uma ameaça ao projeto de identidade aceitável socialmente inculcado e perseguido como condição para o estabelecimento da ordem, da paz e da normalidade. Assim, em termos sociais, as experiências abjetas são repugnantes, deploráveis e moralmente depravadas, pois “sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade” (MISKOLCI, 2016, p. 24).

Nesse sentido, numa sociedade patriarcal e cisheteronormativa, como a brasileira, as experiências trans fazem parte desse grupo de identidades sociais relegadas à abjeção. Os modos pelos quais se processa a construção das experiências trans como deploráveis, repugnantes, exteriores à própria condição humana, são múltiplos e se realizam, de modo particular, pelo potencial performativo do discurso em AFTs, como (1), (2), (3) e (4).

(1)



(M03 – AFT 35)

Em (1), a força ilocucionária que torna o ato de fala capaz de operar a violência advém dos contextos de abjeção aos quais as pessoas trans são social e historicamente relegadas. Tais contextos aparecem indexados por processos de contextualização como

as sucessivas *renomeações* às quais o comentador recorre para *designar* Viviany Beleboni.

Pensando a designação como um processo linguístico-discursivo inserido numa prática social, ou seja, como uma realidade mais abrangente que uma nomeação despresticiosa ou que um mecanismo “neutro” de construção de referentes, entendemos que as (re) nomeações, mediante seu caráter designativo, não apenas constroem objetos de discursos (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35) na materialidade do ato de fala, mas se ancoram em significados sociais transfóbicos disponíveis num repositório mais estável de valores culturais e simbólicos, produzindo, de forma concreta, a violência, a transfobia.

Nessa direção, afirma Rajagopalan (2004, p. 83 – 85):

No momento em que é nomeado, o objeto deixa de ser exclusivo ou único, pois o próprio ato de nomeação se encarrega de emprestar-lhe um atributo (a saber, a própria descrição – definida, no caso – utilizada para nomeá-lo), que é publicamente disponível e, em princípio, apto a ser aplicado a outros objetos (...). É inegável o importante papel desempenhado pelos termos escolhidos a fim de designar os indivíduos, acontecimentos, lugares, etc. na formação da opinião pública a respeito daqueles entes.

Nesse sentido, as *escolhas lexicais* efetuadas para a produção do processo de (re) nomeação no ato de fala transfóbico em (1) atualizam contextos ritualizados nas práticas sociais da violência de gênero, especificamente aquelas que dizem respeito à interpelação de pessoas trans a ocuparem uma posição contextual que faz recair sobre suas identidades significados que remontam à subalternização por meio da animalização (“estas *ratazanas de bueiro* não sabem o que é respeito”), da degradação moral (“estas *corjas* que frequentam esta parada gay”) e da precarização de suas existências (“... são *uns lixo humano* querendo aparecer”). O atendimento a tais significados rituais garantem a satisfação de sua condição de felicidade.

No influxo desse processo, em (1), a nomeação que seria feita a Viviany, uma vez que é dela que a matéria trata, é generalizada, por extensão, a um grupo social ao qual ela é reconhecida como pertencente, às pessoas trans, nomeadas como “*ratazanas de bueiro*”. A seleção lexical acionada para efetuar a nomeação aponta, em primeiro lugar, para o reconhecimento de tais pessoas como não-humanas, como de uma categoria de seres

inferiores, a qual não goza do status e da dignidade que é conferida aos humanos. Os transbordamentos de sentido da palavra “ratazana” assinalam para a identificação dessas formas de vida como animalizadas, mais que isso, relacionadas a espécies animais encaradas socialmente como pragas, pestes a serem evitadas e/ou combatidas, sobretudo em ambientes urbanos.

Além do caráter de “animal indesejado” advindo de seu modo de vida asqueroso, uma vez que seu aparecimento geralmente é relacionado à sujeira, a ratazana é ainda vista como ameaça à higiene, à saúde dos “humanos” que, de algum modo, se deparam com esses seres, associados à potencial transmissão de doenças. No interior do sintagma nominal no qual a expressão “ratazana” é selecionada, aparece ainda uma expressão de valor qualificativo, a locução adjetiva: “de bueiro”, compondo o sintagma “ratazana de bueiro”. Tal processo de adjetivação funciona na composição da nomeação, ou seja, da produção de uma identidade social no discurso para as pessoas trans que se realiza mediante a atualização de contextos de violência, como a consideração das vidas trans como abjetas, e que, assim, (re) produz, realiza, perpetra a transfobia na/pela linguagem.

Segundo Ferreira (2005), diferentemente do que diz o verbete destinado ao vocábulo “ratos”, as “ratazanas” são animais de porte maior que aqueles, chegando a 20 cm, e têm como preferência os pântanos, os esgotos, “os bueiros”, regiões subterrâneas da cidade. Nesse sentido, as “ratazanas de bueiro” têm como espaço próprio de sua existência uma zona inóspita, invisível, inferior ao nível da cidade, diferentemente daquela destinada às pessoas dotadas de dignidade humana e a animais de espécies menos nocivas.

Ao atentarmos para a *trajetória de contextualização* que a seleção desse termo na nomeação de vidas trans aponta, enquanto *pista de contextualização*, podem ser evidenciadas as relações de ancoragem no modo de funcionamento de uma sociedade cisheteronormativa que relega às pessoas dissidentes de gênero uma zona inferior ao nível da cidade, ao nível da vida em seus termos civis, localização essa, numa cartografia urbana, desprovida de reconhecimento social, e por vezes jurídico, desvalida de direitos básicos, como o direito a percorrer as ruas da cidade à luz do dia sem ser agredida, a ocupar postos formais de trabalho, ao próprio nome, ao próprio corpo, à existência.

Vemos, assim, como as travestilidades/transexualidades são violentadas pelos AFTs que tanto acionam quanto fazem emergir contextos de violência mediante o uso da linguagem, em um processo complexo e dialético de sobreposição de contextos locais e socioculturais. Tais contextos produzidos posicionam o agressor dentro dos limites da normalidade, da moralidade, da civilidade corpóreo-subjetiva esperada de cidadãos de bem, conformes aos ditames binários que estruturam a vida social no ocidente, e posicionam as vítimas, as pessoas trans, nos bueiros das cidades, em zonas inóspitas de identificação, invisibilizadas, moralmente prejudicadas (*estas corrias que frequentam esta parada gay*), dignas daqueles que ousam fazer-se monstro⁵⁵, aberração, ao denunciarem, com seus corpos fabricados pelo discurso e outras estilizações, o caráter performativo, paródico, provisório e instável do gênero.

Em termos wittgensteinianos, poderíamos dizer que as regras que regem o jogo de linguagem da violência transfóbica atuam no sentido de subalternizar tais formas de vida, conferindo-lhes uma identidade animalizada, afastada do humano e dotada de significados que remontam a seu caráter subalterno, desprezível, sujo, asqueroso, atributos comumente atribuídos às ratazanas de bueiros, com as quais as pessoas trans foram identificadas mediante as pistas de contextualização relativas à seleção lexical dos processos de (re) nomeação acionados.

Nesse sentido, as pessoas trans são discursivizadas socialmente não apenas como indesejáveis, mas, ameaçadoras, não da saúde e da higiene, como as ratazanas, mas das normas de gênero vigentes. Por isso, assim como aquelas, quando ousam deixar seu lugar de origem, o bueiro, o esgoto, o depósito subterrâneo de detritos e inutilidades socialmente desprezíveis, são alvo de extermínio. A metapragmática desse ato de fala encontra reverberações demasiado concretas ao pensarmos em dados estatísticos sobre violência transfóbica, como aqueles mencionados no capítulo 2 deste trabalho, os quais

⁵⁵ Em termos foucaultianos, “o monstro é uma infração que se coloca automaticamente fora da lei, e é esse um dos primeiros equívocos. O segundo é que o monstro é, de certo modo, a forma espontânea, a forma brutal, mas, por conseguinte, a forma natural da contranatureza. É o modelo ampliado, a forma, desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as pequenas irregularidades possíveis. E, nesse sentido, podemos dizer que o monstro é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. É o princípio de inteligibilidade de todas as formas – que circulam na forma de moeda miúda – da anomalia” (FOUCAULT, 2002, p. 70-71).

colocam o Brasil como país líder em extermínio de pessoas trans, tendo, apenas em 2016, executado 900 pessoas.

No influxo da transfobia em funcionamento na construção sociodiscursiva das pessoas trans, realizada em (1), emergem ainda sentidos contextuais que apontam para a caracterização destas como moralmente depreciáveis, como pela *seleção lexical* e *processos sintático-semânticos* em “esta *corja* que frequenta a parada gay”. Pela relação linguística estabelecida pelo pronome relativo “que”, nesse enunciado, enquanto encadeador de uma oração de valor adjetivo e restritivo, faz emergir, no plano semântico-pragmático, sentidos de classificação e categorização das pessoas transexuais, renomeadas como *corja*. Tal construção estabelece relação de motivação entre uma designação e outra, de modo que as pessoas trans, por pertencerem ao grupo que “frequenta a parada gay”, ou seja, que se sente representado socialmente pelo movimento de luta por direitos sociais aos quais tal evento é atrelado politicamente, devem ser (e são) entendidos como de má índole, como uma *corja*.

Em consonância com os desdobramentos das significações violentas produzidas pelas pistas de contextualização até aqui analisadas, o comentador recorre novamente à renomeação de experiências dissidentes de gênero, agora designando-as como “*uns lixo humano* querendo aparecer”, em relação predicativa (também de classificação) com a anteriormente analisada (*esta corja* que frequenta a parada gay são *uns lixo humano* querendo aparecer). Nesse sentido, ao olharmos linguístico-discursivamente para tais recursos da língua, entrevemos os efeitos de sentido que a predicação, quanto elemento “portador de referências a traços essenciais do sujeito” (BECHARA, 2009, p. 424-425), fazem emergir em relação direta com a produção da violência transfóbica no discurso.

Nesse sentido, renomear tais pessoas como “lixo humano”, acionando esse como um traço essencial de sua identificação no mundo, produz uma construção sociodiscursiva que estabelece relação de ancoragem tanto nas outras nomeações e seus efeitos performativos já atribuídas neste mesmo ato de fala violento, quanto com os sentidos do viria a ser um ‘lixo humano’, o que, segundo Bauman (2005), diria respeito a um refugio humano (as pessoas) que está excluído de tudo, a lei não o contempla, os governos não se responsabilizam por eles, seriam esses os humilhados e excluídos do sistema.

O alvo da reflexão desse sociólogo polonês recai sobre aqueles que ele nomeia como “as estranhos”, imigrantes, refugiados e asilados que teriam como função receber toda a descarga de raiva e as ansiedades dos indivíduos, sobretudo por representarem um perigo para a segurança dos cidadãos, numa sociedade instável como a pós-moderna. Desse modo, eles se tornam alvos fáceis de tema de campanhas xenofóbicas tanto pelos governos como pela população.

Fazendo uma leitura dessas ideias a partir da matriz de gênero cisheteronormativa que rege a nossa sociedade, sem o risco de extrapolarmos as possibilidades de interpretação de sua teoria, conseguiríamos perceber as experiências trans como parte desse grupo de estranhos, desse refugio, desse lixo humano a ser descartado, por sua inutilidade advinda de sua inadequação à chave de leitura binária e essencialista do corpo e do gênero, graças à sua ininteligibilidade social, conforme Butler (2003).

Como referido no início desta seção, o modo pelos quais as pessoas trans são construídas como abjetas é diverso e multifacetado. Se até aqui vimos a produção contextual de sentidos que partir da consideração desses sujeitos como exteriores às dimensões da humanidade, vistos como animais, moralmente desprezíveis ou uma forma de dejetos (do) humano, em (2) e (3), tais modalidades de ignomias agora assumem um caráter mais escamoteado, ligado à objetificação das vidas e corpos trans por meio da hipersexualização, mediante uma rede complexa que enlaça desejos, interdições e violências no discurso.

(2)



Amor

HÁ 8 MESES

ATENÇÃO!!! SE VC É PAI DE FAMÍLIA OU HÉTERO CONVICTO MAS MESMO ASSIM PEGARIA ESSA DELICINHA DE JEITO CLIQUE NA MÃOZINHA VERDE. FIQUE TRANQUILO SUA IDENTIDADE NÃO SERÁ REVELADA!!!

👍 45 💬 87 • 📱 🐦 🍏

(M02 AFT16)

(3)



(M02 – AFT 28)

Os sentidos indexados pelos processos de contextualização que operam em (2) e (3) ancoram sua força ilocucionária em um emaranhado de processos sócio-históricos que revelam a brutalidade perversa na qual o corpo e a sexualidade trans estão imersos. As mesmas posições identitárias relacionadas aos saberes-poderes ligados a uma matriz sexo-gênero binária e altamente cisheteronormativa, como marcado pelas ressonâncias de *designações* sociais em *escolhas lexicais* como “pai de família” ou “hétero convicto” são as mesmas que enunciam Viviany Beleboni como objeto passível de ser desejado, nomeando-a como “essa delixinha”.

Longe de uma valoração positiva ou de um reconhecimento não abjeto da identidade trans em sua expressão corporificada, tais *processos de contextualização* reiteram o posicionamento subalterno ao qual esta é relegada, em face dos sentidos de objetificação marcados em estruturas verbais como “pegaria”, aludindo, popularmente, a uma relação sexual-genital, inseridas após a construção de um mecanismo argumentativo de oposição categórica, duplamente reforçado pelo uso de operadores de valor adversativo, materializado na expressão “mas mesmo assim”.

Assim como os operadores argumentativos de valor adversativo marcam uma reorientação no curso da afirmação que se está construindo, demarcando uma divisão nítida entre duas perspectivas de posições opostas, no plano do discurso, tais procedimentos sintático-semânticos aludem à fragmentação da posição identitária do enunciador do comentário. Embora este seja alguém que se enuncia como identificado com valores morais de uma discursividade que não reconhece as experiências trans como válidas (“pai de família”/ “hétero convicto”), as enunciam como objeto de seu desejo, replicando sentidos que remontam a contextos atrelados ao machismo estrutural e

estruturante, o qual concebe a mulher como objeto de consumo sexual do homem, instaurando uma aparente contradição.

Dessa fragmentação identitária inscrita no ato de fala são também reestabelecidos contextos socialmente construídos em torno da invisibilidade e indignidade do corpo e da sexualidade trans. Apesar de estes serem alvos da cobiça lasciva dos machos “pais de família”, “hétero convictos” que performatizam sua masculinidade em atos de fala como em (3), os corpos e as sexualidades dissidentes devem permanecer numa zona de interdição, pois tratam-se de desejos impronunciáveis por corpos inviáveis, segundo a matriz sexo-gênero falocêntrica na qual as posições identitárias sociodiscursivas dos comentadores estão atreladas. Tais contextos podem ser acionados por pistas como a garantia de sigilo enunciada ao final do comentário “fique tranquilo sua identidade não será revelada”, aludindo ao caráter ‘impróprio’ do que ali é enunciado para quem ocupa tal posição.

Vemos materializar-se no discurso, através dos processos de contextualização indicados, contextos socialmente ritualizados nos quais corpos de mulheres trans são vistos sempre como hipersexualizados, promíscuos, lascivos e sempre objetivamente disponíveis, prostituíveis, a partir de um horizonte no qual seria a prostituição o signo máximo de profanação do corpo e índice absoluto de indignidade e de torpeza moral. Transbordam também da relação irônica estabelecida entre o *nickname* assumido pelo autor de (2), “Amor”, e os contextos acionados pelas suas escolhas lexicais e sintático-semânticas nos processos de nomeação, os efeitos pragmáticos que brutalmente são desferidos contra os corpos trans, um ‘amor’ que escarnece do seu objeto de desejo proibido, invisível, monstruoso, o qual o fere, objetifica e mata.

No influxo dos sentidos da morte performativizados pela transfobia realizada no discurso, atos de fala como em (4) indexam pistas de contextualização que recorrem ao imaginário social produzido historicamente sobre a uma suposta relação automática estabelecida entre experiências de sexo/gênero desviantes da norma cisheterossexual ao universo da doença, significando sua própria condição como patológica em si mesma.

(4)



(M02 – AFT15)

Enunciada popularmente como a “peste gay”, o “câncer gay”, o “Mal do Século”, a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), uma doença sexualmente transmissível, foi amplamente retratada em manchetes na mídia brasileira⁵⁶ como “A Sombra da AIDS”, “Vírus atinge também grupo dos ‘gays’ sadios”, discursos através dos quais se cristalizou uma imaginário em torno da homossexualidade e de outras experiências inconformes com os modelos binários de gênero e sexualidade como compulsoriamente atreladas a tal doença.

Segundo Valle (2002, p. 184), quando da epidemia de AIDS no Brasil, em plena década de 1980, a imprensa “teve um papel fundamental de criar uma genesis homossexual para a epidemia”, a doença era trabalhada como algo sensacionalista; o homossexual masculino foi vilanizado como propagador da doença (“câncer gay”); a doença era vista como um “mal americano”; e um “mal da classe artística”. Nesse contexto, ser um aidético (nomeação criada pela mídia para designar os portadores de HIV) veio sugerir, portanto, uma identidade comum, que era mais caracterizada pelo estigma da doença e sempre sobre o signo da morte”.

O AFT, em (4), atende sua condição de felicidade ao se increver de modo ritual numa gama de sentidos já cristalizados em práticas discursivas transfóbicas as quais associam os modos de vida dissidentes da matriz cissexual vigente a contextos como os reestabelecidos por pistas de contextualização como as marcadas em “*Logo pela AIDS e*

56 Títulos de notícias coletados pelo site da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, órgão do governo cuja missão é produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), disponível no link: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1536&sid=9&tpl=printerview> Acesso: 01/06/2017.

pronto... (...) logo tá comendo grama pela raiz”. Tais sentidos transitam deslocando tempos e espaços, atualizando contextos violentos nos quais as trans são identificadas como promíscuas e, por isso, potencialmente “aidéticas”, em decorrência do seu estilo de vida supostamente inconforme ao ideário de uma sexualidade normalizada, controlada e produtiva, como a das pessoas ditas ‘normais’.

Nesse sentido, a doença (sexual) é vista como um espécie de dispositivo punitivo em retaliação ao caráter transgressor da vivência de seus corpos (e sexos) erigidos em desacordo com os dispositivos “bipolíticos” (FOUCAULT, 2008), os quais visam controlar e submeter as existências corpóreas dissidentes aos ditames de uma dada matriz discursiva. Tal punição se realiza graças ao potencial performativo da linguagem, que pune violentando as identidades trans, inclusive, linguisticamente.

4.2 “NÃO SERÃO MIL CIRURGIAS E MIL HORMÔNIOS QUE MUDARÃO ISSO...”: CONTEXTOS MÉDICO - CIENTÍFICOS

Ao analisarmos os processos de contextualização operados nos AFTs que compõem a amostra desta pesquisa, outro contexto bastante indexado nas práticas de linguagem ali presentes diz respeito ao que chamamos de *contexto médico-científico*. Sob esta classificação metodológico-analítica, aqui proposta, residem construtos ideológicos advindos de diversos campos do conhecimento (Medicina, Biologia, Anatomia, Fisiologia, Genética, dentre outros) que funcionam como saberes-poderes ritualmente evocados no exercício da transfobia na linguagem.

Tais saberes-poderes, nutridos de sua função social normatizadora e reguladora, conferem aos AFTs a força ilocucionária que garante a sua felicidade, em termos austinianos, ou seja, a eficácia em seu empreendimento: violentar pessoas transexuais. Assim, vejamos o que segue:

(5)

**Thiago**

HÁ 2 ANOS



Se o transsexual sofre tanto é culpa dele, pois foi ele que transformou o próprio corpo em uma coisa que esse corpo não é, é ele quem nega a realidade de que ele é homem e sempre será e não serão mil cirurgias e mil hormônios que mudarão isso. É ele que tem que se arrepender da transgressão e mutilação do próprio corpo. Só assim ele vai poder parar de sofrer tanto.

👍 33 💬 8 ·

(M03 – AFT43)

(6)

**Thales Carvalho**

HÁ 2 ANOS



Primeiro: "atriz" uma ova! ATOR! A não ser que vocês me digam que tela tenha substituído seu cromossomo "Y" pelo "X". Em segundo lugar... Que demora a manifestação da Confederação Nacional dos Bispos Bolivarianos, linha auxiliar do PT, hein? Fosse nos tempos de D. Eugênio Sales, por exemplo, a manifestação de repulsa seria já na noite de domingo.

👍 16 💬 5 ·

(M03 – AFT42)

Em (5) e em (6), a violência transfóbica produz efeitos de sentido a partir de mecanismos de agência em diferentes níveis do ato de fala. Ainda em sua dimensão locucionária, aquela que diz respeito “aos vocábulos com certo sentido e referência mais ou menos definidos” (SILVA, 2012, p. 28), percebemos que tanto em (5), pela escolha de formas linguísticas no masculino gramatical (dele; ele) para referir-se à atriz transexual, quanto em (6), pela “correção” à matéria que trata Viviany Beleboni como atriz, no feminino, gera efeitos pragmáticos que denotam o não reconhecimento, por parte dos autores dos comentários, da identidade de gênero dessa.

Desse modo, *as escolhas lexicais em processos de designação*, enquanto pistas de contextualização, com que sublinham o juízo desfavorável à legitimidade de sua

identificação social, sinalizam o não reconhecimento da forma de vida transexual como pertencente a uma matriz binária e cisnormativa de gênero e, por ser este o parâmetro, que estabelece as regiões limítrofes do humano, posiciona, contextualmente, as experiências de travestibilidade/transexualidade fora desses limites, corroborando com o sustentando nas análises empreendidas em 4.1.

A fim de potencializar o já referido, em (5), um elemento que pode apontar para o caráter estratégico desse artifício é a *pista de contextualização* gerada pela *escolha de estilo conversacional* que se caracteriza pela referência constante ao “objeto”, ao “de quem se fala” no comentário, fazendo, assim, necessária a menção reiterada da referência à terceira pessoa, no caso, Viviany Beleboni. Assim, seria forçoso justificar tal repetição como sendo uma estratégia coesiva, uma vez que há um traço estilístico produzido pelo autor com vistas a reiterar essa referência do masculino gramatical, a reiterar a ilegitimidade da identidade de gênero da transexual, a reiterar a violência linguística perpetrada.

Ao avançarmos na análise, podemos perceber que os empregos gramatical e estilístico, realizados nos níveis locucionários dos proferimentos, passam as suas dimensões mais pragmáticas, mais ligadas aos contextos acionados. Assim, na dimensão ilocucionária do ato de fala proferido em (5), construções como “foi ele quem transformou o próprio corpo em uma coisa que esse corpo não é” apontam para uma leitura essencialista do corpo, ou seja, para uma visão na qual este possui uma essência, um significado imanente a si, independente de aspectos ditos exteriores, como a história e a cultura, por exemplo. Nessa perspectiva, a pessoa transexual, por negar essa suposta ontologia do corpo, é interpelada a ocupar uma posição contextual relativa à transgressão.

Mas, qual seria esse significado essencialmente inscrito no corpo? Excertos como “é ele que nega a realidade de que é homem e sempre será” apontam-nos a direção. Vemos, assim, que a ligação entre corpo e gênero é tomada como unívoca, direta e transparente, argumento esse que funciona como outra estratégia de invalidação da possibilidade de uma identificação diversa daquela supostamente já significada no corpo de uma identificação não cisgênera.

A essa altura de nossas reflexões, perguntamo-nos de onde vem a força ilocucionária da qual está dotado o ato de fala aqui analisado, como recurso de interdição

e, por isso, violência contra as identidades transexuais. Quando é enunciado em (5) que “não serão mil cirurgias e mil hormônios que mudarão isso” e em (6) que “a não ser que vocês me digam que ela tenha substituído seu cromossomo ‘X’ por ‘Y’”, tal força deixa pistas sobre os processos de contextualização em funcionamento, sobretudo quando pensamos em para onde apontam elementos do léxico acionados como “cirurgias”, “hormônios” e “cromossomos”.

É justamente do contexto médico-científico, e de seus discursos cristalizados acerca do que seja um corpo sexuado, como índice de pertencimento a uma dada categoria humana, atrelada, compulsoriamente, a um “sexo”, dito, biológico e presentificado no corpo pelo atendimento a uma série de descrições anatômicas e fisiológicas, que advém a força ilocucionária do AFT em análise. A referência à suposta inutilidade de procedimentos de saúde relacionados ao processo transexualizador, em face de seu objetivo, “mudar isso” (“a realidade de que é homem e sempre será”), ancora-se novamente na ideia de essência inscrita compulsoriamente no corpo.

Em (5), a ordem expressa dirigida à transexual como forma de reverter sua condição e sanar os sofrimentos contra os quais ela protestava na Parada LGBT de São Paulo: “ele tem de se arrepender da mutilação e da transgressão do próprio corpo”, abre espaço para inferências que revelam a natureza normativa e coercitiva da relação linear estabelecida entre corpo e sexo, uma vez que aqueles que a ela não atendem são nomeados como transgressores e moralmente culpabilizáveis.

Nessa mesma direção, em (6), a ironia gerada pela suposição de que a única forma cabível de se designar uma mulher transexual usando palavras femininas, a exemplo de “atriz”, seria a alteração de seus dados genéticos – realidade sabidamente impossível nos dias atuais – também nos aponta para os contextos médico-científicos como balizadores da verdade sobre as identidades, reforçando o efeito de estabilidade produzido pelos discursos heteronormativos, conforme Louro (2000, p. 17).

Para além disso, conforme aponta Butler (2000, p. 110), em diálogo com as perspectivas de Foucault (1997, p. 52), o “‘sexo’ não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa”, em outras palavras, sua força materializa-se como um poder capaz de produzir, de criar, “demarcar, fazer, circular, diferenciar, os corpos que ela controla”. Assim, tal dinâmica de

normatização revelada pelos contextos indexados no AFT em análise é, em última instância, produtora e reguladora de identificações, através de performances discursivas, inclusive de gênero e de sexualidade, posicionadas contextualmente como válidas ou subalternizadas, sendo esta última a posição relegada às pessoas trans.

Assim, a natureza performativa dos AFTs, cuja força ilocucionária advém de violências atualizadas pelos contextos médico-científicos acionados, como visto em (5) e (6), nos revelam o modo como a linguagem em uso funciona no sentido de materializar, normatizar e policiar as diferenças entre os sexos ou entre os gêneros. Nesse sentido, pensamos com Butler (2000), que:

A performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. (...) As normas regulatórias do "sexo" trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2000, p. 111)

Nesse sentido, a materialização do sexo no corpo pode ser entendida como um efeito pragmático, performativo, uma vez que os atos de fala produzem aquilo que nomeiam, são uma forma de ação que fabrica “verdades” sobre os corpos, os sexos e os gêneros e, a partir delas, produzem subjetividades. Nesse sentido, vemos em (8) e (9), numa tentativa de gerar efeitos de estabilidade na diferenciação entre os sexos como estratégia para negar o caráter performativo (e falso, em termos essencialistas) do corpo, do sexo e do gênero, a menção a aspectos corporais que, segundo esse imaginário de estabilidade, seriam critérios válidos para distinguir homens de mulheres.

Não obstante reconheçamos que em ambos os atos de fala há processos de contextualização que atualizam outros contextos (como o religioso e o da abjeção), continuaremos focalizando aqueles relativos aos médico-científicos, nosso intento nas análises empreendidas nesta seção.

(7)

**Patrick Moraes**

HÁ 2 ANOS



Esse homem, sem o saco, não podia brincar com com isso. Na marcha pra Jesus alguma bandeira LGBT foi queimada? Havia algum cartaz falando contra eles? Houve alguma manifestação contra essa gente promiscua?



(M01 – AFT05)

(8)

**Roberto**

HÁ 8 MESES



2 Coisas: 1)Modelo, atriz ? Mudou de nome a profissão de prostituta? 2)Está com mais pelo no braço que eu...rs



(M02 – AFT18)

Em (7), o modo como o comentador produz *pistas de contextualização* relativas às escolhas lexicais em funcionamento no processo de nomeação, as quais categorizam a experiência de uma mulher trans (“*esse homem, sem o saco*”), realiza violência linguística de motivação transfóbica por meio do reestabelecimento de contextos ritualizados que interditam sua identidade de gênero a partir de justificativas biologizantes. A referência a uma suposta ausência de parte da genitália masculina, os testículos, autoriza inferências do tipo “você não é uma mulher, é apenas um homem sem saco”. Inferências do tipo produzem efeitos de sentido como os contatados em (4) e (5), ou seja, a suposta “mutilação” da estrutura corporal masculina, incidindo sobre uma região que é metaforicamente o índice dessa masculinidade, não altera aquilo que, de fato, ela é, “um homem ainda que sem saco”.

Se, em (7), a suposta eliminação de um caractere iconicamente masculino não foi capaz de destituir a transexual de ser *nomeada/designada* e entendida como, segundo uma matriz hetero e cisnormativa de gênero, um homem, em (8), a lógica se inverte, mas operando com os mesmos efeitos pragmáticos. Nele, é justamente a presença de um caractere reconhecido culturalmente no Brasil como sendo masculino – a presença de

pelos no corpo – o elemento que deslegitima a performance de gênero transexual e a produz como uma identidade subalterna e ininteligível socialmente.

Desse modo, aqui se combinam, e funcionam na produção da violência transfóbica na linguagem, a verdade tácita em que se configuram determinadas narrativas médico-científicas acerca do corpo e do sexo “biológico”, cristalizadas no imaginário social e ritualizadas nas mais diversas práticas, e uma certa perspectiva metafísica da identidade corporificada, que atribui, automaticamente, significados simbólicos às estruturas anatomofisiológicas do corpo. Assim, ambos os saberes-poderes são tomados como plenamente desprovidos de conotações ideológicas e/ou políticas, marcadas social e historicamente, assumindo-se, assim, uma espécie de limbo social onde as identificações de sexo e gênero se materializariam.

Nesse sentido, como visto em (5), (6), (7) e (8), a violência linguística realizada por meio dos AFTs opera através de processos reiterativos e citacionais (DERRIDA, 1991, p. 180; BUTLER, 2000, p. 111; SILVA e ALENCAR, 2014, p. 198), os quais se configuram como mecanismos de repetição e ruptura de significados produzidos e atualizados através do reestabelecimento de contextos transfóbicos ritualizados.

Tais contextos, neste caso, os médico-científicos, uma vez convencionalizados socialmente, configuram-se em condições de felicidade, no sentido austiniano, para que os performativos se realizem, ou seja, para que os AFTs possam obter a força ilocucionária capaz de situar aqueles que representam “o gênero que não se quer habitar” em uma posição contextual subalternizada. Desse modo, a violência é performativizada por meio da inviabilização social da identidade de gênero transexual, marcada tanto na negação explícita da designação das mulheres trans no feminino gramatical, sob alegações essencialistas, quanto no questionamento da legitimidade de tais identidades por estarem, supostamente em conflito com as atribuições corporais e genéticas, numa perspectiva biologicista e positivista, amplamente veiculada nos saberes-poderes médico-científicos em torno das questões de corpo, sexo e gênero.

Prosseguindo nosso empreendimento analítico, na seção seguinte, 3.4, analisaremos AFTs que haurem sua força ilocucionária de contextos religiosos, evidenciando, assim, como o *habitus* social e linguístico próprio da religião e de seus discursos constituem-se num jogo de linguagem capaz de violentar pessoas transexuais.

4.3 “MALDIÇÃO HUMANA”, “OBRA DE SATANÁS”, “QUE SAUDADE DA SANTA INQUISIÇÃO! ”: CONTEXTOS RELIGIOSOS

Na construção metapragmática da violência transfóbica na linguagem, além dos contextos reestabelecidos relativos à abjeção e aos saberes-poderes médico-científicos, como visto em 4.1 e 4.2, as pistas de contextualização em análise, nos comentários de (9) a (14), funcionam recuperando indexicalmente uma gama de discursos engendrados nas práticas sociais da esfera da religião. Em sentido específico, são acionados saberes-poderes circunscritos nas narrativas hegemônicas judaico-cristãs que versam sobre a origem e o destino divinos do corpo e da vida humana.

Desse modo, em atendimento às regras que governam os jogos de linguagem dos atos de fala que realizam a transfobia, os quais encontram nos discursos religiosos a origem de sua força ilocucionária, os comentadores lançam mão de processos de contextualização que, por meio das *escolhas textuais-discursivas* efetuadas em *procedimentos de intertextualidade*, produzem, no discurso, os corpos e as identidades trans como realidades ligadas à transgressão da moral hegemônica, à maldição e à condenação divinas e à demonização como signo de sua alteridade fundamental em relação ao que seja a ordem do divino.

(09)



WELSON SANTOS

HÁ 2 ANOS

Deus fez o Homem e a Mulher, o resto é resto e não tem o direito de achar que é superior, pra começo de assunto não são capazes de se reproduzir, então pra mim não existem.

👍 218 💬 55 • 📱 🐦 🍷



(M03 – AFT46)

(10)

**Janaina Rebêlo**

HÁ 8 MESES



Deus criou eva para ser companheira de Adão. e vice-versa. já estudei muito sobre o caso aponto de pensar que Deus não existe, mas no fim se você compreender o verdadeiro significado da vida vai ver que a Bíblia é a escrita mais antiga e válida que nós temos. E nela diz que o seu corpo é o Templo do espírito santo. Todos somos livres para escolhas, mas pense bem nas consequências que virão. cuide-se, digo em todas de de todas as maneiras.

👍 19 💬 5 · 📌 🐦 🍷

(M01 – AFT08)

Tanto em (9) quanto em (10), as pistas de contextualização mais salientes dizem respeito à relação intertextual que os comentários estabelecem, em primeiro lugar, com a narrativa bíblica da criação do homem, registrada no primeiro capítulo do livro do Gênesis⁵⁷ e, posteriormente, em (10), com a Primeira Carta de Paulo aos Coríntios⁵⁸. A fim de interpretar tais mecanismos de contextualização, concebemos a intertextualidade de uma perspectiva linguístico-discursiva (em comunhão com as posições teóricas sobre contexto desenvolvidas no capítulo 1) que extrapola a compreensão desta como mero elemento de processamento das redes de referências entre textos.

Nessa direção, a partir das perspectivas de Fairclough (2001, p. 114), entendemos que os processos intertextuais estão na base da (re) produção de sistemas hegemônicos a partir do discurso. Tal mecanismo opera por meio da validação de vozes e ideologias sociais, as quais se instauram mediante a (re) contextualização de fragmentos de textos e, consequentemente, em face do reestabelecimento de ordens de discurso de práticas sociais situadas. Assim, temos que:

O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento – em vários domínios da sociedade civil [...] de práticas que naturalizam relações e

⁵⁷ “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; *homem e mulher os criou*. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: *Frutificai e multiplicai-vos*, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gênesis 1:26-28).

⁵⁸ “Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos?” (1 Coríntios 6:19).

ideologias específicas e que são, na sua maioria, práticas discursivas. A um conjunto de convenções discursivas [...] estão, implicitamente, associadas determinadas ideologias – crenças e conhecimentos específicos, ‘posições’ específicas para cada tipo de sujeito social que participa nessa prática e relações específicas entre categorias de participantes. Quando as convenções são naturalizadas e passam a fazer parte do senso comum, o mesmo acontece com estes pressupostos ideológicos. As convenções discursivas naturalizadas são um mecanismo extremamente eficaz para perpetuar e reproduzir dimensões culturais e ideologias da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001[1997], p. 80).

Desse prisma, ao acionar tais pistas de contextualização, o que se põe em funcionamento não é apenas uma identificação, em nível material, entre as escolhas textuais-discursivas realizadas pelo comentador na elaboração do seu ato de fala e os atos de fala das narrativas bíblicas sobre a origem divina da existência humana. Para além disso, do ponto de vista pragmático, o que tais pistas realizam, a partir da (re) contextualização dos dizeres bíblicos, é o reestabelecimento de uma complexa rede de violências sociais e simbólicas que o discurso religioso opera sobre as vidas trans, mediante a naturalização do discurso hegemônico segundo o qual os sujeitos humanos são, por Deus, generificados na criação, condicionando-os à compulsória e binária matriz cissexual.

Estas violências são regras implícitas dos jogos de linguagem da transfobia que operam no discurso religioso e fazem parte do *habitus* que regula tal prática social com vistas à manutenção da produção hegemônica de verdades sobre o corpo, o gênero e a sexualidade. Tais saberes-poderes agem, graças ao caráter performativo da linguagem, a fim de posicionar pessoas trans num lugar socialmente precário, o qual “não se quer habitar” (SILVA; ALENCAR, 2013, p. 135). Na direção dessas reflexões, os processos de contextualização efetuados pelas intertextualidades acionados nos atos de fala em análise produzem sentidos que se ancoram em “convenções discursivas naturalizadas” (FAIRCLOUGH, 1997, p. 80), arraigadas em pressupostos ideológicos perpetuados graças ao caráter citacional das práticas discursivas.

Tais violências se erigem, sobretudo, ao identificá-las (ao produzir uma identidade para elas) como algo exterior ao “projeto divino para a pessoa humana”, exterior às possibilidades de existência como “obra do Criador”, assim, um tipo de identidade inviável e ininteligível do ponto de vista do discurso religioso cristão

hegemônico. Tais sentidos são acionados por seleções lexicais e sintático-semânticas como, em (9): “*resto é resto e não tem o direito de se achar superior*”.

A execração que se estabelece é de proporções metafísicas, uma vez que nega a possibilidade de existência de tais experiências (de travestilidade/de transexualidade) enquanto filiadas ao divino e ancoram nele, no plano divino (uma realidade metafísica inatingível pelos limites de admissibilidade da razão), o critério pelo qual se realiza tal exclusão. Ou seja, traz à tona uma contra-argumentação impossível, tendo em vista o caráter autoritário e dogmático do discurso religioso. Desse modo, antes mesmo de posicionar contextualmente as pessoas trans no lugar da transgressão a um projeto e destino (compulsórios) divinos, inscritos materialmente no corpo graças aos significados religiosos atribuídos às configurações anatômicas específicas de homem ou mulher, o que se realiza é uma violência que relega esses sujeitos à invisibilidade categórica, a uma inviabilidade de proporções antropológicas.

No AFT em (9), os significados sobre a negação à existência que o discurso religioso perpetra contra pessoas trans são acionados por expressões como “*para começo de conversa não são capazes de se reproduzir, então pra mim não existem*”. Na relação lógica estabelecida pela argumentação do comentador, a capacidade de reprodução (leia-se, o atendimento à vocação divina inscrita no corpo) é tomada como condição para a existência, a partir da posição sociodiscursiva assumida por ele (“não existe *para mim*”) no interior do contexto da religião, acionado pelas *escolhas textuais-discursivas* em funcionamento nos *processos de intertextualidade e interdiscursividade*.

No exercício desse poder que visa estabelecer o controle sobre o corpo e a vida corpórea mediante a produção de saberes que geram formas de vida aceitáveis ou não, o qual Foucault (1988 [1976], p. 161) intitulou como “biopoder”, processos intertextuais como os acionados por “*teu corpo é templo do espírito santo*”, em (10), quando analisados em relação com “*mas no fim se você compreender o verdadeiro significado da vida*”, apontam para uma leitura essencialista do corpo, na qual este se torna uma “referência que ancora, por força, a identidade”. Segundo essa leitura, “o corpo é inequívoco, evidente por si”, em consequência disso, parece válido que “o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância” (LOURO, 2000, p. 20).

Interpretações como essas, sugeridas pelas pistas de contextualização em discussão, funcionam no sentido de instaurar o apagamento da historicidade e das determinações culturais e ideológicas que estão na base de qualquer construto simbólico

humano. Numa lógica própria do discurso religioso, o qual se coloca como portador da voz divina, o efeito de neutralidade e evidência que o discurso hegemônico (FAIRCLOUGH, 1987, p. 77-103) produz para o sentido atribuído, por ele, ao corpo funciona no interior de uma economia de produção de identidades válidas, normais/normatizadas, de “corpos dóceis” aos processos de subjetivação (FOUCAULT, 1987).

Se, nos contextos médicos-científicos, a leitura essencialista do corpo aparece normatizada por discursos biologizantes acerca das “funcionalidades anatomofisiológicas” e de descrições cristalizadas de padrões de normalidade clínica, como discutido na seção 4.2 deste capítulo, nos contextos religiosos, é sob a égide de uma biopolítica metafísica e existencial, a qual atribui um “verdadeiro significado” à vida e, em consequência, à sua manifestação somática, o corpo, que os poderes-saberes da religião, naturalizados por narrativas que visam inculcar suas ideologias, violentam as pessoas que ousam transgredir tais limites de existência impostos.

É na atualização de sentidos inscritos na prática sociodiscursiva da religião sobre a disciplinarização dos corpos trans, tanto como forma de punição por sua transgressão às normas de gênero supostamente estabelecidas por Deus na criação, quanto como dispositivo de produção, a partir da transgressão, de normalidades desejáveis a serem aprendidas, ressaltando a função “pedagógica” do poder disciplinar, que os comentários (11), (12), (13) e (14) haurem sua força ilocucionária para violentar pessoas transexuais.

(11)



Mario Pereira

HÁ 2 ANOS

Tudo isso esta previsto na escritura sagrada, o tempo e a hora esta chegando para destruição daqueles que se acham acima do meu Deus. Ficarão de fora, os aventos, os homicidas, os feiticeiros, os presunçosos, os efeminados, os idólatras, etc. Arrependam enquanto ha tempo, sodoma igomorra.

👍 36 💬 6 • 📱 🐦 🍷

(M03 – AFT49)

Em (11), o comentador inicia seu AFT com uma expressão que funciona, no plano da textualidade, como uma anáfora encapsuladora (KOCH, 2004; 2005 e

CAVALCANTE, 2003), a qual, ao ser introduzida, faz referência a todo o contexto sociodiscursivo produzido pela matéria, transformando-o em um objeto de discurso (MODANDA; DUBOIS, 2003, p. 23) que, além de contribuir para desenvolvimento da progressão textual, configura-se no alvo da avaliação posteriormente enunciada. Nesse sentido, o processamento textual-discursivo do ato de fala agrupa numa mesma unidade discursiva um feixe de práticas, identidades, significados sociais (aqueles relativos à travestilidade/transexualidade) para assim fazer emergir, através das escolhas lexicais no processo de (re) nomeação (“*aqueles que se acham acima do meu Deus*”) os sentidos que performatizam a violência.

Conforme Fairclough (2001, p. 230), os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230) envolvidos no estabelecimento de hegemonias. Nesse sentido, ao observarmos pistas de contextualização como a nomeação atribuída às pessoas a quem a matéria retrata como “*aqueles que se acham acima de Deus*”, vemos os mesmos sentidos da transgressão de um suposto significado inscrito no corpo, segundo a vontade de Deus, a saber, a cissexualidade, produzidos em (9) e (10), serem estabelecidos também em (11), apontando assim para o modo ritual como a violência transfóbica é perpetrada em contextos religiosos.

Além dos sentidos produzidos por tal renomeação, também chama a atenção a seletividade lexical marcada em “a hora está chegando para a *destruição*”, a qual aponta para o destino que aguarda aqueles que se colocam “*acima de Deus*”, ou seja, aqueles que subvertem a ordem disciplinarmente produzida para as experiências de sexo e de gênero no interior do contexto religioso. Tal direção interpretativa é reafirmada pelo processo de intertextualidade produzido pelas expressões “*os avarentos, os homicidas, os feiticeiros, os presunçosos, os efeminados, os idólatras, etc.*” ao recorrer citacionalmente ao texto bíblico de Paulo aos Coríntios⁵⁹. Interessante notar que, embora não haja uma referência direta à transexualidades/travestilidades no excerto recontextualizado, de algum modo,

⁵⁹ “Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus” (1 Coríntios 6:10).

por inferência socioculturalmente orientada, tais categorias são entendidas como aplicáveis às experiências de gênero dissidentes.

Nesse sentido, vemos como, nos contextos produzidos por tais processos de contextualização, a prática social mediada pelo discurso produz certa “tipificação” (BOURDIEU, 1989) da experiência humana, atribuindo a determinados engajamentos identitários, neste caso, aquelas pessoas posicionadas fora dos limites de gênero socialmente aceitáveis, significados e valores prévios. Tais tipificações operam também em nível linguístico-discursivo, fazendo emergir das escolhas lexicais socialmente motivadas relações que visam à manutenção dos modos de vida hegemônicos, mediante a perpetração da violência disciplinadora contra os dissidentes.

Ainda em (11), vemos, no final do comentário, uma nova estratégia de renomeação, a qual aponta para a indexação de contextos religiosos na perpetração da transfobia na linguagem. Ao designar as experiências trans como “*sodoma igomorra*”, ou mesmo todas as experiências dissidentes encapsuladas discursivamente em “*todos*”, como já analisado, o autor do comentário recorre à narrativa bíblica em torno das cidades de Sodoma e Gomorra⁶⁰ que, segundo a interpretação popularmente disseminada, eram habitadas por uma população dada às perversões sexuais, estupros coletivos, orgias e práticas consideradas imorais de toda sorte. Tal era sua ignomia que, segundo a narrativa bíblica de Gênesis 19, após enviar seus anjos para julgar o comportamento do povo das cidades e de lá retirar a família de seu servo Ló, “o próprio Senhor fez chover do céu fogo e enxofre sobre Sodoma e Gomorra” (Gênesis 19: 24).

⁶⁰ “À tarde chegaram os dois anjos a Sodoma. Ló estava sentado à porta de Sodoma e, vendo-os, levantou-se para os receber; prostrou-se com o rosto em terra, e disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos em casa de vosso servo, e passai nela a noite, e lavai os pés; de madrugada vos levantareis e ireis vosso caminho. Responderam eles: Não; antes na praça passaremos a noite. Entretanto, Ló insistiu muito com eles, pelo que foram com ele e entraram em sua casa; e ele lhes deu um banquete, assando-lhes pães ázimos, e eles comeram. Mas antes que se deitassem, cercaram a casa os homens da cidade, isto é, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados; e, chamando a Ló, perguntaram-lhe: Onde estão os homens que entraram esta noite em tua casa? Traze-os cá fora a nós, para que os conheçamos. Então Ló saiu-lhes à porta, fechando-a atrás de si, e disse: Meus irmãos, rogo-vos que não procedais tão perversamente; eis aqui, tenho duas filhas que ainda não conheceram varão; eu vo-las trarei para fora, e lhes fareis como bem vos parecer: somente nada façais a estes homens, porquanto entraram debaixo da sombra do meu telhado. Eles, porém, disseram: Sai daí. Disseram mais: Esse indivíduo, como estrangeiro veio aqui habitar, e quer se arvorar em juiz! Agora te faremos mais mal a ti do que a eles. E arremessaram-se sobre o homem, isto é, sobre Ló, e aproximavam-se para arrombar a porta. Aqueles homens, porém, estendendo as mãos, fizeram Ló ir para dentro da casa, e fecharam a porta; e feriram de cegueira os que estavam do lado de fora, tanto pequenos como grandes, de maneira que cansaram de procurar a porta” (Gênesis 19:1-11).

Ao descrevermos os processos de contextualização em funcionamento, vemos que o emprego de tal recurso de nomeação, que funciona simultaneamente como um processo de intertextualidade, indexam “condições sociais e históricas anteriores à produção do discurso e que o restringem” (HANKS, 2008, p. 172). Desse modo, as referidas pistas de contextualização tanto apontam para o tipo de prática social na qual o AFT produzido ancora suas significações e dos quais obtém a força ilocucionária para ferir – a religião, quanto funcionam como índice da orientação interpretativa válida fornecida aos interactantes.

Nesse sentido, tal processo de contextualização sugere o modo como experiências trans são significadas a partir da posição contextual do enunciador: aberrações, imoralidades, perversões, transgressões que merecem ser expurgadas/punidas/normalizadas pelo “fogo da ira divina”. Tais nomeações injuriosas performatizam, assim, a violência linguística, semelhante ao que vemos em (12).

(12)



(M02 – AFT 23)

Nessa mesma direção, compreendendo que os AFT produzem “interpretações e a significação que, gerada a partir da interpretação, ultrapassa os limites da fala” (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 3), o comentador, ao nomear as experiências trans como “*maldição humana*” e, posteriormente, como “*obra de satanás*”, “constrói os mundos sociais e culturais que habita” (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 2). Desse modo, o que realiza por meio da seleção lexical nos processos de nomeação não diz respeito a uma mera construção de “etiquetas” para coisas já dadas no mundo, mas consiste na construção de tais realidades – graças ao potencial performativo da linguagem

–, de modo a produzir, desse modo, sob o influxo da violência, identidades sociodiscursivas para tais sujeitos.

Nesse sentido, os autores dos comentários em análise, ao enunciarem AFTs, tanto posicionam contextualmente suas vítimas em regiões sociais e do discurso abjetas, hostis, quanto posicionam a si mesmos noutros lugares também dotados de significado, em geral, aqueles relativos à moralidade/moralização, à observância dos preceitos bíblicos, à santidade e à salvação. Por meio de tal dinâmica, fazem emergir, como já assinalado nesta seção 4.3, processos identitários em funcionamento nas práticas sociais que, de diferentes modos, operam a violência transfóbica, no caso em análise, aquelas ligadas à religião.

Assim, conforme discutido na página 81 deste trabalho, vemos em funcionamento no discurso transfóbico, o exercício do tipo de poder próprio dos contextos religiosos, o poder pastoral, conforme cunhado por Foucault (1988 [1976]). Tal mecanismo de “pastoreio” funciona no sentido de criar subjetividades/ identidades submissas e disciplinadas, como uma estratégia de normalização e gerenciamento da vida, a partir de uma variedade de técnicas discursivas de controle, dentre elas a nomeação, a fim de dirigir, sustentar e produzir um tipo de conhecimento profundo de “todos e de cada um” dos indivíduos.

Assim, o princípio, o fundamento e a perfeição dessa forma de poder estão centrados no poder que o próprio Deus exerce sobre seu Povo, que visa, recorrendo à metáfora bíblica, “separar o joio do trigo”, ou seja, construir, também por meio da linguagem, identidades normais, viáveis, legitimadas e, por isso, não violáveis (aquelas ligadas aos modos de vida em observância aos preceitos da religião para o corpo, o gênero e a sexualidade) e aquelas que, por se insurgirem a tal “pastoreio”, são produzidas, no interior dessas práticas sociodiscursivas, como anormais, inviáveis, deslegitimadas e, por isso, violáveis, mais precisamente, alvos de violência. Nesse sentido, corroborando com estudos como os de Silva (2014), aludimos ao caráter produtivo da violência na linguagem, no sentido de que o potencial violento desta prática não reside propriamente na obliteração de sentidos ou na destruição destes, mas está centrada, de modo particular, no que ela produz quando se realiza: identidades precarizadas, modos de vida construídos na linguagem a partir da violência.

Ao nomear as pessoas trans como “*maldição humana*”, os sentidos da transfobia em funcionamento neste AFT ancoram-se na compreensão de que, ao se insurgirem contra as normas de gênero, entendidas nesse contexto como inscritas no corpo e estabelecidas como segundo “a vontade de Deus”, tais pessoas estão subvertendo ordens que estabelecem as zonas antropológicas limítrofes das existências viáveis, as quais podem ser nomeadas como “humanas”: a generificação como homem cis ou como mulher cis. Nesse contexto de violência, as experiências trans passam a ser identificadas como o malogro, a ruína do humano, uma “maldição humana”.

Uma vez que tais vidas são posicionadas contextualmente como exteriores a um projeto de humanidade viável pautado por Deus, segundo a lógica essencialista na interpretação do corpo e do gênero, vigente nos contextos sociodiscursivos da religião, uma vida trans não poderia ser, desse modo, uma obra de Deus, produto da ação/vontade divina, sendo, então, construída pelo poder performativo da linguagem, com uma “*obra do satanás*”. Desse modo, a transexualidade é entendida como fruto da ação desobediente do único ser, segundo as narrativas religiosas cristãs, que se insurgiu contra Deus e suas ordens, o que estabelece, dessa visada, uma relação direta com o reconhecimento do potencial transgressor e subversivo em relação à matriz sexo-gênero vigente do qual são dotadas as formas de vida trans.

Desse modo, a seleção lexical no processo de nomeação em análise nos permite entrever a indexação de contextos religiosos nos quais a cisgeneridade é tomada como “obra” de Deus, não apenas no sentido de que esta teria sido criada, inventada pelo deus cristão, mas estabelecida antropológicamente graças à sua inscrição na “essência” de cada pessoa. Assim, enquanto norma tácita, de origem divina, materializada numa série de formas anatômicas carregadas de sentidos “verdadeiros”, usos “corretos”, estilizações de corpo/de voz/de gestual “adequados”, a produção discursiva da transexualidade como “*obra do satanás*” age metapragmaticamente no exercício do poder pastoral, o qual estabelece que “só se pode chegar à salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, crer, de professar (com o próprio corpo) certa verdade (neste caso, a cisgeneridade). [...] o pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade” (FOUCAULT, 2008, p. 221).

A economia de governo da vida, dos corpos e das subjetividades, em funcionamento nas práticas sociais do contexto da religião, indexadas por procedimentos

linguístico-discursivos diversos nos AFTs, agem também a partir do restabelecimento de contextos sócio-históricos marcados pela disciplinarização e pela coerção, como vemos em (13).

(13)



(M02 – AFT 24)

A potência significativa e violenta realizada por um ato de fala como em (13) emerge justamente da evocação de um contexto social inscrito nos anais da história da civilização ocidental como signo máximo da intolerância e da perseguição⁶¹, por parte de uma instituição religiosa, operada contra ideias, crenças, formas de vida, corpos inconformes com os dogmas da fé católica. A insurreição contra um sem-número de tecnologias⁶² empregadas num longo e complexo processo de inculcação de verdades custou, àqueles que ousaram resistir a tal dominação, a própria vida.

A perseguição realizada pelos Tribunais do Santo Ofício⁶³ da Igreja Católica contra pessoas denominadas “hereges” e “apostatas” durante o período de

⁶¹ Embora reconheçamos que não há consenso entre os estudiosos desse período da história sobre, de fato, o quão sangrento ele foi (sobretudo em número de pessoas condenadas à pena capital, a fogueira), o que nos importa aqui é mais como este momento da história está representado na cultura dos interlocutores – o que está registrado em inúmeros artefatos culturais de diferentes períodos, como livros, filmes, pinturas, dentre outros.

⁶² Tecnologias correspondem, em sentido foucaultiano, a um sem-número de ações que “permitem aos indivíduos, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 48).

⁶³ “O Santo Ofício nasceu da necessidade de reformas, por iniciativa do rei com anuência do papa, num momento de agravamento da intolerância em relação à alteridade. Nasceu para a satisfação do povo assustado com o problema da salvação e inconformado com a redução dos judeus a cristãos novos, carreando implicações sociais, políticas e econômicas. É preciso pensar-se na força da crença, das convicções profundas, para entender-se o poder da Inquisição num clima no qual os homens criam, queriam crer, como uma adesão total do ser” (SIQUEIRA, 2013, p. 83).

implementação da Santa Inquisição consistia num conjunto de violências institucionais, intelectuais, morais, simbólicas e físicas, perpetradas como demonstração de poderio e controle social do qual gozava aquela instituição. Tal poder era de proporções onipresentes, estendendo-se, em sentido amplo, desde a alma imortal de cada pessoa, passando pela sua produção intelectual, até chegar à materialidade de seu corpo.

Nesse sentido, diante dos impactos da Reforma Protestante, dos judeus reduzidos a novos cristãos e da propagação de ideias sectárias e heréticas que ameaçavam seu controle, o período inquisitorial funciona, na verdade, como uma poderosa tecnologia realizada pela igreja de Roma como manifestação de seu poder coercitivo e disciplinador. Ao queimar um condenado em praça pública, aplicando-lhe a pena capital, a instituição religiosa age, para além do sentido de punir um condenado, na normalização de vidas/intelecto/crenças/corpos desviantes, transgressores, insurgentes diante do “discurso verdadeiro”, sobre o qual nos fala Foucault:

É o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, classificados, obrigados a tarefas, *destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer*, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos *específicos de poder*. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade. Ou ainda: regras de poder e poder dos discursos verdadeiros (FOUCAULT, 2005, p. 29).

Nesse sentido, ao expressar sua “saude” de tal período histórico, mediante uma matéria que trata de uma pessoa trans, o ato de fala indireto produzido pelo comentador gera uma série de pressuposições que, uma vez inseridas nos contextos específicos das práticas religiosas, apontam para o *habitus* da normalização coercitiva, indexado pela referência ao período inquisitorial. Mediante os processos de intertextualidade acionados por tal pista lexical, vemos o reestabelecimento de contextos que produzem sentidos violentos sobre pessoas trans, entendidas como “um corpo desviante a ser queimado no fogo que normaliza e disciplina”.

Recorrendo a esta imagem autorizada linguístico-discursivamente, podemos pensar ainda que tal AFT posiciona as experiências trans em um lugar sociodiscursivo equivalente àquele destinado aos apóstatas e hereges, àqueles que abandonaram a fé verdadeira ou que se põem a professar “verdades” dissidentes do discurso verdadeiro e, por isso, merecem/precisam ser punidos, em nome da homogeneidade, da pureza, da coerção. Recorrendo aos significados dessa imagem e colocando-os em diálogo com os modos de funcionamento de uma matriz de gênero cisnormativa, característica dos contextos da religião, emergem sentidos nos quais às experiências trans são conferidas identidades que as caracterizam como identificações heréticas em relação à verdade compulsória do sexo-gênero inscrito no corpo como obra de Deus.

Assim, as pessoas trans são construídas por meio do processo de contextualização em funcionamento no ato de fala em análise, como aquelas que, assim como os alvos da inquisição católica, devem ser “julgados, classificados, (...) destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 29). Nesse sentido, tais discursos verdadeiros, ou melhor, as narrativas que, no interior das práticas sociais do contexto da religião, gozam desse estatuto, as quais são atualizadas por meio da transfobia na linguagem, são a base contextual acionada a fim de conferir força ilocucionária a tais atos.

Desse modo, podemos perceber como múltiplos processos de contextualização acionados pelas pistas linguísticas de diversas naturezas (lexicais, sintático-semânticas, intertextuais) podem, quando analisadas por um viés discursivo, desvelar uma rede de relações pragmáticas e metapragmáticas em funcionamento da realização da violência transfóbica na linguagem. Nesse sentido, avançando nos procedimentos analíticos, na seção 4.4, buscaremos demonstrar como contextos relativos à conolonialidade são reinstaurados com vistas a ferir pessoas trans através de atos de fala.

4.4 “O CIDADÃO ‘VIVIANY BELEBONI’ VAI FICAR IMPUNE? ”: CONTEXTOS DE COLONIALIDADE

Numa proposta de revisão e ampliação do conceito de “colonialidade do poder”⁶⁴ (QUIJANO, 2000), com vistas a compreender as hierarquizações de identidades de gênero produzidas pela matriz cisnormativa eurocêntrica, Lugones (2008) propõe a ideia de “colonialidade de gênero” como sendo também “um eixo organizador da sociedade ao criar categorias opostas de homem e mulher, na qual a última se submete ao primeiro, como um legado da colonização” (LUGONES, 2008, p. 88). Nesse sentido, a matriz de gênero vigente, a qual estabelece a cisgeneridade como norma de inteligibilidade social, exerce sobre corpos e identidades trans diversas formas de violências a fim de “afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (MIGNOLO, 2008, 291).

Nesse sentido, a violência transfóbica assume um caráter de colonialidade, ou melhor, esta funciona como um dispositivo⁶⁵ multifacetado que visa exercer o “poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas [e de gênero] que possibilitam a reprodução [inclusive na linguagem] de relações de dominação” (RESPRETO ROJAS, 2010, p. 15, ênfase nossa). Desse modo, como vemos a partir dos contextos produzidos nos atos de fala (14) e (15), dentro de um ideário da colonialidade de gênero, “decisões regulamentares, leis, medidas administrativas” (FOUCAULT, 2000, p. 244), bem como outros elementos relativos ao poder colonial e, por isso, normalizador do Estado, são invocados para exercer a violência contra identificações inconformes.

⁶⁴ A discussões relativas às questões de colonialidade e transfobia estão registradas na seção 2.3 do segundo capítulo deste trabalho.

⁶⁵ Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

(14)

**Max Lopez**

HÁ 2 ANOS



Pois é , a sociedade tem que se mobilizar logo ou o país vai perder os valores e a chance de reverter isso. Falta mais o que para que o povo entenda que a erotização e sexualização precoce de crianças é um programa de governo? É pra isso que querem inserir a Ideologia de Gênero nas escolas privadas e públicas, querem corromper transformarem as crianças a partir dos berçários. Nossos filhos tem o direito de crescer de acordo com a ordem natural das coisas sem serem doutrinados com ideias nefastas. Pior de tudo é ver tudo isso sendo patrocinado pelo dinheiro publico.

👍 91 💬 16 •

(M03 – AFT37)

(15)

**Aureliano Gomes**

HÁ 2 ANOS



MP onde estão vocês agora??? O cidadão "Viviany Belebani" vai ficar IMPUNE???

👍 16 💬 10 •

(M03 – AFT39)

Em (14), a seleção lexical em funcionamento nos processos de nomeação e adjetivação produzem contextos nos quais é estabelecida uma relação de binarismos excludentes própria dos dispositivos de colonialidade, como é o caso da transfobia. De um lado, aqueles (as) que, por estarem dentro das normas de gênero inteligíveis para o projeto de nação colonial (a cissexualidade compulsória), são posicionados contextualmente dentro da sociedade e, em diâmetro oposto, aqueles (as) que, por se constituírem como sujeitos em conflito com tais normas, insurgindo-se contra os dispositivos de colonialidade, são situados numa zona marginal à sociedade, como abjetos, como não-cidadãos.

Nesse sentido, vemos como a violência transfóbica na linguagem opera por meio da produção de posições contextuais que agem no sentido de construir e hierarquizar

identidades. Assim, seguindo a dinâmica da colonialidade de gênero produzida em (14), as escolhas lexicais efetuadas na nomeação indexam uma cartografia social na qual os sujeitos conformes com a matriz cisnormativa, lugar sociodiscursivo onde o comentador situa a si mesmo para produzir tal ato de fala transfóbico, são designados como “a sociedade”, “o país”, “o povo” – em conformidade com “os valores”. Dessa visada, reproduzindo o *habitus* que governa as práticas sociais coloniais, o comentador assume o lugar do colonizador, aquele cuja identidade (correta, sadia, civilizada, moralmente aceitável, outorgada por Deus) é parâmetro para inferiorizar, marginalizar e colonializar as identidades tomadas por ele como dissidentes e, por isso, inferiores.

As estratégias linguístico-discursivas empregadas para a construção da referência, no seu discurso, as experiências trans, sem recorrer a nomeações diretas, optando por demonstrativos mais canônicos para a referência a objetos (“reverter isso”; “tudo isso”), age sob o influxo das forças de despersonalização do Outro, de quem se quer colonizar que, por ser posicionado fora da sociedade, numa região de conflito com seus “valores” (cisnormativos), é potencialmente inominável. Nesse sentido, ao significar as experiências trans em posição oposta à sua, expressões como “ideias nefastas”, “perder valores”, “erotização e sexualização das crianças”, indexam o

o discurso transfóbico [que] encontra ressonância em valores morais amplamente arraigados na nossa sociedade. Um discurso que busca identificar e controlar pessoas entendidas como “perversas”, “manipuladoras”, de “falsa identidade”. Pessoas que, sem essa identificação e controle, estariam livres para exercer todo tipo de abusos, violências e degenerações (GRIM, 2015, s/p, apud VERGUEIRO, 2015, p. 70).

Assim, para efetuar a colonização dessas identidades incivilizadas, a “catequese” dessas almas pagãs e a dominação desses corpos “bárbaros”, em defesa “da sociedade”, “do país”, “do povo”, “dos valores”, faz-se necessário chegar a uma sociedade “de polícia, controlada por dispositivos de segurança” (VEIGA-NETO, 2002, p. 23). Mas, segurança de que/de quem? Cabe, em tal lógica da colonialidade de gênero, um arsenal diversificado de estratégias institucionais de segurança para manter a salvo (do poder transgressor das identidades trans) o efeito de verdade e de homogeneidade em torno da cissexualidade como norma única de vida viável.

São indexados pragmaticamente os sentidos desse policiamento que almeja invisibilizar identidades de gênero dissidentes, cuja função é estruturante para a manutenção das relações de colonialidade que, em (15), o “MP” (forma corrente no Brasil referir-se ao Ministério Público) é conclamado a agir em defesa da sociedade (estruturada pela transfobia) a fim de punir o ‘cidadão *Viviany Beleboni*’. Nessa direção, pensando que a função do Ministério Público é, grosso modo, “fiscalizar o cumprimento das leis que defendem o patrimônio nacional e os interesses sociais e individuais (...)”⁶⁶, os sentidos que metapragmaticamente são produzidos pelas pistas de contextualização em análise apontam para as relações estabelecidas, no interior de práticas sociais marcadas pela colonialidade de gênero, entre o “poder público”, “cumprimento da lei”, “defesa do patrimônio nacional” e “dos interesses sociais e individuais” e a violência transfóbica como instrumento de normalização perpetuação da colonialidade.

Tal interpretação ganha particular substância ao pensarmos na gama de violências que o poder institucional legitimado no Brasil exerce contra pessoas trans, graças ao não reconhecimento pleno de seu direito à identidade⁶⁷. É indexando contextos desse tipo de violência, sob o signo linguístico-discursivo da manipulação do gênero gramatical e do recurso às aspas, que o comentador, ainda em (15), nomeia Viviany Beleboni como “o cidadão *Viviany Beleboni*”. Tal pista de contextualização tanto realiza na linguagem o desrespeito e o não reconhecimento à identidade trans da atriz, quanto, curiosamente, negocia sua cidadania, uma vez que neste AFT a ela é outorgada tal condição.

Nessa gestão política da identidade na linguagem, a condição de cidadania lhe é oferecida estrategicamente nesse momento a fim de, inclusive por meio dela, efetuar a violência contra sua identidade de gênero. Assim, como alguém designado homem ao nascimento, como “cidadão”, como “o cidadão *Viviany Beleboni*”, ela pertence à “sociedade”, “ao povo”, “à nação” – conforme a hierarquia identitária produzida em (14) – mas, como mulher trans, cuja identidade é construída em conflito com a cisnormatividade compulsória, esse direito lhe é interditado, sendo relegada à invisibilidade. Desse modo, vemos acontecer, também na linguagem, um tipo de violência que integra o cotidiano de inúmeras pessoas trans que enfrentam diariamente a

⁶⁶ Conforme <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/presos/parte5.htm> (Acessado em 06/06/2017).

⁶⁷ Uma discussão mais ampla sobre as violências institucionais perpetradas legalmente contra a população trans no Brasil é empreendida na seção 2.2 do segundo capítulo deste trabalho.

luta pelo reconhecimento de seus nomes sociais, a luta pelo direito de existirem como cidadãs, enfim, a luta pelo direito a uma identidade que não lhes seja imposta sob a égide da colonialidade de gênero.

Avançando no desvelamento dos processos de contextualização em funcionamento nos AFTs, na seção 4.5, demonstraremos como contextos relativos à violência física conferem força ilocucionária a atos de fala que performatizam a violência linguística.

4.5 “ENFIA UMA TORA DE MADEIRA BEM GRANDE, ATÉ RASGAR TUDO...”: CONTEXTOS DO *CONTINUUM* DAS VIOLÊNCIAS

Partindo das discussões em torno da tênue e miscível fronteira que separa a violência perpetrada fisicamente daquela de natureza linguística⁶⁸, somada à rede complexa de violências multidimensionais às quais estão submetidas as pessoas trans numa sociedade cisnormativa como a nossa, torna-se produtivo investigar o modo pelo qual um *continuum* da violência se estabelece como condição pragmática e metapragmática da inscrição dos AFTs em práticas sociais mediadas pela linguagem.

Nesse sentido, a fim de que possamos proceder às análises de como determinados atos de fala violentos, ao exercerem a transfobia, se valem de violências perpetradas fisicamente, para obter a força ilocucionária que o faz atingir sua condição de felicidade, precisamos atentar para o potencial performativo da linguagem. Nesse sentido, sustenta Butler (2000, s/p):

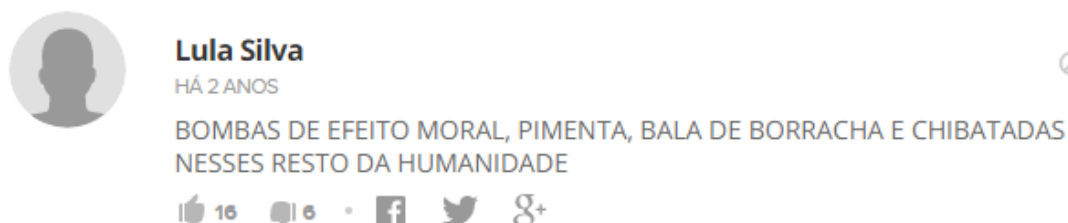
ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia. De acordo com o relato bíblico do performativo, isto é, "que se faça a luz", parece que é em virtude do poder do sujeito ou de sua vontade que um fenômeno é trazido, ao nomeá-lo, à existência. Numa reformulação crítica do performativo, Derrida deixa claro que esse poder não é a função de uma

⁶⁸ Conforme discutido nas seções 1.5 e 1.6 do primeiro capítulo desta dissertação.

vontade originadora, mas é sempre derivativo: Poderia um enunciado performativo ser bem-sucedido se sua formulação não repetisse em um enunciado "codificado" ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio para abrir uma sessão, lançar um barco ou efetuar um casamento não fosse identificável como conforme a um modelo iterável, se ela não fosse, pois, identificável de alguma forma, como uma "citação" ? [...] Nesta tipologia a categoria de intenção não desaparecerá, ela terá o seu lugar, mas a partir deste lugar, não poderá mais comandar todo o sistema e toda a cena da enunciação (Derrida, 1988, p. 18) ” (BUTLER, 2000, s/p.).

Nessa direção, atos que performatizam a violência na linguagem, em algumas de suas realizações, se valem, citacionalmente, do caráter iterativo de outros atos violentos codificados em outros contextos, os quais, uma vez indexados nesses atos de fala, conferem-lhes a força de ferir, tornam-se inteligíveis como violência efetiva perpetrada contra pessoas trans. É nessa lógica que em (16) e (17), graças à produção de pistas de contextualização relativas à seleção lexical, em funcionamento nos processos de nomeação, a violência transfóbica se efetiva no discurso.

(16)



(M03 – AFT41)

Em (16), vemos um entrelaçamento polifônico de vozes que performatizam a transfobia vindas de diferentes contextos de violência social. Nesse sentido, as pistas lexicais como “*bombas de efeito moral*”, “*pimenta*” e “*bala de borracha*” produzem contextos relativos a ações nas quais o Estado (por meio das polícias) perpetra seu poder repressivo contra manifestações populares ou movimentos revoltosos, entendidos como desordeiros e vândalos, conforme podemos ver registado em inúmeros episódios da história moderna e recente do Brasil⁶⁹.

⁶⁹ Um estudo interessante sobre a relação entre manifestações populares, instabilidade social e força policial no Brasil pode ser encontrado em Jorge (2013).

Nesse sentido, a ancoragem de tal ato de fala se realiza nas regras próprias dos “jogos de linguagem” em funcionamento em práticas sociais nas quais a violência física é perpetrada como força policial do Estado a fim de estabelecer a “ordem”, a “paz”, de exercer “o controle” sobre forças populares em insurreição diante do poder institucional constituído ou, ainda, em “defesa do patrimônio público e dos cidadãos de bem”. Desse modo, tais pistas contextuais fazem emergir sentidos nos quais a transexualidade é entendida como um tipo de ameaça à civilidade, uma modalidade de insurreição e de atentado contra o patrimônio dos cidadãos de bem (a rígida matriz cisheteronormativa que goza de “efeitos de estabilidade” disciplinarmente produzidos) sendo destinada, por isso, ao investimento da força coercitiva e normalizadora baseada em castigos e violências como as acionadas (e realizadas) pelas pistas lexicais em análise.

Além do estabelecimento, no discurso, de um *continuum* de violências, acionando pela evocação de situações em que agressão física é perpetrada pela força institucional contra sujeitos entendidos como “ameaçadores” ao ordenamento social, pistas de contextualização como “*chibatadas*” indexam também trajetórias contextuais que remontam às punições disciplinares aplicadas a diferentes grupos de pessoas subalternizadas ou escravizadas em diversos processos de dominação social. Nesse sentido, são (re) instauradas condições sociopolíticas nas quais, por exemplo, a escravização de pessoas negras e/ ou indígenas era realizada por meio um sem-número de punições físicas perpetradas como manifestação do poder colonial dos Estados europeus em seus projetos de (des) cobrimento (de sangue) das populações locais das regiões dominadas.

Ainda nessa direção, vale ressaltar o emprego das *chibatadas* como forma de punição e disciplinarização, ainda hoje presentes em determinados países, aplicadas a pessoas que cometem crimes capitais, geralmente aqueles que atentam contra a religião dominante, a moral sexual e os padrões de sexo e de gênero inteligíveis nessas sociedades. Tais punições são entendidas por organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, a exemplo da ONU (Organização das Nações Unidas), como formas inaceitáveis de tortura⁷⁰. No contexto brasileiro, a Revolta da Vacina (1904), enquanto

70 Nesse sentido, a própria ONU liderou a assinatura de um tratado internacional de combate à tortura do qual o Brasil é signatário, conforme Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>.

movimento de insurgência de marinheiros negros contra as torturas (chibatadas) que recebiam por sua identidade étnico-racial, em um período em que esse tipo de punição já era proibida em tal organização militar, é um marco emblemático do modo como a violência física é operada enquanto instrumento de punição de sujeitos em razão de sua identidade em conflito com a norma social estabelecida.

Nesse sentido, os feitos metapragmáticos das escolhas lexicais em funcionamento em (16), as quais ancoram nos contextos da violência física perpetrada com vistas a punir transgressores e a normalizar identidades, corroboram a construção das vidas trans, no discurso, como alvos de mecanismos disciplinares baseados na violência sobre o índice movente no qual se instauram suas identidades, a materialidade de seus próprios corpos. O *habitus* social no qual tais práticas se ancoram é justamente aquele inscrito no contexto que o processo de nomeação que designa as pessoas trans, ainda em (16), como “*esse resto de humanidade*”, aludindo assim aos sentidos transfóbicos produzidos pelo posicionamento das experiências de travestilidade/transexualidade na zona da abjeção, na exterioridade dos limites antropológicos cisnormativos de existência, conforme apontado em outros ATFs já analisados.

(17)



(M02 – AFT25)

Ao pensarmos as dimensões da violência transfóbica indexada em (17), graças aos processos de contextualização em funcionamento, vemos o entrecruzamento de sentidos de perversão e sadismo na elaboração de tal AFT, o qual performatiza na linguagem o assassinato de Viviany Beleboni. Desse modo, ao sugerir que lhe seja feito fisicamente o

que ela havia teatralmente representando, por meio de construções linguístico-discursivas como “*crucifica ela*”, vemos como, na lógica do discurso que perpetra a violência motivada pela transfobia, os sentidos da morte estão amplamente legitimados.

A violência performativizada por tais sentidos ganha maiores dimensões se pensarmos no significado social e político que a morte por crucificação, pena capital aplicada pelo Império Romano aos seus escravos, gozava numa arquitetura das relações de poder que estruturavam a Antiguidade. Morte vexatória, cruelmente preparada por carnificinas e torturas extenuantes, infligidas sobre os corpos condenados, imorais, criminosos dos transgressores, em praça pública, diante das autoridades e da sociedade de bem, dotada de caráter punitivo e coercitivo (pois anunciava o destino de todos aqueles que se levantassem contra o poder de César), significada, ainda, do ponto de vista religioso, como a morte dos amaldiçoados, dos abandonados por Deus em razão de sua iniquidade.

Uma breve incursão por sites de organizações que trabalham para visibilizar as violências que vitimam diariamente a população trans, como por exemplo o site da *Rede Trans Brasil*⁷¹, o qual reúne notícias de assassinatos transfóbicos veiculados em todo país, nos mostraria que a descrição do significado da crucificação apresentado no parágrafo anterior, infelizmente, não guarda grandes diferenças do flagelo mortal, quase onipresente, que diariamente “crucifica” homens e mulheres trans, até a morte do corpo, em situações de tortura, em condições vexatórias, expostas e invisibilizadas, ao mesmo tempo, como signos de ameaça a todos quantos, escravos de uma designação identitária compulsória, ousam desafiar os significados da biologia e da religião. Nessa dinâmica, as fronteiras entre violência materialmente perpetrada e a que se faz na linguagem são praticamente indelimitáveis, em termos de fronteiras e de proporções mortais.

Ainda nessa direção, aparecem indexados em (17), por meio de pistas de contextualização como “*crucifica ela com uma tora de madeira bem grande, até rasgar tudo. Aí ela vai gostar mais ainda...*”, sentidos que se ancoram metapragmaticamente em práticas sociais relativas à violência/ tortura sexual infligida contra pessoas trans, como um suplício prévio à crucificação integrante da execução por crucificação a qual é descrita/ performativizada na linguagem. Nesse engendramento de injúrias, a violência é

⁷¹ Disponível em: <http://redetransbrasil.org/index.html>.

erotizada com vistas a produzir uma identidade sociodiscursiva para as pessoas trans associada à perversão e ao sadismo, uma vez que, mesmo diante do suplício físico impetrado em razão de ser “*crucificada*” e de ter “*uma tora de madeira bem grande* [introduzida no seu corpo], *até rasgar tudo*”, segundo enuncia o comentador “*ela vai gostar mais ainda*”.

Nesse sentido, ao pensarmos o modo como a violência realizada na linguagem incide sobre as identidades e os corpos trans, somos orientados a refletir que:

O corpo é também o que se diz dele e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classifica-lo (GOELLNER, 2013, p. 15).

Desse modo, nessa visada construcionista e cultural do corpo, a qual põe a linguagem como elemento fundamental na produção deste, não são, necessariamente, semelhanças biológicas ou instâncias físicas que o definem, mas, fundamentalmente, “os significados culturais e sociais que a ele se atribuem” (GOELLNER, 2013, p. 31). Nesse sentido, assim como o corpo pode ser construído na linguagem, pode também nela ser destruído, torturado, violentado. Por esse viés, mediante o potencial performativo que a linguagem em uso assume no interior de práticas socioculturais situadas, as pistas de contextualização analisadas (re) estabelecem e (re) produzem os contextos de violência física indexados nos AFTs, os quais são, assim, dotados de força ilocucionária que os torna capaz de subalternizar, ferir e violentar corpos e identidades trans.

Tendo em vista a trajetória teórica, metodológica e analítica empreendida neste capítulo, na seção seguinte, realizaremos as Considerações Finais deste trabalho, a fim de revisitar a trajetória teórico-analítica empreendida neste trabalho, buscando evidenciar possíveis conclusões as quais chegamos na investigação do fenômeno social analisado, bem como possíveis contribuições fornecidas e desdobramentos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rio de Janeiro - RJ
26/05/2017

Joyce Jane Padilha foi uma das primeiras Mulheres Transexuais a fazer parte do Projeto Além do Arco-iris do Grupo Cultural Afroreggae, ela estava desaparecida desde a última sexta-feira: o corpo dela foi encontrado na comunidade do jacaré pela polícia e onde quase não foi reconhecido pela amiga Mell Brígida devido as mutilações sofridas! (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Aracaju – SE
24/06/2017

Denise, transexual de 53 anos foi morta a tiros em Aracaju. De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), a informação é que dois homens em uma moto fizeram os disparos através da grade da casa da vítima. O boletim de ocorrência relata que o companheiro dela também foi atingido. Quem assume a investigação do caso é o delegado Mário Leony. O assassinato da transexual repercutiu nas redes sociais. Os amigos fizeram vários elogios e escreveram mensagens de despedida. A vítima era considerada uma das primeiras transexuais do Estado de Sergipe.

Antes da motivação acadêmica, a indignação social. Antes do desejo de ter um título acadêmico, a dolorosa sensação de que a vida não é viável para todas as pessoas. Antes do esforço teórico, analítico, o qual nos coloca no lugar socialmente privilegiado de “estudiosos” de uma área, o reconhecimento doloroso de tantos lugares inóspitos, abjetos, onipresentes, nos quais identidades e corpos-identidades de pessoas trans vivem e, todos os dias, tombam baleados, esfaqueados, espancados, mutilados, estuprados, violentados *ad infinitum*, como demonstram as cenas da vida real escritas com tinta e sangue nas páginas desta dissertação.

Assim, o presente trabalho nasceu da convergência entre motivações políticas e intelectuais, as quais nos puseram em movimento, em (trans) formação, em (des) aprendizagem e nos levaram até a seguinte reflexão: como, de um lugar teórico híbrido e crítico (pois a abordagem de um problema social dessa natureza nos exigiria isso), desde os estudos da linguagem, uma dissertação de mestrado poderia contribuir para o

enfrentamento das violências que diariamente açoitam corpos e identidades trans no Brasil? Como tornar tais violências audíveis na voz de um pesquisador ao entrecruzar e (re) visitar teorias, ao propor desdobramentos, ao elaborar e empreender um método, ao realizar análises de discursos produzidos em situações reais de interação social? Muitas perguntas estiveram nesse percurso, algumas certezas surgiram e muitas outras perguntas nasceram depois dessas “considerações finais”.

Pensar o estatuto da linguagem. Pensar as questões de gênero. Pensar a violência de gênero. Pensar a transexualidade e a transfobia. Pensar o papel que a linguagem-em-uso ou o discurso, enquanto prática social situada, desempenha na realização e na naturalização da violência perpetrada contra pessoas trans: essa foi uma das trilhas deste (des) caminho realizado ao longo deste trabalho. Se linguagem é uma forma de ação, como posto na Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), se ela é um jogo regido por regras sociais compartilhadas entre interactantes (WITGENSTEIN, 1975), como sustentam as premissas das abordagens pragmáticas, então, dentre as muitas coisas que podemos fazer com a linguagem, está a violência. Podemos ferir na/pela linguagem. Mais que representar essa violência (a qual se daria de modo efetivo no mundo entendido como “extra-linguístico”), a linguagem pode realizar, graças a seu potencial performativo, um tipo específico de violência: eis a violência linguística.

A premissa originalmente apresentada, a de que a linguagem pode fazer coisas, está na base de boa parte das teorias pragmáticas e discursivas dos estudos da linguagem, de modo mais ou menos pacífico, mais ou menos explícito. Tal premissa está também em filosofias e estudos de gênero como os de Jaques Derrida e de Judith Butler, respectivamente. Nesse sentido, para nós, enquanto estudiosos das linguísticas, para investigadores da linguagem-em-uso em situações sociais concretas, tornam-se salientes outras questões: como, de que modo, em quais condições, por quais processos linguístico-discursivos um ato de fala pode fazer algo? Como um ato de fala pode realizar a transfobia? Foi sob o influxo de tais desdobramentos que nossa pesquisa foi, paulatinamente, se delineando, se (re) definindo, ganhando formas que a trouxeram até este momento.

Nesse sentido, o primeiro passo mais efetivo na realização desta pesquisa consistiu na escolha e na constituição de um *corpus*, o qual fosse produtivo para o trabalho planejado. Assim, ao buscarmos eventos sociais os quais pudessem produzir

manifestações em linguagem escrita da transfobia, chegamos até AFTs veiculados nos comentários *online* dos usuários do portal de notícias *GI*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016, relativos a matérias que tratavam da encenação da atriz e modelo transexual Viviany Belleboni, a qual encenou, durante o evento, uma crucificação em protesto pela violência contra pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil, durante a 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ocorrida em 06 de junho de 2015, na capital paulista.

Assim, uma vez selecionado o *corpus*, passamos ao entrecruzamento do problema social mediado pela linguagem em questão, a violência transfóbica, com os possíveis encaminhamentos teóricos a serem tomados. Desse modo, propusemos um diálogo/embate (registrados no capítulo 1 e 2 desta dissertação) entre os Estudos de Gênero (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1997, 2000; LOURO, 2000; BENTO, 2006; BORBA; OSTERNANN, 2007, 2008;) e perspectivas pragmáticas de linguagem, advindas tanto da Filosofia da Linguagem (AUSTIN, 1990 [1962]; WITTGENSTEIN, 1975; DERRIDA, 1991a, 1991b; BUTLER, 1997), quanto da nova Pragmática Linguística (MEY, 1985; 2001; 2014; RAJAGOPALAN, 2010; ALENCAR, 2010; SILVA, 2012).

Em face das inquietações sociopolíticas despertadas pelo problema da transfobia e dos referidos entrecruzamentos teóricos, surge o objetivo geral desta pesquisa, o qual consiste em ampliar os desdobramentos teórico-analíticos emergentes nos estudos da linguagem, em perspectiva crítica, no que tange à violência linguística de motivação transfóbica performativizada, no ciberespaço, graças à força ilocucionária de atos de fala que se realizam sob determinadas formas rituais, mediante a atualização e o (re) estabelecimento de contextos específicos. A fim de encaminhar tal proposta, deslocamo-nos de uma posição teórica que assume a relação entre língua (gem) e realidade social como de natureza especular ou mesmo representativa, para filiarmo-nos a perspectivas performativas de linguagem.

Como desdobramentos desse objetivo geral, estabelecemos três objetivos específicos aos quais intentamos chegar, ao cabo de nossas análises:

- Evidenciar os modos convencionalizados pelos quais se realiza a violência linguística produzida pelos atos de fala transfóbicos analisados;

- Identificar e analisar os efeitos pragmáticos gerados pelas pistas de contextualização indexadas pelos atos de fala transfóbicos;

- Desvelar os contextos (re) estabelecidos a fim de dotar de força ilocucionária tais atos de fala, enunciados com vistas a ferir e subalternizar pessoas transexuais.

Em face de tais delineamentos, a hipótese central da qual partiu este trabalho foi a de que a força ilocucionária que performativiza a violência transfóbica por meio da linguagem advém dos contextos socioculturais nos quais a rígida matriz de gênero cisheteronormativa é gestada, reforçada e sustentada, inclusive pela força coercitiva da violência predominante nos contextos: *a)* as condições antropológicas e sociais abjetas às quais as populações trans são relegadas; *b)* a religião e suas narrativas que visam docilizar e disciplinarizar indivíduos, produzindo, assim, corpos e sujeitos dóceis; *c)* os poderes-saberes médico-científicos e seus efeitos de verdade produzidos sobre crenças biologicistas da identidade e do corpo; *d)* os dispositivos de colonialidade e normatização em funcionamento na transfobia; e *e)* as fronteiras tênues entre a violência perpetrada fisicamente e aquela desempenhada na linguagem, produzindo o que denominamos *continuum* das violências.

Assim, tendo em vista os objetivos e as hipóteses estabelecidas, no intuito de guiar nosso trabalho teórico-analítico, constituímos as seguintes perguntas de pesquisa, conforme apresentado na seção destinada à Introdução:

- i) Sob que formas rituais e convencionais se realiza a violência linguística motivada pela transfobia?
- ii) Que contextos são (re) instaurados para conferir força ilocucionária a esse tipo específico de ato de fala violento?
- iii) Que posições contextuais agressores e vítimas são interpelados a ocuparem nesses contextos linguísticos violentos?

Nesse sentido, no capítulo 1, intitulado *Sobre o caráter performativo da linguagem e a violência linguística*, realizamos uma trajetória histórica e crítica por entre as concepções de linguagem correntes, tanto na filosofia quanto nos estudos linguísticos, guiados pelos estudos de Marcondes (2009) e Martins (2009). Reconhecendo a miríade de posições que advogam diferentes estatutos para a linguagem, apoiados na organização desse campo feita por Martins (2009), agrupamos as concepções de linguagem mais

correntes em três grandes grupos, cujas bases filosóficas se distanciam entre si: abordagens *realistas*, *mentalistas* e *pragmáticas*.

Apesar de reconhecermos as especificidades de cada uma dessas orientações, tendo em vista a natureza deste trabalho, pusemo-nos a discutir mais detidamente sobre as abordagens pragmáticas de linguagem, segundo as quais esta é entendida como uma realidade usada ou vivenciada no fluxo de práticas e costumes de uma comunidade linguística, histórica, cultural e ideologicamente situada. No interior dessa abordagem, reside um grupo consideravelmente diversificado de posições, as quais apresentamos, em linhas gerais, a fim de chegar àquelas perspectivas, em Pragmática Linguística, as quais nos filiamos: a teoria sobre os “jogos de Linguagem”, como proposto por Wittgenstein (1975) e as Teoria dos Atos de Fala como em Austin (1962) e nos estudos críticos e contra-hegemônicos em Pragmática que têm se intitulado como nova Pragmática (MEY, 1985; 2001; 2014; RAJAGOPALAN, 2010; ALENCAR, 2010; SILVA, 2012).

Partindo das premissas dos estudos dos atos fala, chegamos aos estudos atuais da nova Pragmática, os quais centram suas preocupações na noção de performatividade como característica principal da linguagem, a qual é tomada como prática social que tanto reflete quanto refrata o feixe complexo de condições históricas, socioculturais e ideológicas próprias da situação espaço-temporal situada na qual ela é posta em uso. Desse prisma, pusemo-nos a pensar sobre as relações entre o potencial performativo da linguagem e a questão da violência.

Em linhas gerais, recorrendo a estudos antropológicos, sociológicos e da Psicologia, refletimos sobre a noção de violência como fenômeno estruturante do processo de subjetivação, da inserção na vida social e da organização da civilização ocidental. Partindo dessa premissa, entendemos a violência como uma realidade social, onipresente e perpetrável não apenas por meios materiais, mas também pela linguagem, graças a seu potencial performativo. A essa altura de nosso encaminhamento teórico, procuramos sustentar que são determinadas condições contextuais nas quais a linguagem, por meio dos atos de fala, mediante sua dinâmica de *iterabilidade* e *citacionalidade* derridianas, que podem produzir a violência linguística, conforme discutido por Silva e Alencar (2014).

Desse modo, as noções de *contexto* e de *força ilocucinária* passaram a ter lugares de destaque em nosso percurso de pesquisa. Nesse sentido, na busca de um aporte teórico que satisfizesse nossas necessidades, logo ficou-nos claro que teorizações sobre o fenômeno do contexto que o reduzissem a condições espaço-temporais imediatas nas quais as situações de interação se dão não satisfariam nosso empreendimento analítico. De forma análoga a esta, propostas que tomassem o contexto como um adensamento histórico e social no qual os falantes se inscreveriam mediante suas produções discursivas também seriam incompletas para pensar o problema da violência transfóbica na linguagem.

Nesse sentido, reconhecemos, nas concepções de contexto advindas da Linguística Antropológica e da Sociolinguística Interacional, um encaminhamento teórico que tornaria viável nossa análise, uma vez que estas poderiam fornecer-nos um instrumental metodológico e analítico que nos subsidiasse o trato com a materialidade linguístico-discursiva dos AFTs presentes nos comentários. Assim, tomando as noções de *contexto como um evento produzido no curso da interação* como em Duranti e Goodwin (1992), de *processos de contextualização* conforme Hanks (2008), a ideia de *pistas de contextualização* em Gumperz (1982) e de *indexicalidade* de Silvestrein (1993), assumimos uma visão integracionista de contexto, na qual este é visto como um todo complexo, construído durante o curso da interação, mediante a integração de construtos mais estáveis, sócio-históricos e ideologicamente estabelecidos. Dessa visada, passamos a pensar em *continuums* de contextualização, nos quais os contextos de micro e de macronível são integrados mediante o trabalho interacional na produção de pistas que realizam processos de contextualização, os quais ocorrem graças ao potencial indexical do qual os signos em uso são dotados.

Tendo posto as bases filosóficas e epistemológicas que fundamentam nossa concepção linguístico-discursiva em nova Pragmática, no capítulo 2, intitulado (*Trans*) *Contextos: de onde vem a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos*, realizamos uma incursão pelas perspectivas pós-estruturalistas (ou desconstrucionistas), pós-identitárias e descoloniais em torno das questões de gênero e sexualidade, a fim de compreender o modo pelo qual significados violentos são culturalmente gestados e, assim, passam a estar disponíveis, enquanto contextos indexáveis, a fim de conferir força ilocucionária a atos de fala transfóbicos, como os que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Desse modo, buscamos lançar algumas luzes sobre questões relativas às discussões sobre identidade, sexo, gênero, identidade de gênero, transexualidade, cisgeneridade, transfobia, abjeção, matriz sexo-gênero e cisheteronormatividade.

Partindo da premissa de que identidades não são realidades essenciais ou mesmo estáveis, como proposto por autores como Hall (2007), Louro (2000), Butler (1997), pusemo-nos a trilhar um caminho a fim de compreender as dinâmicas históricas, sociais e ideológicas implicadas na produção de identificações de gênero e sexualidade como culturalmente situadas. Dessa visada, tornaram-se salientes as questões de poder, controle, disciplina, docilização, normatização, dispositivos e tecnologias as quais foram discutidas à luz dos trabalhos de Michel Foucault (1986; 1987; 1988; 2000; 2008; 2009).

Desse modo, segundo a lógica de produção de corpos, sexos e gênero, segundo como nos aponta Butler (2003, p. 201), “o fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de feminilidades ou masculinidades verdadeiras permanentes ou verdadeiras” são também produzidas, como integrantes de um jogo que quer escamotear o caráter performativo do gênero e das “possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e na heterossexualidade compulsória.”

É justamente nesse ponto que a questão da transfobia, como dispositivo de uma matriz de sexo-gênero cisheteronormativa, é discutida. Assim, passamos a compreender que a violência transfóbica não é um dado caótico perdido na multidão de violências a que todos estão sujeitos, mas esta é um dispositivo que visa ferir, subalternizar e invisibilizar esses corpos e identidades desviantes que põem em xeque o efeito de estabilidade e o efeito de verdade produzidos pela cisheteronorma.

Dessa compreensão de que as identidades são realidades contextuais e produzidas sócio-historicamente e de que o potencial performativo do corpo, do gênero e das sexualidades é alvo de coerção social e de violência, apresentamos (a partir de um contato prévio com o *corpus* constituído e mediante as discussões teóricas levantadas) alguns contextos nos quais, segundo nossa hipótese, a transfobia é exercida com vistas à produção de vidas aceitáveis, viáveis e inteligíveis. Como frutos dessas dinâmicas, certamente por seu caráter transgressor, as travestilidades e transexualidades são

vitimadas, relegadas a uma condição não-humana, abjeta, coisificada e, por isso, violentável.

Os contextos socioculturais inscritos em uma série de práticas sociais marcados pela transfobia, os quais são (re) estabelecidos de forma indexical pelas pistas de contextualização em funcionamento nos atos de fala analisados, são, grosso modo, aqueles relativos às práticas sociodiscursivas nas quais pessoas trans são relegadas a condições de abjeção, como procedimento normatizador e disciplinarizador de sua identificação em transgressão à gramática do gênero inteligível (a cissexualidade compulsória) numa sociedade patriarcal como a nossa.

A essa altura de empreendimento teórico realizado, procedemos a discussões em torno dos contextos levantados em nossa hipótese: os de abjeção, os médico-científicos, os religiosos, os relativos à colonialidade e os do *continuum* das violências. Ao fim das discussões sobre tais questões, procedemos a reflexões em torno da violência realizada no ciberespaço, seus limites com o dito “real” (como não digital) e seu potencial infundável e indeterminável de “machucabilidade”, haja vista as condições das quais o uso da linguagem goza na ciberrealidade, como arena cultural e de produção do humano.

Uma vez tendo sido contempladas as discussões de caráter teórico deste trabalho, no capítulo 3, *Aspectos metodológicos e contextualização da pesquisa*, nos engajamos em apresentar as perspectivas metodológicas apresentadas para a realização desta investigação. Inicialmente, tendo em vista os paradigmas de pesquisa existentes, filiamos-nos ao paradigma interpretativista, mediante uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Tal opção justifica-se pelo fato de, em nosso intento analítico, nos interessarmos, grosso modo, pelo desvelamento de significações sociais atribuídas ao mundo que são produzidas através da linguagem, as quais só existem se considerarmos a inteligibilidade individual de cada significado no interior de práticas situadas, conforme aponta Moita Lopes (1994).

Mediante a natureza do *corpus* escolhido, comentários *online* numa página de notícias, procedemos aos processos de constituição da amostra analisada, conforme descrito no Quadro 2 e no Quadro 3, presentes no capítulo 3. Em linhas gerais, fizemos dois processos de refinamento: *a)* a seleção, dentre os 1.064 comentários que as três matérias (descritas no Quadro 1) receberam, daqueles que exerciam expressamente a

transfobia, ou seja, aqueles nos quais os comentadores se valiam da identidade trans de Viviany Belebony para exercer a violência na linguagem e *b)* a seleção de uma amostra representativa para análise qualitativa. Desse modo, foram submetidos à análise 17 comentários nos quais foram identificados AFTs.

Uma vez constituído o *corpus*, tendo em vista as posições teóricas já discutidas, descrevemos os procedimentos básicos para a análise pragmática dos AFTs identificados nos comentários *online*. Com vistas a desvelar os procedimentos linguístico-discursivos em funcionamento na produção da violência transfóbica na linguagem, elegemos como categorias de análise, as quais se mostraram produtivas:

- a)* escolhas lexicais nos processos de designação, (re) nomeação e adjetivação;
- b)* escolhas sintático-semânticas nos processos de predicação;
- c)* escolhas de estilo e marcas conversacionais;
- d)* escolhas textuais-discursivas em processos de intertextualidade e de interdiscursividade.

Tendo em vista a natureza qualitativa e exploratória desta pesquisa, como já referido e justificado aqui, as categorias de análise constituídas foram acionadas mediante a demanda apresentada pelas realizações de linguagem nos AFTs analisados. Nesse sentido, ressaltamos que não foi nosso intuito aplicar todas as categorias a cada comentário *online* analisado, mas fazê-lo mediante a saliência pragmática que cada elemento linguístico-discursivo acionou durante o manejo analítico do *corpus*.

Desse modo, no capítulo 4, sob o título *Analisando atos de fala transfóbicos: contextos indexados e efeitos (meta) pragmáticos*, realizamos as análises dos atos de fala presentes nos 17 comentários selecionados, segundo os critérios metodológicos aqui descritos, com vistas a perseguirmos os objetivos que figuram no horizonte deste trabalho, mediante a possibilidade de comprovação ou refutação da hipótese estabelecida para esta pesquisa. Em termos de organização, as análises realizadas foram dispostas em quatro subseções, organizadas a partir do tipo de contexto que os AFTs indexavam com vistas à produção de sua força ilocucionária.

Na seção 4.1, intitulada “*Ratazana de bueiro*”, “*lixo humano*”, “*meto a xiba nela*”: *contextos de abjeção*, observamos o modo como, por meio de pistas de contextualização, as vidas trans são significadas não apenas como indesejáveis, mas, ameaçadoras, não à saúde e à higiene, como as ratazanas, mas às normas de gênero vigentes. Por isso, assim como aquelas, quando ousam deixar seu lugar de origem, o bueiro, o esgoto, o depósito subterrâneo de detritos e inutilidades socialmente desprezíveis, são alvo de extermínio. Ademais, nas pistas de contextualização analisadas, corpos de mulheres trans são vistos sempre como hipersexualizados, promíscuos, lascivos e sempre objetivamente disponíveis, prostituíveis, a partir de um horizonte no qual seria a prostituição o signo máximo de indignidade. Assim, a força ilocucionária que torna o ato de fala capaz de operar a violência advém dos contextos de abjeção aos quais as pessoas trans são social e historicamente relegadas. Tais contextos aparecem indexados por processos de contextualização como as sucessivas *renomeações* às quais o comentador recorre para *designar* Viviany Beleboni.

Em “*Não serão mil cirurgias e mil hormônios que mudarão isso...*”: *contextos médico-científicos*, seção 4.2, a violência transfóbica na linguagem é performativizada, grosso modo, por meio da inviabilização social da identidade de gênero transexual, marcada tanto na negação explícita da designação das mulheres trans no feminino gramatical, sob alegações essencialistas, quanto no questionamento da legitimidade de tais identidades por estarem, supostamente em conflito com as atribuições corporais e genéticas, numa perspectiva biologicista e positivista, amplamente veiculada nos saberes-poderes médico-científicos em torno das questões de corpo, sexo e gênero. Desse modo, a força ilocucionária produzida pelas pistas de contextualização analisadas nessa seção advém da indexação de contexto médico-científicos, e de seus discursos cristalizados acerca do que seja um corpo sexuado, como índice de pertencimento a uma dada categoria humana, atrelada, compulsoriamente, a um “sexo”, dito, biológico e presentificado no corpo pelo atendimento a uma série de descrições anatômicas e fisiológicas.

Na seção 4.3, “*Maldição humana*”, “*obra de satanás*”, “*que saudade da santa inquisição!*”: *contextos religiosos*, vemos que, em atendimento às regras que governam os *jogos de linguagem* dos atos de fala que realizam a transfobia, os quais encontram nos discursos religiosos a origem de sua força ilocucionária, os comentadores lançam mão de processos de contextualização que, por meio das *escolhas textuais-discursivas* efetuadas

em procedimentos de intertextualidade e interdiscursividade, produzem, no discurso, os corpos e as identidades trans como realidades ligadas à transgressão da moral hegemônica, à maldição e condenação divinas e à demonização como signo de sua alteridade fundamental em relação ao que seja a ordem do divino.

Em 4.4, “*O cidadão, ‘Viviany Beleboni’ vai ficar impune?*”: *contextos de colonialidade*, a análise dos processos de contextualização que acionam os contextos dos quais emerge a força ilocucionária, nos atos de fala analisados, apontou que a violência transfóbica assume um caráter de colonialidade, ou melhor, esta funciona como um dispositivo multifacetado que visa reproduzir as relações de dominação. Assim, a seleção lexical em funcionamento nos processos de nomeação e adjetivação analisados produz contextos nos quais é estabelecida uma relação de binarismos excludentes própria dos dispositivos de colonialidade, como é o caso da transfobia. De um lado aqueles (as) que, por estarem dentro das normas de gênero inteligíveis para o projeto de nação colonial (a cissexualidade compulsória), são posicionados contextualmente dentro da sociedade e, em diâmetro oposto, aqueles (as) que, por se constituírem como sujeitos em conflito com tais normas, insurgindo-se contra os dispositivos de colonialidade, são situados numa zona marginal à sociedade, como abjetos, como não-cidadãos.

Por fim, em 4.5, “*Enfia uma tora de madeira bem grande, até rasgar tudo...*”: *contextos do continuum das violências*”, vemos, grosso modo, como atos que performatizam a violência na linguagem, em algumas de suas realizações, se valem, citacionalmente, do caráter iterativo de outros atos violentos codificados em outros contextos, os quais, uma vez indexados nesses atos de fala conferem-lhes a força de ferir, tornam-se inteligíveis como violência efetiva perpetrada contra pessoas trans. Tal lógica é produzida pelas pistas de contextualização relativas à seleção lexical, em funcionamento nos processos de nomeação, os quais realizam a violência transfóbica no discurso.

Em linhas gerais, tendo em vista o percurso teórico e analítico empreendido neste trabalho, podemos afirmar que nossa hipótese de pesquisa foi confirmada mediante o desvelamento dos mecanismos (meta) pragmáticos em funcionamento no (re) estabelecimento de contextos indexados pelas pistas de contextualização, em funcionamento nos AFTs que compuseram o *corpus* analisado. Ademais, consideramos os objetivos desta pesquisa atingidos, uma vez que o trabalho realizado nos permitiu ampliar os desdobramentos teóricos no que tange aos estudos emergentes na interface

Estudos de Gênero/Estudos da Linguagem, em perspectiva performativa, sobretudo no que diz respeito a uma maior clareza na compreensão do modo (linguístico-discursivo) pelo qual a linguagem pode ferir.

Ademais, os achados de nosso trabalho de análise de atos de fala em contexto de violência de gênero, especificamente, de transfobia, revelou-nos uma faceta bastante produtiva da violência linguística: seu alto potencial na construção de identidades sociodiscursivas (AQUINO, 2017) em situações de interação. Conforme discutido no capítulo 4 deste trabalho, ao produzir um discurso violento, os interactantes, por meio de marcas linguístico-discursivas (como as diferentes pistas de contextualização utilizadas e nesta pesquisa), posicionam a si mesmos e aos seus interlocutores no interior dos contextos (re) estabelecidos na interação em curso. Se, por um lado, tal dado corrobora a noção de que identidade é performativa e se constrói por meio de práticas discursivas várias, também nos mostra uma nova direção: pensar que violentar nem sempre é destruir/obliterar sentidos sobre sujeitos.

No caso da transfobia na linguagem, parece-nos que este é um dos modos “convencionais e rituais” nos quais esta violência se dá: a produção, no discurso, de identidades abjetas para pessoas trans. Quanto aos significados sociais dos quais lançam mão os agressores, a fim de conferir força ilocucionária a tais atos de fala violentos, estes advêm dos diversos contextos sociais nos quais a transfobia impera de modo legitimado, como norma, dogma ou verdade científica. Tal constatação torna-se bastante aparente quando analisamos, no interior de quais práticas sociais, indexadas pelas pistas de contextualização, os agressores constroem, discursivamente, suas identidades.

Desse modo, consideramos um horizonte produtivo para o avanço deste trabalho uma abordagem mais detida e ampliada das questões em torno das relações entre a violência linguística e a produção de identidades sociodiscursivas (AQUINO, 2017) para agressores e vítimas, mediante a investigação dos procedimentos linguístico-discursivos em jogo na produção e na negociação dos processos de contextualização. Uma análise dessa natureza ganha particular relevância, sobretudo, pela possibilidade de contribuição (ao revelar identidades em jogo) na elucidação de dilemas instaurados em situações nos quais se precisa avaliar as conotações ético-políticas de determinados atos de fala (graus de responsabilidade sobre esses), a exemplo dos duelos no âmbito jurídico em torno dos limites entre “discurso de ódio” e “liberdade de expressão”; “injúria racial” e “racismo”.

Nessa direção, inscrevendo-se junto a trabalhos que têm sido realizados na nova perspectiva crítica, contra-hegemônica e social em Pragmática, esta pesquisa fornece dados analíticos, bem como um caminho metodológico, para futuros pesquisadores que desejem avançar na investigação de fenômenos de linguagem de natureza semelhante aos aqui estudados. Nesse sentido, a *Amostra Linguagem e Transfobia no Ciberespaço*, a qual fora constituída por nós no curso desta pesquisa, segundo os critérios descritos no capítulo 3 deste trabalho, fica à disposição da comunidade acadêmica, uma vez que reconhecemos as inúmeras possibilidades de desdobramentos analíticos ainda carentes de investigação.

Nessa direção, em ressonância às vozes de estudos como os de Rajagopalan (2006) e de Moita Lopes (2006), este trabalho visou corresponder ao imperativo ético e político que se impõe sobre nós, pesquisadores das diferentes vertentes e paradigmas no campo dos estudos da linguagem: a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que partam da realidade social das comunidades humanas e que possam oferecer a estas algum tipo de contribuição prática para a superação de dilemas sociais que as atingem, de diferentes ordens e abrangências.

Pensamos, ainda, que em relação à referida responsabilidade sociopolítica frente ao problema da transfobia, este trabalho pode colaborar para abrir um espaço profícuo de discussão, em termos teórico-metodológicos e temáticos, no que tange ao engajamento político de pesquisas em linguística que visem, de seu horizonte epistemológico, oferecer contribuições para a desnaturalização da produção de significados transfóbicos e a reafirmação das implicações ético-políticas daquilo que fazemos por meio da linguagem, mas mais diversas práticas sociais.

Nesse sentido, tornando aparentes os dispositivos da matriz cisheteronormativa – nos contextos da abjeção, da religião, dos saberes-poderes médico-científicos, dos dispositivos de colonialidade e do *continuum* das violências – inscritos nos “jogos de linguagem” e nos *habutis* linguísticos de práticas sociais situadas mediadas pela linguagem, um trabalho dessa natureza pode servir como subsídio ao empoderamento de pessoas trans com vistas ao enfrentamento de situações de violência, ao esclarecimento da sociedade civil por meio da transferência de conhecimento, da sensibilização de novos pesquisadores por meio da divulgação científica e da promoção de ações no âmbito da elaboração de políticas públicas em Educação e da docência em Educação em Gênero e Direitos Humanos.

Desse horizonte, como desdobramentos acadêmicos desta pesquisa, algumas ações já foram realizadas, tais como:

- ✓ a comunicação oral *A performatividade na linguagem e a naturalização das violências nas redes sociais: uma abordagem pragmática*, apresentada no *Jornada Itinerante do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, em junho de 2017;
- ✓ o minicurso *Linguagem, violência e identidades abjetas: a transfobia no ciberespaço*, ministrado no I Seminário de Educação e Gênero da Faculdade de Negócios de Sergipe (FANESE), em junho de 2017;
- ✓ o capítulo intitulado *Atos de fala e performatividade: trajetória teórico-metodológica rumo a uma visada social em Pragmática*, publicado no livro *Linguística e Literatura: confluências e desafios*, volume 5, organizado pelas professoras Dr. Geralda de Oliveira Santos Lima e Dr. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho e publicado pela Editora Criação, Aracaju-SE.
- ✓ a organização, em andamento, da coleção de livros *Questões de Linguagem e Sociedade: contribuições dos estudos da linguagem para o enfrentamento de problemas sociais contemporâneos*, composta de trabalhos de colegas de diversas áreas e instituições, a ser publicada pela Editora Criação em setembro de 2017.

Assim, somadas a essas contribuições estão inúmeras e enriquecedoras possibilidades de interlocução as quais essa pesquisa nos proporcionou, junto às pessoas trans, aos movimentos sociais e organizações não-governamentais que militam pela cidadania dessa população; junto a alunos curiosos e professores; a colegas de diversas áreas da linguística e de outras áreas das ciências; da UFS e de outras instituições; em aulas, eventos e corredores. Enfim, a concepção, a realização e a “finalização” desta pesquisa foram, sem sombra de dúvidas, uma grande oportunidade de (des) aprendizagens, enquanto forma de engajamento político, teórico e, acima de tudo, humano.

No influxo de tudo que fora discutido até aqui, vimos confirmada a concepção performativa de linguagem validada neste trabalho, segundo a qual o uso da linguagem tem o potencial de produzir as realidades as quais enuncia, numa dinâmica dialética segundo a qual os discursos tanto refletem quanto refratam a prática social na qual esta está inserida. Desse modo, governada por regras de inteligibilidade culturalmente compartilhadas nos mais diversos jogos, a linguagem em funcionamento, segundo o *habitus* linguístico específico de cada situação de interação, opera mediante o (re) estabelecimento de contextos, graças ao seu potencial citacional e iterativo. Desse visada, a linguagem-em-uso ganha particular importância na manutenção/superação de desigualdades e violências baseadas em classe, raça, nacionalidade, gênero, sexualidade, dentre outros fatores sociais.

Desse modo, concluímos que a adoção desta noção de linguagem torna, de modo particular, o fazer teórico e analítico em pesquisa científica um instrumento político potencialmente eficaz no enfrentamento dos desafios que emergem de tais cenários, tanto pela possibilidade de desnaturalização de significados violentos atribuídos a grupos minoritários (como as pessoas trans), quanto pelo subsídio que este pode oferecer a ações engajadas no campo da Educação, bem como na elaboração de políticas públicas que visem ao combate de tais flagelos sociais.

REFERÊNCIAS

A CONCENTRAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO – Marilena Chauí. São Paulo, CPFLCultura, 2010. 1:47:51 minutos. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=X5d1TBpXrq0>. Acessado em dezembro de 2016.

ALENCAR, Claudiana Ferreira de. FERREIRA, Dina Maria Martins. Por uma ‘Nova Pragmática emancipatória’. *Trabalhos de Linguística Aplicada*. n. 52.2, p. 271 – 285, jul/dez 2013.

_____. _____. Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na nova pragmática do hemisfério sul. *D.E.L.T.A.*. n. 32.3, p. 613 – 632, 2016.

_____. Identidade e Poder: reflexões sobre a linguística crítica. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Martins (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

_____. *Pragmática da exclusão: a teoria dos atos de fala por Searle e outras confusões formalizantes*. In: FREITAS, Alice Cunha de (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas: IEL, 1990.

ALTHUSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

AQUINO, Zilda Gaspar de. *Interação e conflito no discurso oral*. Linha d'Água, n. especial, jan. 2000, p. 11-23.

ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. Trad. Márcio Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

AYER, Flávia. BOTTREL, Fred. O massacre de Dandara em Palmares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 de mar. de 2017. <<http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852956/travesti-dandara-morre-em-fortaleza-video-mostra-execucao.shtml>> Acessado em: 12 de março de 2017.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BALESTRINNI, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, pp. 89-117, mai – ago de 2013.

BAR-HILLEL, Y. 1982. Expressões indiciais. In: M. DASCAL (Org.), *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. IV, Pragmática, Campinas, Ed. do Autor, p. 23-49.

BARONAS, Roberto Loiser. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pechêux: notas de leitura para a discussão. In: *Seminário em Análise do Discurso*, V, 2011, Porto Alegre, Anais, 2011, s/p.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. In: COUPLAND, N. JAWORSKI, A. (orgs.) *The new sociolinguistics reader*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 607 – 14.

BAUMAN, Z. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BARTON, David. LEE, Carmem. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Trad. Milton Camargo Mota. - 1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARROS, Francisco Dirceu de. Estudo completo do feminicídio. *Editora Impetus*. 13 de abr. de 2015. <<http://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-femicidio>> Acessado em: 12 de março de 2017.]

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 36 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

BENTES, Anna Christina. REZENDE, Renato Cabral. Texto: conceitos, questões e fronteiras (com) textuais. In: SIGNORINI, Inez. (org.) *(Re) discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, 19 – 46.

BENTO, Berenice. *A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERTUCCI, Roberlei Alves.; NUNES, Paula Ávila. Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. *Domínios de Linguagem*. v. 11, n. 2ª, p. 1 – 26, 2017.

BEZERRA, Benedito G. *Gêneros introdutórios em livros acadêmicos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BÍBLIA ONLINE. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/> (Acessado em 10/06/2017)

BLOMMAERT, Jan. *Discourse. A Critical Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____, Jan. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BORBA, Rodrigo. *Linguística Queer – por uma perspectiva pós-indentitária nos estudos da linguagem*. Revista Entrelinhas, vol. 2, n. 1, jan/jun, 2015, em: revistas.unisinos.br.

_____, Rodrigo; OSTERMANN, Ana. Do bodies matter? Travestis' embodiment of (trans)gender identity through the manipulation of the Brazilian Portuguese grammatical gender system. *Language and Gender*, v. 1, n. 1, p. 131-147, 2007.

_____, Rodrigo; OSTERMANN, Ana. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 409-432, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____, *Linguagem e poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Difusão Editorial, 1989.

BRIGATTE, Raquel. Pistas de contextualização na sinalização do jogo de enquadres em uma situação de conflito. *Caderno Seminal Digital*, Ano 15, nº 11, v. 11, jan./jun., 2009.

BROWN, Paul. LEVINSON, Stephen. *Politeness: Some language universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. Trad. Thomas Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belho Horizonte: Autêntica. 2 ed., 2000.

_____, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997a.

_____, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 1997.

_____, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Débora. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e a construção da masculinidade heterossexual (1998). In: OSTERMANN, Ana Cristina. FONTANA, Beatriz (Orgs). *Linguagem, gênero e sexualidade – clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARNAP, Rudolf. *The Logical Syntax of Language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1937.

CARRARA, Sérgio. VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v.1. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Lorena Gomes Freitas. *O gênero meme: uma análise referencial de textos multimodais*. São Cristóvão, 2015, 84f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

COHEN, Cath J. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens – The Radical Potential of Queer Politics?, *GLQ*, v. 3, p. 437 – 465, 1997.

CORDIOLI, Cris. Viviany Beleboni, a transexual que desfilou "crucificada", desabafa: representei a dor de quem morre por homofobia. Na ponta da língua. 11 de junho de 2015. <<http://wp.clicrbs.com.br/napontadalingua/2015/06/11/viviany-beleboni-a-transexual-que-desfilou-crucificada-desabafa-representei-a-dor-de-quem-morre-por-homofobia/?topo=5>> Acessado em: 05 de março de 2017.

COSTA, Sérgio. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

COUTO, Edvaldo Souza. O homem-satélite. 1998. 278f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento, contexto. In: DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991b, p. 349-373.

_____, Jaques. *Limited Inc*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991a.

DURANTI, A.; GOODWIN, C. (eds.) *Rethinking context*. Language as an interactive phenomenon. Studies in the social and cultural foundations of language n. 11. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

FABRÍCIO, Branca Falabela. Transcontextos educacionais: gêneros, sexualidades e trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, Daniel do Nascimento e. ALENCAR, Claudiana Nogueira de. FERREIRA, Dina Maria Martins de (orgs). *Nova Pragmática – Modos de Fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 145 – 189.

FAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Ruberval. RAJAGOPALAN, Kanavillil. (orgs.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

FLIKE, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969].

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1976].

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal. 1986.

_____. *Tecnologías Del yo y otros textos afines*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 69-78.

_____. *Em defesa da sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Volume XXI (1927-1931). Traduzido do alemão e do inglês, sob direção de Jayme Salomão. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1996 [1930].

GAUER, Ruth Chittó. *Fenomenologia da violência*. Curitiba: Juruá, 2003.

GOELLNER, Silvana Vildore. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jeane. _____. (orgs.) *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 30-42.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.) *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOI, Christian Justino de. GODOI, Christian. *Celular: representações da desigualdade na mobilidade*. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOODWIN, C; GOODWIN, M. H. Assessments and the construction of context. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (eds.) *Rethinking context*. Language as an interactive phenomenon. Studies in the social and cultural foundations of language n. 11. Cambridge: Cambridge University Press. 1992, p. 147-219.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. v. IV. Campinas, 1982 [1977].

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T e GARCEZ, P. M. (Orgs) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Age, 1998 [1982].

_____. Entrevista com John Gumperz. In: PEREIRA, M. G. D. GARCEZ, P. M. (Orgs. e Eds.). *Palavra*. v. 8. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.

_____. Sociocultural knowlege in conversational inference. In: JAWORSKI e COUPLAND, N. *The discourse reader*. Routledge: London. Response essay. Reply to questions and comments on answers to an interview. In: PREVIGNANO, C. E THIBAUT, P. Filadélfia: John Benjamins, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.

HANKS, William F. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Organização: Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado; revisão técnica: Anna Christina Bentes, Maurizio Gnerre. – São Paulo: Cortez, 2008.

HEBERLE, Viviane Maria, OSTERMANN, Ana Cristina & FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (org.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ILARI, Rodolfo. *O que fazer quando '2+3' não é igual a '3+2': a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 13, p. 97-105, 1987.

JESUS, J. G. de. *Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária*. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

KOCH, Ingedore. ELIAS, Vanda. O texto na linguística textual. In: BATISTA, Rodrigo de Oliveira. (org.). *O texto e seus contextos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, 31 – 44.

LEITE, André. SANTOS, Claudiene. *Cartografias Trans: mapas sobre a apropriação médica das transexualidades*. *Clínica & Cultura*, v.5, n.1, 50-64, jan-jun, 2016.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2005.

LIMA, Geralda Oliveira Silva. *O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre lampião*. Campinas, 2007, 340f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

LUGONES, M. *Colonialidad y Género*. *Tabula Rasa*, 9, 2008, p. 73-101.

MAHMOOD, Saba. Religious signs in a secular age: communicating across religious divides? *Workshop at the secularism and secularism by the Social Science Research Council*, 2007, p. 12-14.

MARCONDES, Danilo. Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem. *Filosofia Unisinos*, vol. 7, n. 3, 2006, em: revistas.unisinos.br.

_____. *Texto básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Produção de texto, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Cortez, 2009.

MEY, Jacob. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Sequencialidade, contexto e forma linguística. In: SILVA, Daniel N.; FERREIRA, Dina M. N.; ALENCAR, Claudiana F. Tradução: Ive Brunelli. *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 129 – 144.

_____. *Whose language? A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. Origens históricas da Teoria *Queer*. In: _____, *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 21-35.

MOITA LOPES, Luís Paulo da. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *Revista Delta*, v. 1, n. 2, 1994.

_____, (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____, Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 159-171, 1º sem. 2004.

MONDADA, L. DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODEIGUES, B.; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MOTT, Luiz; ALMEIDA, Claudio; CERQUEIRA, Marcelo. *Epidemia do ódio 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010*. Disponível em <[http://www.ggb.org.br/ Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html](http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html)> . Acesso em: 29 mar. 2015.

NASCIMENTO, Paulo. Foucault e o cristianismo. *Psicologia e Religião*. <<http://psiqueereligiao.blogspot.com.br/2011/03/foucault-e-o-cristianismo.html>> (Acessado em 01 de março de 2017).

NASCIMENTPO, Jaqueline dos Santos. *Relações de sexo/gênero e polidez linguística na fala de universitários de Lagarto/SE*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2016.

OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *D.E.L.T.A.* vol. 18, n. 1, 2002, p. 117-183.

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões de pesquisa. *Textos & Contextos*, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, Celso.; BESSA, Décio. & PEREIRA, Aline Santos. *Estudos linguísticos e formação docente*. Campinas: Pontes Editorial, 2016.

PINTO, Joana Plaza. BADAN, Suzana Costa. Feminismo e as identidades no cerne da pesquisa. *Calidoscópio*. vol. 10, n. 2, p. 133-139, mai/ago 2012.

_____. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade. *D.E.L.T.A*, 23:1, p. 1 - 26, 2007.

_____. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 2. São Paulo: Cortez, 2009.

POCAHY, F. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexual e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. In: _____. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trad. Jones de Freitas. Rev. técnica Sonia Corrêa e Angela Collet. Yogyakarta/Indonésia, 2007.

QUEIROZ, Taya Carneiro Silva de. *Montação os usos da moda na comunicação da identidade de gênero de travestis e mulheres transexuais*. 2016. 125f. Monografia (Comunicação Organizacional). Departamento de Comunicação Organizacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p.227-278, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. On Searle [on Austin] on Language. *Language and Communication*. n. 20, 2000, p. 347- 391.

_____. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

REIS, Simone. EGIDO, Ontologia, epistemologia e ética como determinantes metodológicos em estudos da linguagem. In: REIS, S. (Org). *História, políticas e ética na área profissional da linguagem*. Londrina: Eduel, 2014.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

ROCHA, Z. *Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII*. Recife: UFPE, 1996. p. 10.

RODRIGUES, Paulo César Cabral. *Atos de fala e ideologia – a violência linguística no discurso da revista veja sobre as favelas*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A. & JEFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. *Language*, n. 52, 1974, 361 – 368.

SANTANA, Isabela Marília. *O acordo retórico e a construção textual da persuasão: o discurso político*. São Cristóvão, 2015, 93f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SANTOS, Caio César Costa. *Bons tempos aqueles: implicações na extensão do campo dêitico*. São Cristóvão, 2014, 100f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. *A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em Linguística Queer*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SANTOS, Jorge Henrique Vieira. *Polidez e inclusão: o “ser” e o “parecer” no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola*. 2012. Dissertação (mestrado em Letras). – São Cristóvão, 2012.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Between mirco and macro: contexts and other connections. In: ALEXANDER, J. C.; GEISEN, B. R. M. & SMELSER, N. J. (orgs.) *The micro-macro link*. Berkeley: University of California Press, 1987, p. 207-234.

SEARLE, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SERANO, J. *Whipping Girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville, Califórnia: Seal Press, 2007.

SILVA, Daniel do Nascimento e. ALENCAR, Claudiana Nogueira de. A propósito da violência na linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos* vol. 55, n. 2, 2013. p. 129 – 146.

_____. FERREIRA, Dina Maria Martins de. Uma nova Pragmática para antigos problemas. In: SILVA, Daniel do Nascimento e. ALENCAR, Claudiana Nogueira de.

FERREIRA, Dina Maria Martins de (orgs). *Nova Pragmática – Modos de Fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 15-39.

_____, _____, _____. (orgs). *Nova Pragmática – Modos de Fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____, Daniel. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 67-84, jan./abr. 2014.

SILVESTREIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, J. (Org.) *Reflexive language: Reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1993, p. 33-58.

SIQUEIRA, S. O poder da Inquisição e a Inquisição como poder. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano I, n. 1. Dossiê Identidades Religiosas e História, 2010, s/p.

SOUSA, Gisella Meneguelli. Pistas de contextualização m negociações de contexto: uma análise linguística no contexto interacional fórum de discussão. *Vertentes & Interfaces II: Estudos Linguísticos e Aplicados*, v. 3 nº 2, jan./jun., 2011, 199-209.

SPERBER, Dan. WILSON, Deirdre. Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-269, 2005.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das "Pessoas Vivendo com HIV e AIDS". *Horizontes antropológicos*. [online]. 2002, vol.8, n.17, pp. 179-210. ISSN 0104-7183.

van DIJK, Teuan. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

van DIJK, Teuan. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008a.

van DIJK, Teuan. *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008b.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L. & VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-34.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. Trad. José Carlos Bruni In: Os Pensadores, São Paulo, Abril: 1975.

_____. Tractatus Logico-Philosophicus. London: Routledge & Kegan Paul, 1961 [1922].

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (orgs.) *Métodos del análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.

ANEXO A – MATÉRIA 1

Quarta-feira, 10/06/2015, às 09:22, por Yvonne Maggie

Cristo 'viralizou' - crucificação na Parada Gay, onda conservadora e ação no STF



Quarta-feira, 10/06/2015, às 09:22, por Yvonne Maggie

Cristo 'viralizou' - crucificação na Parada Gay, onda conservadora e ação no STF

Nos últimos dias a polêmica sobre o uso de símbolos religiosos para expressar críticas ampliou-se, exageradamente, em uma onda conservadora. Tudo começou com a marcha LGBT em São Paulo, no último domingo (7), quando uma linda e jovem mulher artista e transexual se apresentou como Cristo na cruz com seu corpo escultural manchado de sangue e os cabelos compridos e encaracolados protegendo de leve os seios. Um cristo mulher, um cristo representando o sofrimento e o protesto contra a homofobia.

A imagem é forte e não foi a primeira vez que apareceu em um movimento LGBT. Em 2013, na “Marcha das Vadias” no Rio de Janeiro, em pleno evento da Jornada Mundial da Juventude, algumas jovens nuas colocaram uma imagem de Cristo crucificado como um tapa-sexo.

O viral foi marcado por uma discussão no mínimo pouco saudável e muito pouco democrática. Mas o uso de símbolos religiosos no Brasil para expressar crítica não começou aí.

Lembro o evento carioca que foi um clássico: Joãosinho Trinta, carnavalesco da Beija-Flor de Nilópolis, fez, em 1989, um dos mais polêmicos carnavais do Rio com o enredo “Ratos e urubus larguem a minha fantasia”, homenageando os mendigos e falando sobre a reciclagem do lixo. A briga que comprou foi com a Arquidiocese do Rio quando apresentou o carro alegórico com o Cristo Redentor estilizado como mendigo. A Igreja Católica exerceu seu poder e proibiu a alegoria. Joãosinho deu a resposta e decidiu desfilar assim mesmo, cobrindo o Cristo com um plástico preto e com os dizeres: “Mesmo proibido, olhai por nós”.

Não havia internet, muito menos redes sociais. A genialidade do grande Joãosinho, com suas frases inesquecíveis como “O povo gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual”, desafiou o poder eclesiástico e a emenda saiu melhor do que o soneto

porque o povo delirou com aquele ato rebelde e ao mesmo tempo obediente. Hoje, talvez, o resultado fosse outro.

Lembrei-me de muitos exemplos mas vou citar apenas alguns, bastante significativos para mim. Um ano depois do famoso carnaval de Joãozinho, em 1990, Bezerra da Silva lançou o disco, “Não sou santo” cuja capa exibia o próprio Bezerra vestido de blusa listrada, com dois revólveres na cintura e outros dois nas mãos, como um malandro crucificado, tendo ao fundo uma favela. A música título é daquelas geniais do grande compositor a ilustração gerou enorme discussão.

Também é inesquecível a sequência extraordinária do filme “Gordos e Magros” de 1976, do grande Mario Carneiro, na qual Wilson Gray, como Cristo carregando a cruz, termina no alto do morro bebendo uma cachacinha.

E ainda o clássico, de 1962, “O pagador de promessas”. O filme começa em um terreiro de candomblé e relata o caso de um camponês que tenta pagar sua promessa levando a cruz que carrega por quilômetros para dentro de uma Igreja na Bahia. Tendo sido impedido pelo prelado e pela cúpula eclesiástica da cidade, arromba a porta fechada com cruz e tudo.

É também preciso não esquecer de “Deus e o diabo na terra do sol” de Glauber Rocha, que usa a simbologia católica e o cangaço, e mostra poeticamente a luta do bem contra o mal no País. Ser iconoclasta era um caminho difícil. O filme de 1964 só foi liberado pela censura pela intervenção quase impensável de um general que assistiu à sessão e reverenciou o grande cineasta.

Em tempo, o Supremo Tribunal Federal realizará no dia 15 de junho próximo uma audiência pública sobre o ensino religioso em escolas da rede oficial. O tema é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Procuradoria-Geral da República que contesta o ensino religioso confessional ministrado por religiosos. A ação afirma que em um Estado laico o ensino religioso deve se voltar para a história das várias religiões sob a perspectiva laica.

O caminho da onda do conservadorismo religioso pode estar sendo barrado pelos juízes da mais alta corte brasileira. Quem sabe?

Conforme: <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/cristo-viralizou-crucificacao-glb-onda-conservadora-e-acao-no-stf.html> Acessado em: 24/6/2017

ANEXO B – MATÉRIA 2

11/06/2015 15h49 - Atualizado em 11/06/2015 16h08

Bispos divulgam nota contra uso de imagens religiosas na Parada Gay

CNBB em SP diz que foram 'claras manifestações de desrespeito'.
Transexual 'crucificada' Viviany Belebony não foi citada na nota.

Carollina Dantas
Do G1 São Paulo



Manifestação na 19ª Parada do Orgulho LGBT (Foto: Reuters/Joaquim Castellano)

11/06/2015 15h49 - Atualizado em 11/06/2015 16h08

Bispos divulgam nota contra uso de imagens religiosas na Parada Gay

CNBB em SP diz que foram 'claras manifestações de desrespeito'. Transexual 'crucificada' Viviany Beleboni não foi citada na nota.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em São Paulo divulgou nota nesta quinta-feira (11) com posicionamento contrário ao uso de símbolos religiosos durante a 19ª Parada do Orgulho LGBT, realizada no último domingo (7).

A atriz Viviany Beleboni, de 26 anos, foi até o evento na capital paulista presa em uma cruz. Segundo a transexual “crucificada”, o ato foi realizado para “representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado”. Ela foi fotografada por João Castellano, da agência Reuters e a imagem viralizou nas redes sociais. Viviany chegou a receber ameaças de morte.

A nota, divulgada no site da conferência e no Facebook de dom Odilo Scherer, diz que foram “claras manifestações de desrespeito à consciência religiosa de nosso povo e ao símbolo da fé cristã, Jesus crucificado”. O texto também aponta que a “fé cristã e católica, e outras expressões de fé encontram defesa e guarida na Constituição Federal”.

A CNBB também expressou repúdio ao uso da imagem de Jesus na Parada Gay e apela “aos responsáveis pelo Poder Público, guardiães da Constituição e responsáveis pela ordem social e pelo estado democrático de direito, que defendam o direito agredido”.

A nota não cita diretamente o nome da transexual, mas a imagem de Viviany circulou pelas redes sociais e provocou até uma manifestação de deputados evangélicos e católicos na Câmara dos Deputados.

Além disso, durante esta semana diferentes fotos circularam nas redes sociais mostrando pessoas usando a imagem de Jesus Crucificado. Algumas delas, no entanto, não foram feitas na Parada Gay 2015.

Retrato de Viviany Beleboni, que desfilou crucificada na Parada Gay no último domingo (7) em São Paulo (Foto: Victor Moriyama/G1)

Scherer já havia se pronunciado na segunda-feira (8) sobre a fotografia de Castellano e o ato de Viviany em sua página no Facebook.

“Muitas pessoas me questionaram sobre a imagem de um transexual na cruz durante a Parada Gay. Entendo que quem sofre se sente como Jesus na cruz. Mas é preciso cuidar para não banalizar ou usar de maneira irreverente símbolos religiosos, em respeito à sensibilidade religiosa das pessoas. Se queremos respeito, devemos respeitar.”

Outras manifestações
O deputado federal e pastor Marco Feliciano se pronunciou nas redes sociais. Nesta terça-feira (9), ele gravou um vídeo argumentando contra o uso da imagem de Jesus pela transexual.

“Estou indignado com o que aconteceu ontem. Mas eles mostraram quem são, pagos com o dinheiro dos cofres públicos. Essas pessoas são intolerantes e me acusam daquilo do que eles fazem”, diz em trecho da gravação. “Também estou indignado por pegarem o símbolo da minha fé e terem exposto publicamente em um ato de completa falta de respeito. Estou falando de pessoas que acham que o direito deles é maior que o meu direito”, completa.

Feliciano lembrou o artigo 208 do Código Penal: "Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa".

Deputado Federal Marco Feliciano critica Parada Gay nas redes sociais (Foto: Reprodução/Facebook)

O deputado federal Jean Wyllys escreveu um texto na mesma rede social questionando as críticas contra Viviany. O político lembrou diferentes momentos em que a imagem de Jesus e outros símbolos religiosos foram utilizados para a criação artística. “Se é assim, então por que essa celeuma toda em torno da apropriação da iconografia da crucificação de Jesus feita por uma artista transexual na Parada LGBT de São Paulo?”, questionou.

"Ora, porque se trata de uma representação feita por um membro da comunidade LGBT! A celeuma - iniciada e estimulada por lideranças político-religiosas oportunistas, demagógicas e intelectualmente desonestas – tem, portanto, o objetivo claro de difamar lésbicas, gays, bissexuais e transexuais por meio da manipulação dos preconceitos anti-homossexuais históricos ainda arraigados no coração e na mente da maioria da população."

Teólogos explicam as polêmicas
 O teólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antônio Manzatto, não acha que o ato de Viviany chegou a desrespeitar o símbolo. Segundo ele, não há qualquer registro da Bíblia contrário ao uso da cruz. *"A cruz nem era um símbolo religioso quando a Bíblia foi escrita. Os símbolos foram criados ao longo dos anos"*, explica.

O teólogo da PUC-SP chama atenção para o que representa a imagem cruz. "Os símbolos religiosos se referem a uma situação. A cruz se refere aos abandonados e oprimidos. Se ela usou essa imagem para fazer a sociedade perceber a situação de dominação, está certa. As pessoas não enxergam isso e são elas que deram qualquer outro significado para aquele símbolo", disse.

"A questão do direito à igualdade é de todo o ser humano, independentemente de sua crença, raça ou opção sexual. Tem gente discutindo porque a pessoa está crucificada na Parada Gay e acaba mudando o foco do que é importante discutir. É mudar o foco para não discutir os direitos homossexuais. E assim fica a estrutura de dominação".

Outro teólogo, Jaldemir Vitório, presidente da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Soter), confirma a posição de Manzatto. "Não há registro", diz. "O que existe são leis criadas por cada País, como é o caso do Brasil, mas de qualquer forma não vi como um desrespeito à fé cristã. Quem garante que ela não usou a imagem de Jesus justamente para demonstrar sua fé? As pessoas enxergam o que querem", completa Vitório.

Manzatto acredita que, nas próprias palavras, o que "acontece é uma coisa muito natural" e "As pessoas pensam assim: 'o símbolo é meu e não quero que ninguém mexa com ele'".

Para Nelson Domingues, professor de teologia e psicólogo clínico, as pessoas são muito apegadas aos símbolos. “O símbolo é uma coisa que vem de fora. As pessoas se apegam muito à religiosidade e acabam esquecendo da coisa mais importante que Jesus ensinou: amar. O mais importante é o amor para o cristianismo. Entre o símbolo e o amor, é preciso ficar com o amor”, completa.

Para o teólogo, o ato de Viviany foi uma falta de respeito de fato. Mas ele diz que isso não deveria afetar tanto aqueles que creem em Jesus. “Vi que ela [Viviany] está sendo ameaçada de morte. Gente dizendo que vai cair fogo do céu na cabeça dela. A Bíblia que eu acredito não ensina o ser humano a ser assim”, completa.

Leia a íntegra da nota do Regional Sul 1 da CNBB:

MENSAGEM AOS CATÓLICOS E A TODOS OS CIDADÃOS

Nós, Bispos Católicos das Dioceses do Estado de São Paulo, reunidos na 78ª Assembleia do Regional Sul I da CNBB, diante dos acontecimentos da recente “parada gay 2015”, ocorrida na cidade de São Paulo, com claras manifestações de desrespeito à consciência religiosa de nosso povo e ao símbolo maior da fé cristã, Jesus crucificado, em nome da verdade que cremos, vimos através desta, como pastores do Povo de Deus:

- Afirmar que a fé cristã e católica, e outras expressões de fé encontram defesa e guarida na Constituição Federal: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (artigo 5º, inciso VI).

- Lembrar que todo ato de desrespeito a símbolos, orações, pessoas e liturgias das religiões constitui crime previsto no Código Penal: “escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso” (Art. 208 do Código Penal).

- Apelar aos responsáveis pelo Poder Público, guardiães da Constituição e responsáveis

pela ordem social e pelo estado democrático de direito, que defendam o direito agredido. Expressar nosso repúdio diante dos lamentáveis atos de desrespeito ocorridos; queremos contribuir com o bem-estar da sociedade, pois somos, por força do Evangelho, construtores e promotores da liberdade e da paz.

- Manifestar nossa estranheza ao constatar um evento, como citado seja autorizado e patrocinado pelo poder público, e utilizado para promover atos que afrontam claramente o estado de direito que a Constituição garante.

- Lembrar a todos as atitudes firmes do Papa Francisco quanto ao respeito pelo ser humano, aos mais pobres, aos mais simples, à religiosidade popular.

- Recordar aos católicos que a profanação de símbolos religiosos pede de nós um ato de desagravo e de satisfação religiosa, pela oração e pela penitência, pedindo ao Senhor Deus perdão pelos pecados cometidos e a conversão dos corações.

- Reafirmar, iluminados pelo Evangelho e conduzidos pelo Espírito Santo, nosso respeito a todas as pessoas, também a quem pensa diferente de nós. E convidamos os católicos e pessoas de boa vontade a contribuírem, em tudo, para a edificação da justiça e da paz, do respeito a Deus e ao próximo.

- Por fim, confirmamos nosso seguimento a Jesus Cristo e damos testemunho da beleza de nossa fé católica, na certeza de que, assim, contribuímos para o bem da sociedade, anunciando o que de melhor recebemos: Jesus Cristo crucificado, “força e sabedoria de Deus” (1Cor 1,23s), fonte de toda misericórdia.

Aparecida, 11 de junho de 2015.

Memória Litúrgica do Apóstolo São Barnabé

Dom Odilo Pedro Scherer

Presidente do Regional Sul I – CNBB

Dom Moacir Silva

Vice-Presidente do Regional Sul I – CNBB

Conforme: [http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/bispos-divulgam-nota-contra-
uso-de-imagens-religiosas-na-parada-gay.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/bispos-divulgam-nota-contra-
uso-de-imagens-religiosas-na-parada-gay.html). Acessado em 24/06/2017.

ANEXO C – MATÉRIA 3

21/05/2016 14h02 - Atualizado em 21/05/2016 17h40

Depoimento de transexual 'crucificada' sobre Parada Gay é adiado em SP

Viviany Beboni foi depor com apoio de militantes LGBTT e padre católico. Ela seria ouvida sobre desfile na Parada Gay 2015, quando foi 'crucificada'.

Willi Soares
Do G1 São Paulo



Militantes LGBTT vão à delegacia acompanhar depoimento de Viviany (Foto: Willi Soares/G1)

21/06/2016 14h02 - Atualizado em 21/06/2016 17h40

Depoimento de transexual 'crucificada' sobre Parada Gay é adiado em SP

Viviany Beleboni foi depor com apoio de militantes LGBTT e padre católico. Ela seria ouvida sobre desfile na Parada Gay 2015, quando foi 'crucificada'.

O depoimento da atriz transexual Viviany Beleboni, 27 anos, marcado para esta terça-feira (21), em São Paulo, foi adiado pela Polícia Civil. Ela havia sido intimada a prestar esclarecimentos sobre sua performance durante a Parada Gay de 2015 - quando desfilou crucificada - após a Associação das Igrejas Evangélicas de São Paulo mover, no ano passado, uma representação junto ao Ministério Público.

Viviany é acusada pela associação de ter violado o artigo 208 do Código Penal (Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso) e um inquérito policial foi instaurado para apurar a denúncia. O crime é punido com até um ano de detenção ou multa.

De acordo com a Polícia Civil, o depoimento da atriz foi adiado porque os autos do processo, que incluem fotos e o próprio pedido feito ao MP, ainda não retornaram do fórum. Como solicitado, Viviany compareceu ao 78º Distrito Policial, nos Jardins, na tarde desta terça-feira, mas foi informada de que será ouvida em uma nova data, ainda não definida.

Na saída da delegacia, a atriz se mostrou tranquila porque, segundo ela, não há provas. A transexual afirmou que muitas das fotos utilizadas para mover o processo sequer foram realmente tiradas durante a Parada Gay de 2015. "É uma distorção pra incitar o ódio da população. Por isso o Brasil é o país que mais mata LGBT".

Um grupo de cerca de dez militantes LGBTT foi até a frente da delegacia nesta terça para apoiar a atriz. O Padre Júlio Lancelotti, da Igreja Católica, foi outro a comparecer. Ele chegou ao local junto com Viviany e afirmou que estava atendendo a um pedido da própria trans. "Ela me solicitou uma orientação espiritual, um conforto, e eu atendi porque assistência espiritual não se nega a ninguém".

O padre questionou a denúncia da Associação das Igrejas Evangélicas de São Paulo: "A imagem de Jesus são as pessoas, não objetos. A imagem de Jesus é viva, tem coração que pulsa. A Viviany é a imagem de Jesus, como todos nós somos".

A transexual fez questão de agradecer o apoio de Lancelotti. "A religião foi feita pra unir, não separar as pessoas", acrescentou ela.

A militância LGBTTT presente esperava um grupo maior de manifestantes no local. O ato, marcado pelo Facebook, tinha a confirmação de presença de mais de 200 pessoas, mas, com os termômetros na casa dos 16°C na capital paulista, apenas cerca de dez apareceram.

Viviany lamentou o número e também o que chamou de desunião dentro do movimento LGBTTT. "Quando tem Parada LGBT, sempre tá cheio de gente, mas na hora de lutar por nossos direitos não aparece uma viva alma. É realmente vergonhoso", completou.

A drag queen Tchaka foi uma das poucas pessoas a marcar presença no ato. Para ela, a acusação contra atriz é uma "bobagem sem cabimento" e que a associação das igrejas não está representando "os evangélicos de bem".

Já o assessor parlamentar Agripino Magalhães, que também esteve no local, defende que a performance de Viviany na Parada Gay retratou "a realidade que os LGBTTT vivem no Brasil". "Nós somos crucificados todos os dias", disse ele.

Depoimento

De acordo com a advogada da atriz, Cristiane de Novais, se o relato que será dado por sua cliente provar-se suficiente para as autoridades, o caso deverá ser arquivado. Entretanto, se permanecerem dúvidas por parte do MP, a apuração seguirá em vigor, podendo precisar de novos depoimentos da atriz ou de terceiros.

"Não houve ato criminoso, não houve escárnio, não houve repúdio a atos religiosos, houve encenação, onde ela manifestou em uma representação as mortes e a violência contra o movimento LGBT", afirmou a defensora.

Ao G1, Viviany criticou o pedido da Associação de Igrejas Evangélicas e disse que "não vivemos em um estado laico". "Estamos vivendo em uma teocracia armada por pessoas vazias e que incitam o ódio distorcendo palavra e imagens. Tenho ânsia de certos políticos, pois o sangue de muitos está nas mãos deles pelos seus discursos de ódio, dignos de pena", disse.

Viviany também comentou a intimação em um post, publicado em sua página do Facebook, onde pediu o fim da "política com religião". "Se vocês acham, vou repetir de novo, acham, pensam, que vão me calar, estão perdendo o tempo de vocês. Lutarei até o fim por democracia, que não existe nesse país", escreveu.

Processos na Justiça

Viviany luta na Justiça contra e por processos iniciados em 2015, após sua performance na Parada Gay. No ano passado, ela abriu processo contra o Facebook para obrigar a rede social a identificar usuários que, após o desfile, publicaram montagens de fotos dela em meio a imagens de sexo explícito. Ela também abriu sete processos em que reivindica indenização por danos morais no valor total de R\$ 800 mil. Uma delas foi negada.

Em agosto de 2015, a atriz afirmou, em vídeo postado em sua página no Facebook, que foi agredida na noite do dia 8, perto da sua casa, no Centro de São Paulo. Ela disse que não registrou boletim de ocorrência porque não gostaria de ser "tratada como homem" pela polícia.

No vídeo, ela contou chorando que foi agredida por uma pessoa que "fala ser de Deus". "Estou com meu olho inchado, meu rosto cortado, meu nariz está inchado". Ao G1, Viviany disse que foi a primeira vez que foi agredida fisicamente depois da Parada Gay.

Fantasia de Bíblia

Embora a intimação recebida nesta terça refira-se à apresentação de Viviany na Parada do Orgulho LGBT de 2015, essa não foi a única vez que a atriz fez críticas à religião,

durante o evento. Na edição deste ano, ela subiu a um dos trios elétricos da parada vestindo uma representação da Bíblia. A fantasia também trazia as palavras "bancada evangélica" e "retrocesso", mirando nos deputados que a criticaram no ano passado por sua "crucificação".

O G1acompanhou toda a preparação da transexual para o desfile. Logo cedo, no apartamento onde ela mora, no Centro de São Paulo, começaram os preparativos: cabelos, maquiagem, botas, roupa. Lágrimas douradas foram pintadas em seu rosto. Uma balança, também dourada, fazia parte do adereço representando a Justiça.

À época do evento, Viviany disse não ter receio de causar repercussão negativa entre os religiosos com sua nova fantasia. "Não tenho medo, quem tem medo é covarde", afirmou. Segundo ela, o objetivo da fantasia foi mostrar como a bancada evangélica no Congresso Nacional impede projetos de lei em prol da comunidade LGBT e da identidade de gênero, tema da Parada Gay de 2016.

Conforme: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/depoimento-de-transexual-crucificada-sobre-parada-gay-e-adiado-em-sp.html>. Acessado em 24/06/2017.